

Micael Alvino da Silva

# A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A TRÍPLICE FRONTEIRA

A VIGILÂNCIA AOS “SÚDITOS DO EIXO” ALEMÃES E ITALIANOS

EDUNILA

Micael Alvino da Silva

# **A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A TRÍPLICE FRONTEIRA:**

---

A vigilância aos “súditos do Eixo”  
alemães e italianos

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

**EDUNILA**

Editora da  
Universidade Federal da  
Integração Latino-Americana

2021

© 2021 EDUNILA - Editora Universitária

---

**Catálogo na Publicação (CIP)**

---

S586s Silva, Micael Alvino da.  
A Segunda Guerra Mundial e a Tríplice Fronteira: a vigilância aos "súditos do Eixo" alemães e italianos/ Micael Alvino da Silva. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.  
140 p.

ISBN: 978-65-86342-12-3

1. História da América do Sul. 2. Brasil. 3. Argentina. 4. Paraguai. 5. Tríplice Fronteira. I. Silva, Micael Alvino da. II. Título.

CDU 94(8)

---

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB11/753

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA - Editora Universitária.

EDUNILA - Editora Universitária  
Av. Tancredo Neves, 6731 - Bloco 4  
Caixa Postal 2044  
Foz do Iguaçu - PR- Brasil  
CEP 85867-970  
Fones: +55 (45) 3522-9832 | 3522-9843 | 3522-9836  
editora@unila.edu.br  
www.unila.edu.br/editora

Editora associada à



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Gleisson Pereira de Brito *Reitor*

Luis Evelio Garcia Acevedo *Vice-reitor*

## EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Mario René Rodríguez Torres *Coordenador-geral*

Francieli Padilha B. Costa *Programadora visual*

Leonel Gandi dos Santos *Bibliotecário-documentalista*

Natalia de Almeida Velozo *Revisora de textos*

Nelson Figueira Sobrinho *Editor de publicações*

Ricardo Fernando da Silva Ramos *Assistente em administração*

## CONSELHO EDITORIAL

Mario René Rodríguez Torres *Coordenador da Editora Universitária*

Natalia de Almeida Velozo *Representante da Coordenação Executiva*

Elaine Aparecida Lima *Representante dos técnico-administrativos  
em educação da UNILA*

Yuli Andrea Ruiz Aguilar *Representante dos discentes da UNILA*

Ulises Bobadilla Guadalupe *Instituto Latino-Americano de Tecnologia,  
Infraestrutura e Território (ILATIT – UNILA)*

Laura Márcia Luiza Ferreira *Instituto Latino-Americano de Arte,  
Cultura e História (ILAACH – UNILA)*

Marcela Boroski *Instituto Latino-Americano de Ciências da  
Vida e da Natureza (ILACVN – UNILA)*

Debbie Guerra *Universidad Austral de Chile*

Norma Hilgert *Universidad Nacional de Misiones  
(Argentina)*

María Constantina Caputo *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

Daniela Birman *Universidade Estadual de Campinas  
(Unicamp)*

## EQUIPE EDITORIAL

Natalia de Almeida Velozo *Revisão de textos*

Henrique Torres (TIKINET) *Revisão de textos*

Francieli Padilha B. Costa *Capa*

Renan Amorim dos Santos (Espanglish) *Projeto gráfico e diagramação*

Leonel Gandi dos Santos *Normalização bibliográfica*

*Para Benjamim*

# AGRADECIMENTOS

A pesquisa feita para este livro perpassa toda minha experiência acadêmica até o momento. Não sei bem quando comecei a estudar o nazismo e sua capacidade de extrapolar os limites da Europa, mas certamente foi a partir de alguma aula da graduação. O assunto se tornou o tema de iniciação científica que me levou a concluir a graduação, o mestrado e o doutorado. Então, muitas pessoas foram importantes nesta caminhada.

Meus agradecimentos aos familiares, na pessoa da minha amada Cléo. Juntos, temos uma história que completa 15 anos. Todas as nossas conquistas foram compartilhadas e não há quem saiba mais a respeito dos percalços que enfrentei do que ela. Sua confiança, segurança e incentivo moldaram minha carreira por meio das decisões que tomamos em conjunto. Toda esta trajetória, incluindo este livro, se deve às decisões de bastidores nas quais Cléo tem uma inegável influência.

Nos primeiros passos da pesquisa acadêmica foi muito importante o apoio que recebi do professor Blasius Silvano Debald. Somente uma pessoa muito séria e comprometida com a aprendizagem poderia ter instigado a pesquisa, mesmo sob situações adversas. Sou agradecido a ele pela experiência de iniciação à pesquisa e à docência no ensino superior.

Em meados de 2005 conheci Rafael Athaides, o que me permitiu ter contato com o que se fazia em termos de pesquisa no mestrado. Na época, ele era aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Meu ingresso naquele programa, em 2008, certamente se deve às leituras sugeridas pelo Rafael. Além disso, ele me apresentou ao Arquivo Público do Paraná, onde fizemos pesquisa de campo juntos e fotografamos milhares de documentos de 2006 a 2009. A partir de 2008, Marcio José Pereira se juntou a nós na empreitada e, a ambos, agradeço a parceria que ainda mantemos.

Em junho de 2006 conheci pessoalmente o professor João Fábio Bertonha, que viria a ser meu orientador no mestrado, quando veio ministrar uma palestra em Foz do Iguaçu. O professor Bertonha é um dos historiadores mais conhecidos e respeitados no Brasil, com incontestável reconhecimento internacional. Além de seus 32 livros e centenas de artigos publicados, seu currículo é um exemplo que ensina por si só. Estudar o local e estabelecer as conexões com o global foi a principal mensagem que aprendi no início de nossa caminhada na Universidade Estadual de Maringá. Agradeço pelos ensinamentos acadêmicos e especialmente pelas palavras escritas no prefácio deste livro.

Agradeço ao professor Frank McCann Jr., emérito da Universidade de New Hampshire. Sua pronta e detalhada resposta a uma consulta em 2014 tornou-se quase um guia de pesquisa no National Archives and Research Administration, em Washington, no ano seguinte. Também sou grato ao Frederico Freitas, professor da North Carolina University, pela cuidadosa leitura com sugestões que qualificaram a seção sobre o turismo na região na década de 1940.

Para compreender a realidade da década de 1940, foram imprescindíveis as contribuições de algumas pessoas que entrevistei em 2009. A senhora Guilhermina Pastorello, os senhores Franz Nieuwenhoff, João Schloegoel, Ernesto Keller e Irineu Basso receberam-me de forma muito cordial em suas casas. Além das respostas às minhas perguntas, entre uma e outra xícara de café, permitiram-me acesso a suas memórias familiares por meio de fotos e documentos. O senhor Nieuwenhoff, que faleceu em 2017, tocou sanfona e cantou algumas músicas (incluindo composições próprias).

Os mapas deste livro não teriam a mesma qualidade não fosse a prestatividade de Marcelino Teixeira Lisboa, amigo e professor da UNILA. Marcelino sempre chamou a atenção para o uso de mapas para a compreensão do nosso objeto de pesquisa, a saber, a Tríplice Fronteira. Na realidade, foi um pouco mais além. Dedicou horas do seu trabalho à elaboração de diversos mapas sobre a região. Para esse livro, sua contribuição será única para a compreensão da realidade da década de 1940.

Finalmente, para que este livro fosse publicado pela Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana algumas pessoas foram cruciais nos últimos dois anos. A começar por colegas professores da UNILA que atuam no Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira e Relações Internacionais. Igualmente importante foi a ajuda do estudante Adalberto Ruhoff com a edição dos quadros. Por último, mas não menos importante, agradeço à coordenação e aos servidores técnico-administrativos em educação da EDUNILA que, de forma acolhedora, profissional e organizada, mediam esta publicação.

Foz do Iguaçu, junho de 2020

Micael A. Silva

# ABREVIATURAS UTILIZADAS

5ª RM – Quinta Região Militar

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty

AO-NSDAP – *Auslandsorganization der NSDAP* (Organização do Partido Nazista para o Exterior)

APP – Arquivo Público do Paraná

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getulio Vargas

Dops – Delegacia de Ordem Política e Social

Dops/PR – Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná

Dops/SP – Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo

DR – Delegacia Regional

LSN – Lei de Segurança Nacional

Nara – *National Archives and Records Administration* (Arquivo Nacional dos Estados Unidos)

NSDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

NSDAP/BR – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – Landesgruppe Brasilien* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – Seção Brasileira do Partido Nazista)

NSDAP/PR – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – Kreis Paraná* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – Círculo Paranaense)

SSP – Secretaria de Segurança Pública

TSN – Tribunal de Segurança Nacional



# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Tríplice Fronteira na década de 1940 .....	24
Figura 2 – Mapa indicando as regiões policiais do Paraná em 1941.....	45
Figura 3 – Principais portos sobre o Rio Paraná em 1940 .....	53
Figura 4 – Fotografia do Hotel Cassino Iguaçu .....	58
Figura 5 – Fotografia da 9ª Delegacia Regional de Polícia de Foz do Iguaçu .....	68
Figura 6 – Fotografia de Emil Mohrhoff .....	74
Figura 7 – Material de propaganda contrária à Inglaterra .....	79
Figura 8 – Denúncia de uso do idioma alemão.....	86
Figura 9 – Fotografia do padre Vicente Hackl (o segundo, da direita para a esquerda) .....	90
Figura 10 – Esquema explicativo para o afastamento da fronteira .....	97
Figura 11 – Documento de envio de fichas para cadastro dos súditos do Eixo .....	105
Figura 12 – Documento de autorização de retorno à Foz do Iguaçu.....	107

# LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos relatórios policiais da década de 1940 .....63

Quadro 2 – Atuação da 9ª Delegacia Regional  
em relação aos súditos do Eixo .....82

Quadro 3 – Síntese das restrições aos súditos do Eixo .....94

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	11	
INTRODUÇÃO .....	15	
<b>PARTE I – O INÍCIO DA DÉCADA DE 1940</b>		
CAPÍTULO 1 – O NAZISMO ONIPRESENTE .....		26
Um problema para as Américas.....	27	
Uma parte da guerra: “todos” os súditos do Eixo.....	30	
A ameaça real: “alguns” súditos do Eixo .....	32	
O perigo nazi-argentino e as fronteiras .....	35	
CAPÍTULO 2 – A TRÍPLICE FRONTEIRA .....		41
A Polícia Civil e a fronteira do Paraná.....	42	
Brasil-Paraguai: um retrato da decadência econômica.....	47	
Brasil-Argentina: compartilhando o turismo .....	53	
Os núcleos urbanos e os súditos do Eixo .....	59	
<b>PARTE II – A VIGILÂNCIA AOS SÚDITOS DO EIXO</b>		
CAPÍTULO 3 – OS SUBVERSIVOS.....		67
Paulo Rockel: “francamente adepto ao Eixo” .....	68	
Emil Mohrhoff: “forte propagandista do nazismo”.....	74	
Setembro de 1942: uma mudança de atitude.....	80	
Manoel Koenner: portador de “material bélico”.....	86	
CAPÍTULO 4 – OS RETIRADOS .....		93
Missão especial, normativas e pressões militares .....	95	
Os retirantes: versão policial .....	101	
Súditos autorizados a permanecer na fronteira .....	107	
A retirada e a memória dos súditos do Eixo .....	110	
CONCLUSÃO.....	119	
REFERÊNCIAS .....	124	

The background is a dark teal color with a complex, abstract pattern of lighter teal shapes, including vertical bars and irregular polygons. A prominent, light teal wavy line runs vertically down the center, with several loops and curves. A small, solid teal square is located on the left side of the page.

# **PREFÁCIO**

# O NAZISMO E SUAS REPERCUSSÕES: DA ESCALA GLOBAL À LOCAL

Um dos temas mais caros à historiografia contemporânea é a chamada história global, ou seja, construir grandes narrativas históricas que vão além dos limites da história nacional. O (re)nascimento da história global vem na esteira de uma rediscussão da história comparada e do surgimento da chamada história transnacional. Grosso modo, uma compara realidades históricas separadas, enquanto a outra identifica conexões entre essas realidades. A história global seria uma tentativa de ir além e construir narrativas mais amplas, englobando essas várias realidades e conexões numa reflexão maior.

Há vários problemas teóricos quando pensamos a história global. Um, evidentemente, é o modismo. Assim como aconteceu com a história transnacional pouco tempo atrás, há sempre o risco de expandir o conceito a ponto de ele perder o sentido. Nem todos os processos históricos eram transnacionais e nem todos são globais, razão pela qual é necessário ter critérios para definir quando utilizar essas abordagens teóricas.

Depois, há o problema de como trabalhar com a escala. Estudos mais amplos devem enfatizar o que é geral, reconhecendo, no máximo, as particularidades. Não espanta que cientistas políticos, sociólogos ou filósofos sejam muito mais capazes de fazer isso, já que a preocupação deles é com conceitos e discussões amplas. Já os historiadores, em geral, trabalham com fontes, com a empiria e suas reflexões quase sempre se limitam ao que seus documentos permitem comprovar. Dessa forma, as reflexões dos historiadores são, normalmente, locais, regionais ou, quando muito, nacionais, já que é impossível para um único historiador dominar todas as fontes e documentos de diversas realidades.

Quando se dedica à história global (ou mesmo à comparada ou transnacional), o historiador, para contornar o problema acima mencionado, tem que recorrer aos textos de seus pares. Uma boa história global demanda exaustivo trabalho de leitura bibliográfica, de forma que a narrativa seja construída a partir de baixo. Ou seja, do ponto de vista da História, só é possível generalizar e indicar peculiaridades a partir do conhecimento já construído por meio de pesquisas baseadas na empiria e que se acumulam na historiografia.

Nesse sentido, a história local e a história global podem se iluminar mutuamente. Uma história local benfeita deve considerar as dimensões nacionais ou globais do seu tema, que se refletem no local mesmo quando os atores não estão perfeitamente cientes disso. E uma história global de

qualidade só pode ser construída a partir de trabalhos de história local ou nacional.

Nesse sentido, este livro de Micael Alvino da Silva merece destaque. Ao abordar a presença nazista numa – naquele momento – remota região nas fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai, ele adensa a discussão, já ampla, sobre o assunto no Brasil e no mundo.

O tema que ele trabalha – a atuação e a expansão do Partido Nazista no mundo – é evidentemente global. O Terceiro Reich se expandiu mundialmente não apenas pelos mecanismos do Estado alemão e da iniciativa privada, como também através da reprodução partidária, da AO-NSDAP e de outras organizações e grupos partidários.

O Brasil, lar de uma imensa comunidade alemã, recebeu destaque nos esforços de reprodução internacional do nazismo. Temos inúmeros trabalhos sobre o tema em relação às grandes cidades – São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba etc. – e também no tocante às comunidades rurais, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O livro de Micael Alvino da Silva apresenta uma realidade bem diferente: uma região rural atrasada, dedicada ao extrativismo e onde os alemães – e mesmo outros súditos do Eixo, como italianos ou japoneses – eram poucos e dispersos. Além disso, era uma região especial, por ser fronteira. Nesse espaço, problemas e dilemas podiam ser resolvidos com a simples transposição dos limites nacionais. Ao mesmo tempo, esses limites preocupavam o aparato estatal por causa dos riscos à segurança nacional. Trata-se de um espaço particular e, até hoje, relativamente pouco estudado no que tange ao problema dos súditos do Eixo.

Este trabalho é um bom exemplo das conexões entre história local e global às quais nos referimos acima. Se uma das pontas da corrente do NSDAP se encontrava na sede do partido, em Munique, ou nas repartições do Estado, em Berlim, a outra estava em indivíduos e grupos perdidos nas regiões mais distantes do globo. O caso de Emil Mohrhoff, residente na minúscula Sol de Maio, perto de Foz de Iguaçu, estudado no livro, é indicativo disso.

Ele era um *vertrauensmänner*, ou seja, um “homem de confiança” do consulado alemão de Curitiba. Esta categoria de colaborador atuava em lugares onde não havia possibilidade de fundação de um núcleo do NSDAP, nem mesmo de um ponto de apoio. Eles faziam propaganda verbal e distribuíam propaganda impressa, além de servirem de representantes do consulado entre os alemães locais.

Mohrhoff havia nascido na Alemanha em 1903 e se mudado para Venceslau Brás, em São Paulo, em 1929. Adquiriu terras e se mudou para Sol de Maio em 1932, quando começou a exercer o papel de correspondente informal do consulado alemão. Ele era um dos 14 homens que exerciam a

função no estado do Paraná, servindo como ponta de lança da estrutura partidária e estatal alemã. Sem homens como esse numa das pontas da rede, o sistema alemão provavelmente nunca teria funcionado e as ordens e diretrizes vindas de Munique ou Berlim não teriam como atingir as margens do rio Paraná. A conexão entre global e local, aqui, se fazia de forma física, no corpo e no trabalho de um isolado imigrante alemão.

O autor também é bastante feliz quando analisa as várias dimensões da ação nazista na região. Na dimensão simbólica, mental, o nazismo era uma ameaça onipresente, um fantasma cuja sombra chegava a todos os lugares. Na prática, era algo praticamente inexistente ou difícil de encontrar, mesmo quando delegados e outros agentes do Estado se esforçavam, por dever de ofício, para tanto. A distância entre as dimensões é o que acaba por levar a um tom quase burlesco em alguns dos casos estudados.

Claro que o olhar retrospectivo do historiador pode nos impedir de identificar e compreender o clima daquele momento. Sabemos que as atividades nazistas na Tríplice Fronteira foram muito limitadas e que uma ação concertada entre a Alemanha e a Argentina para invadir o Brasil nunca foi considerada. Os agentes do período, contudo, não podiam ter a mesma clareza frente aos acontecimentos que viviam. Temos que entender suas paranoias e medos dentro do contexto vivido por eles.

Além disso, convém ressaltar que, em outras circunstâncias, o que era apenas um detalhe ocasional ou algo a ser esquecido podia se converter em algo sério. No caso de uma invasão nazista na região – por mais improvável que fosse –, talvez algumas pessoas que nos seus depoimentos e frente aos agentes do Estado tinham se manifestado contrárias ao nazismo mudassem de opinião, por puro oportunismo ou por terem agora a possibilidade. A História conta o que aconteceu, mas, em alguns momentos, pensar no que poderia ter acontecido nos permite ter mais clareza sobre a realidade estudada.

O livro de Micael Alvino da Silva é, portanto, uma colaboração de relevo para os estudos a respeito do nazismo no Brasil e, de fato, no mundo. Ele recupera uma realidade particular e nos recorda como acontecimentos distantes no espaço podiam ter reflexos a longa distância. Prisões arbitrárias, perseguições e remoção de famílias de suas casas e fazendas, tudo isso foi efeito de acontecimentos nas distantes Europa e Alemanha. Uma recordação de que o mundo já estava bastante globalizado desde então e que várias escalas – local, regional, estadual, continental, mundial – devem ser combinadas se queremos compreender um tema tão complexo como o nazismo e suas repercussões no exterior.

João Fábio Bertonha  
Universidade Estadual de Maringá



# INTRODUÇÃO



No dia 15 de janeiro de 1942, houve um encontro internacional histórico no Rio de Janeiro. A então capital do Brasil foi sede da III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos. O evento, conhecido como Conferência do Rio, reuniu os altos representantes de todos os governos das Américas e tinha um propósito específico. Menos de um mês após o ataque japonês a Pearl Harbor, os Estados Unidos esperavam contar com a solidariedade de todos os demais Estados americanos. Retoricamente, o ataque a um Estado americano deveria ser considerado um ataque a todos os Estados. Havia a expectativa, frustrada por conta da decisão contrária da Argentina e do Chile, de que se rompessem as relações políticas e comerciais com as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

No mesmo dia 15, enquanto os ministros se preparavam para o evento no Rio de Janeiro, a vida seguia normalmente para os poucos habitantes da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. No pequeno povoado brasileiro de Foz do Iguaçu, Martin Nieuwenhoff, por exemplo, seguiu sua rotina normal. Recolheu o que sobrou de sua produção agrícola do mês, colocou em uma canoa e, na companhia do filho Franz, cruzou o rio Iguaçu até atingir a margem argentina. Foi até a cidade de Porto Aguirre (hoje Puerto Iguazú) para trocar seus excedentes por produtos industrializados que vinham de Buenos Aires, como farinha de trigo e querosene. Aproveitou para checar a caixa postal que mantinha do lado argentino, já que do lado brasileiro era praticamente impossível receber correspondências. Apanhou um jornal que recebia regularmente de Porto Alegre e voltou para sua canoa.<sup>1</sup>

O trajeto da volta não era o mesmo da ida. Era preciso descer um pouco pelo rio Iguaçu até atingir o porto sobre o rio Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai, e, então, se submeter à fiscalização de uma autoridade policial. De onde Martin aportou a canoa, era possível ver o lado paraguaio da fronteira, uma pequena localidade chamada Porto Presidente Franco, com pouco mais de uma dezena de casas. Ao contrário da cidade argentina, além do aspecto de abandono, não havia comércio ou outra atividade relevante do lado paraguaio. Martin esperava uma fiscalização de rotina, mas foi surpreendido quando um policial avistou o jornal junto das coisas que trazia. Por conta do jornal, escrito em alemão, Martin foi preso e o filho Franz voltou para casa para dar a notícia à mãe e às seis irmãs.

Há um mesmo fio condutor por trás da motivação da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro e da prisão de Martin Nieuwenhoff em uma remota fronteira do Brasil: a Segunda Guerra Mundial. Esse advento, de nível global, teve uma extraordinária capacidade de alterar a rotina de milhares de famílias em diversas partes do mundo,

---

1 As informações sobre Martin Nieuwenhoff foram obtidas por meio da pesquisa que embasa esse livro. Para detalhamento das fontes documentais e orais que sustentam as afirmações, ver Capítulo 4.

inclusive em lugares periféricos como aquela fronteira tríplice. Em 1942, os japoneses nos Estados Unidos e os alemães e italianos na Inglaterra, por exemplo, passaram a ser considerados potenciais colaboradores dos inimigos na guerra. Chamados de “súditos do Eixo”, as autoridades recomendavam controle, vigilância e até repressão daqueles possíveis subversivos favoráveis à Alemanha, Itália e Japão (HOBSEAWM, 1995).

Após o término da Conferência do Rio, o Brasil rompeu relações políticas e comerciais com as potências do Eixo e passou a seguir as recomendações para vigiar os súditos que residiam ou circulavam pelo país. Isso significa que todas as portas de entrada do país deveriam receber atenção redobrada a fim de evitar quaisquer atividades subversivas. Na Tríplice Fronteira, foi sob a justificativa de vigilância que o policial do porto brasileiro suspeitou do jornal de Martin Nieuwenhoff.

Em qualquer lugar do bloco militar composto pelos Aliados (bloco contrário ao Eixo e liderado pela Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética) e seus parceiros, os “súditos do Eixo” foram tratados como potenciais inimigos. Entre 1942 e 1945, a expressão, muito utilizada nos meios diplomáticos e militares, serviu para qualificar os imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses que, durante a Segunda Guerra Mundial, residiam fora de seus países de origem.

Este livro aborda o impacto da decisão política brasileira de apoiar o esforço de guerra dos Aliados. As consequências para os súditos do Eixo no Brasil foram a vigilância e a repressão policial. A este respeito, há na historiografia uma série de análises (ver Capítulo 1) que tratam de situações vividas por alemães, italianos e japoneses nas capitais ou nas colônias no Sul do país. De forma inédita, propomos analisar o fenômeno em um contexto de fronteira e, portanto, distante tanto das capitais quanto das colônias. Algumas questões foram colocadas no início da pesquisa histórica que resultou neste livro: como era esta região fronteiriça no início dos anos 1940? Qual a dimensão da população de súditos do Eixo? Como a vida daquelas pessoas mudou a partir do rompimento do Brasil com o Eixo?

\*\*\*

A região de confluência entre Argentina, Brasil e Paraguai atualmente forma a Tríplice Fronteira. Como substantivo próprio para indicar aquela área, o conceito é recente e está associado às profundas transformações implementadas após meados do século XX. Hoje é uma região interconectada, com uma população de mais de um milhão de habitantes, que registra mais de dois milhões de visitantes no Parque Nacional do Iguaçu, e com o cruzamento diário de mais de 100 mil pessoas na fronteira Brasil-Paraguai e

na fronteira Brasil-Argentina. O rápido crescimento e a distância dos grandes centros, especialmente do Brasil e da Argentina, levam a região a ostentar a condição de uma das regiões mais dinâmicas e menos estudadas da América Latina (BLANC; FREITAS, 2018, p. 6).

Essa condição contemporânea da Tríplice Fronteira é apenas um dos elementos estruturantes de sua história. Após a independência dos três países, dois outros elementos históricos precisam ser considerados a fim de compreender o presente. O primeiro é o extrativismo natural, que atraiu empresários argentinos e mão de obra paraguaia para a extração de erva-mate e madeira nativas do território. Esse modelo de exploração foi o motor da economia regional desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1870) até aproximadamente a década de 1930. Como será explorado neste livro, no início dos anos 1940 a região passava por uma profunda crise econômica com o anunciado fim do extrativismo.

Outro marco histórico importante é representado pela integração regional, especialmente a integração bilateral. À revelia do interesse local, Brasil e Paraguai atingiram um nível de aproximação que levou o segundo a mudar o rumo de sua economia do Porto (Buenos Aires) para a Ponte (Brasil) (CHESTERTON, 2018).<sup>2</sup> A Ponte da Amizade representa mais do que a conexão entre dois lugares de fronteira. A ligação terrestre permitiu ao Paraguai acessar o mar, o que foi respaldado por diversas políticas de aproximação com o Brasil. Uma dessas foi materializada após o Tratado de Itaipu, que possibilitou construir a então maior usina hidrelétrica do mundo. O comércio internacional em Ciudad del Este, que atualmente movimentava em torno de 4 bilhões de dólares, e a geração de energia elétrica em Itaipu resultam de um processo de integração mais amplo e são imprescindíveis para compreender esta complexa região atualmente.

Ainda que seja uma região dinâmica e pouco estudada, é possível encontrar um número razoável de artigos e livros sobre o tempo presente publicados principalmente por acadêmicos (SILVA, 2021).<sup>3</sup> Há, contudo, uma escassez de abordagens históricas locais e regionais na primeira metade do século XX. Sobre a região como um todo durante o período do extrativismo, existe o clássico estudo do historiador Ruy Wachowicz intitulado *Obrageiros Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense* (WACHOWICZ, 1982). Recentemente, o historiador Marcos Antonio Myskiw fez uma pesquisa de doutorado sobre a Colônia Militar e publicou o livro *A Fronteira como Destino de Viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)* (MYSKIW, 2011). Além destes estudos de maior fôlego, há os que tocam tangencialmente algum aspecto da região em artigos específicos, como a abordagem de

2 Ver também o livro *História das Relações Internacionais do Paraguai* (YEGROS; BREZZO, 2013).

3 Ver também duas coletâneas sobre a Tríplice Fronteira organizadas por Béliveau e Montenegro (2010) e Blanc e Freitas (2018).

Frederico Freitas sobre os parques nacionais (FREITAS, 2018) e a de Sueli Nodari sobre o processo de colonização de uma região próxima à fronteira argentina (NODARI, 2018).

A breve menção a esses autores ilustra que não são muitos os estudos de historiadores sobre a região no início do século XX. Mesmo nas abordagens conhecidas, a região específica da fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai não é considerada no contexto mais amplo das relações internacionais. Consequentemente, os historiadores que estudam a região no início do século XX optam por um tratamento no qual predominam as análises regionais ou locais sem que haja, por exemplo, uma problematização da condição de fronteira (ou mesmo de tríplice fronteira). Compreender como aquela região foi afetada por consequências da Segunda Guerra Mundial implica dialogar com a história das relações internacionais. Os conceitos de Aliados, Eixo, súditos do Eixo, por exemplo, são próprios do período entre 1939-1945. Fazem parte de um repertório internacional e não podem ser compreendidos somente desde uma história local ou regional. Além disso, conhecer a antagônica posição política do Brasil e da Argentina ajuda a compreender os motivos que levaram o delegado especial designado para Foz do Iguaçu a descer o rio Paraná e visitar a principal cidade argentina no encalço de uma suposta espiã nazista (ver Capítulo 2).

\*\*\*

Este livro é resultado de uma pesquisa histórica desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá e aprimorada posteriormente. No início da pesquisa, tínhamos uma problemática ampla que se mostrou inadequada, mas que ajudou a definir o escopo das fontes primárias. Buscávamos compreender como a região da Tríplice Fronteira fora afetada pelo advento da Segunda Guerra Mundial. A busca por fontes revelou que o escopo *Tríplice Fronteira* precisava de um ajuste para a *parte brasileira da fronteira*, já que tivemos acesso somente a fontes brasileiras. A coleta de dados do lado argentino se mostrou de uma dificuldade intransponível. Do lado paraguaio, foi simplesmente impossível conseguir alguma fonte sobre a região durante o período estudado.

Com o desenvolvimento da pesquisa, observamos que o conceito de Tríplice Fronteira como unidade para representar a região é inapropriado à década de 1940, exceto para representar sua condição geográfica. No Brasil, as autoridades que produziram os documentos aos quais tivemos acesso o fizeram não em função da fronteira especificamente, mas em função da vigilância aos “súditos do Eixo”. Para as autoridades brasileiras, o lado paraguaio da fronteira era praticamente desabitado e não oferecia nenhuma

possibilidade de proliferação de atividades subversivas. Ao contrário, a Argentina, por não romper com o Eixo, mereceu atenção especial. Por sua vez, as fontes orais e a narrativa anterior de Martin Nieuwenhoff apontam para uma característica das sociedades de fronteira. Para ele e seu filho, cruzar a fronteira, vender o excedente, comprar produtos industrializados e mesmo usufruir de serviço postal na Argentina eram atividades normais e regulares.

Em outras palavras, o sentido de Tríplice Fronteira utilizado neste livro serve apenas ao propósito de localização geográfica. Também pretende evitar a coincidência com a história local de Foz do Iguaçu ou com a história regional do oeste do Paraná. Antes da década de 1960, a cidade do lado brasileiro da fronteira possuía uma extensão que corresponde a quase todo o oeste do Paraná e, como já anunciamos, uma análise local ou regional arrisca-se a perder a conexão com a condição fronteiriça. Por isso, a noção geográfica de Tríplice Fronteira parece-nos útil para não perder de vista a condição de fronteira internacional que aparece tanto nos documentos escritos quanto nos depoimentos orais.

Os documentos produzidos pela Polícia Civil do Paraná são as principais fontes primárias sobre a região no início dos anos 1940. Não fosse a Segunda Guerra Mundial e o posicionamento político do Brasil contra o Eixo, certamente estas fontes não existiriam, o que tornaria nossa compreensão sobre a década ainda mais difícil. Os documentos foram produzidos por agentes do Estado que receberam a atribuição de vigiar os súditos do Eixo. Para a fronteira com a Argentina, sobre a qual, segundo o imaginário da época, pairava suspeita de contribuição com o Eixo, foi designado um jovem delegado com uma missão especial, Glaucio Guiss, recém-formado em Direito (uma raridade na época). Parte de sua missão era reconhecer o território local e as possibilidades de ameaça à segurança nacional que poderiam advir da fronteira. O delegado cumpriu sua missão e deixou relatórios completos que são os únicos registros públicos e detalhados conhecidos do início da década de 1940.

Não é exagero afirmar que a maior parte da documentação do Estado com a qual um pesquisador se depara no Arquivo Público do Paraná é composta de documentos protocolares da rotina do trabalho policial. Voltando ao caso de Martin Nieuwenhoff, por exemplo, há um prontuário com seu nome e com alguns documentos nos quais a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu informava à Delegacia de Ordem Política e Social de Curitiba que um estrangeiro havia sido preso com possível material subversivo. Há inúmeros outros casos de prisões, apreensões e pedidos de informação das delegacias do interior. Além desta documentação burocrática que consome um enorme tempo da pesquisa, há também documentos que permitem compreender o passado e que são verdadeiras relíquias.

Neste livro, analisaremos alguns destes documentos, como é o caso de três relatórios singulares. O delegado Guiss exerceu o papel de agente de segurança a serviço do Estado no contexto excepcional da Segunda Guerra Mundial. Para os historiadores, prestou um serviço ainda mais excepcional. Sua facilidade com a escrita o levou a elaborar dois relatórios completos sobre as atividades nas barrancas do rio Paraná e do rio Iguaçu em 1942. Guiss capturou a decadência do lado brasileiro-paraguaio e o turismo incipiente do lado brasileiro-argentino, por exemplo. Também é de sua autoria um relatório de uma diligência em acompanhamento a uma suposta espiã nazista. O fato o levou à Argentina e preconizou um contato entre gestores de delegacias de polícia do Brasil e da Argentina. Com algum exagero, poderíamos associar as preocupações de Guiss à futura colaboração policial civil na formação do Comando Tripartite, mecanismo de cooperação policial em operação na região da Tríplice Fronteira desde 1997.

Contudo, não podemos perder de vista que estamos diante de fontes oficiais que nos remetem à dimensão política da história, a qual compreendemos em seu significado contemporâneo. Em vez de uma história política baseada no Estado, nas ações dos grandes homens (heróis) ou em suas batalhas e vitórias, o historiador contemporâneo precisa reconhecer a complexidade da trama que envolve a política e o poder (REMOND, 2009). A condição de fonte oficial não nos impõe uma verdade absoluta e está permeada por limites já conhecidos: são incompletas, distorcidas e com boa chance de conterem determinadas omissões. Esses limites, por si, não invalidam o fato de que dificilmente o pesquisador estará diante de meras fabricações ou falsificações. Portanto, as fontes oficiais seguem úteis para revelar indícios, práticas e políticas, desde que contextualizadas (TRACHTENBERG, 2006, p. 147-159).

Para tanto, além do apoio da historiografia, valemo-nos das fontes orais e de uma metodologia já consolidada entre os historiadores. No Brasil, em 1990, quando do lançamento do Manual de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o prefácio da primeira edição já anunciava que o livro fazia parte das comemorações de 15 anos do Programa de História Oral do CPDOC (ALBERTI, 1990). Assim, os trechos de depoimentos utilizados nesta pesquisa foram coletados em entrevistas e seguiram as recomendações metodológicas já consolidadas entre os historiadores.

Do ponto de vista teórico, há um debate já superado sobre a importância da história oral. Nosso trabalho utiliza as fontes orais de forma complementar, conforme aponta Jean-Jacques Becker: “a história oral é extremamente útil para preencher as lacunas da história” (BECKER, 1996, p. 27-28). Mas, além de preencher lacunas, parece-nos relevante uma condição específica que decorre de “uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que

privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 1990, p. 5).

No nosso caso, compreender a dinâmica local e a forma de agir das pessoas que viviam na fronteira não teria sido possível sem o uso de fontes orais. O exemplo mais evidente foi o movimento de retirada dos súditos do Eixo da faixa de fronteira por questões de segurança (ver Capítulo 4). A historiografia e a documentação de outros casos ocorridos no Brasil permitem compreender a lógica policial, mas não a forma como as famílias foram, de fato, afetadas, o que só foi possível captar graças aos depoimentos orais.

\*\*\*

O objetivo geral deste livro é analisar como a região da Tríplice Fronteira foi afetada pelos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. Para tanto, dois objetivos específicos foram traçados. O primeiro é descrever e analisar como era a região no início da década de 1940. O leitor que conhece a região atualmente (transporte terrestre e eixo Paraguai-Brasil) poderá ser surpreendido com a dinâmica de um passado não muito distante (transporte fluvial e eixo Argentina-Brasil). Em paralelo, o outro objetivo específico é analisar a principal consequência da Segunda Guerra Mundial: a vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da fronteira.

O livro está dividido em duas seções concernentes aos dois objetivos específicos. A primeira é dedicada ao início da década de 1940 e a segunda à vigilância dos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira. A primeira seção (“O Início da Década de 1940”) pretende analisar o contexto do início do dito período, e, para tanto, divide-se em dois capítulos. O primeiro (“O Nazismo Onipresente”) tenciona avaliar como o nazismo se tornou um problema para as relações internacionais e para a defesa no continente americano. Estudar-se-ão as ameaças reais, como a espionagem nazista na América do Sul; os cenários possíveis, como uma invasão nazista vinda da Argentina, apoiada pela população alemã; e a categoria de súditos do Eixo.

O segundo capítulo (“A Tríplice Fronteira”) visa caracterizar a região e compreender como as questões de abrangência internacional foram postas para a região no início de 1940. Argumentar-se-á que a decisão política do Brasil de romper com o Eixo levou a polícia do Paraná a uma atuação especial na virada de 1942 para 1943. O mapa da região policial frente à segurança da fronteira internacional foi delimitado nas margens do rio Iguaçu (desde a foz do rio Santo Antônio à do Iguaçu) e do rio Paraná (de Guaíra até Posadas). Além das questões de segurança, o acervo policial também revela a decadência da atividade de exploração de erva-mate

na fronteira com o Paraguai e um incipiente turismo na fronteira com a Argentina. Os pequenos núcleos urbanos também foram observados e os registros permitem compreender melhor a região no início da década de 1940.

A segunda seção (“A Vigilância aos Súditos do Eixo”) tem como objeto as duas principais frentes de atuação na parte brasileira da Tríplice Fronteira, postas em marcha a partir de janeiro de 1942 como decorrência do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com as potências do Eixo. A primeira ação é explorada no terceiro capítulo (“Os Subversivos”), que analisa a estratégia implementada para identificar e reprimir as pessoas consideradas potencialmente perigosas: os súditos do Eixo (alemães, italianos e japoneses natos e descendentes, em alguns casos). Argumentar-se-á que a polícia estabeleceu algumas conexões que poderiam contribuir com a suspeita de espionagem de guerra na fronteira. Foram presos os alemães Emil Mohrhoff e Manuel Koenner – o primeiro era ligado informalmente ao consulado alemão em Curitiba e o outro era um padre da organização denominada Congregação do Verbo Divino. Enquanto o caso de Mohrhoff foi associado à propaganda nazista, Koenner foi acusado de manter material bélico e de sua Congregação ser uma rede de espionagem.

O quarto capítulo (“Os Retirados”) analisa o movimento específico de retirada de súditos do Eixo da então faixa de fronteira (150 quilômetros da divisa com outro país). Para prevenir possíveis adesões à causa do Eixo, os alemães e italianos (não havia imigrantes japoneses na região à época) foram obrigados a recolher seus pertences e mudar para as imediações de Guarapuava, na região central do Paraná. Buscar-se-á compreender quais normativas policiais legitimavam a ação de retirada e como o evento impactou a memória social e familiar. Para tanto, nesse capítulo as fontes documentais serão complementadas por entrevistas orais.

Em linhas gerais, com base na interpretação de fontes históricas, pretende-se destacar a conexão de uma remota área de fronteira com o advento da guerra mundial. Somente o contexto e o alcance da Segunda Guerra Mundial para arrastar as consequências do conflito até a fronteira internacional do Paraná, lugar povoado por aproximadamente 10 mil pessoas, majoritariamente argentinos, brasileiros e paraguaios, em decadência econômica e de difícil acesso terrestre. Apesar de ser um lugar pequeno e de difícil acesso, na fronteira Brasil-Argentina-Paraguai também havia alguns súditos do eixo Alemanha-Itália-Japão.



Figura 1 – Mapa da Tríplice Fronteira na década de 1940



Elaboração: Marcelino Teixeira Lisboa.



**PARTE I  
O INÍCIO DA  
DÉCADA DE  
1940**

# CAPÍTULO 1 - O NAZISMO ONIPRESENTE

O nazismo foi um movimento fascista de extrema direita que chegou ao poder na Alemanha em 1933 pela via constitucional e eleitoral. Paradoxalmente, a via foi pavimentada pelo próprio modelo de Estado democrático-liberal que conduziu tanto Adolf Hitler quanto Benito Mussolini ao poder na Alemanha e na Itália, respectivamente. Em geral, na Europa e nos Estados Unidos, o modelo de Estado democrático-liberal baseava-se em eleições, governo constitucional e representativo, além das assembleias legislativas. A extrema direita fascista do início da década de 1930 representava uma ameaça a este conjunto liberal-democrático. Após chegar ao poder, os fascistas dissolviam as assembleias e, em vez de um presidente, o mandatário máximo assumia o papel de um líder carismático que tomava as principais decisões nacionais baseado apenas em um pequeno círculo de assessores (HOBSEBAWM, 1995).

As investidas e a ameaça à existência do modelo liberal e democrático foram tão fortes que, das 35 democracias na Europa em 1920, restaram apenas 12 em 1944 (HOBSEBAWM, 1995, p. 115). Neste sentido, é razoável supor que havia diferentes movimentos fascistas, dentre os quais o nazismo destacou-se principalmente por conta de suas ambições internacionais. O sucesso do modelo alemão de inserção internacional não foi alcançado por outros fascistas que, em comum, além de fecharem assembleias e cultuarem o líder, caracterizavam-se por mobilizar as massas apelando à propaganda e por recusar as regras econômicas do livre mercado. Em linhas gerais, a população foi convencida a votar no fascismo, propagandeado como uma importante (em alguns casos como a única) forma de vencer a Grande Depressão do capitalismo mundial, ocorrida de 1929-1933 (HOBSEBAWM, 1995, p. 133).

Particularmente, o nazismo alemão tornou-se uma ameaça às instituições e à economia liberal, com um plano de atuação expansionista na arena internacional. Nesta lógica, as hostilidades contra vizinhos (como a anexação da Áustria) seriam apenas a ponta do iceberg. Na Europa, parecia que uma guerra era perdida a cada dia: a anexação da Áustria em 1938, a invasão da França em 1940 e os bombardeios diários à Inglaterra. Em 1941, dois eventos foram fundamentais para estabelecer em definitivo os polos do conflito: o ataque alemão à União Soviética, rompendo o pacto de não agressão acordado entre ambos, e o ataque japonês à Pearl Harbor – ambos levaram à conformação do núcleo central das potências dos Aliados contra as potências do Eixo. Mais do que dois grupos de Estados em conflito, os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética) e o

Eixo (Alemanha, Itália e Japão) evidenciavam dois modelos de Estado em confronto: democracia (Stalin considerava a União Soviética uma democracia) contra fascismo.

Na virada de 1941 e durante todo o ano de 1942, a guerra não estava decidida e nem mesmo prestes a terminar. Por isso, todos os esforços seriam envidados por ambos os lados para obter apoio ou neutralidade de outros Estados. Além do envolvimento dos Estados europeus, os Estados Unidos e o Japão adicionavam uma nova geografia ao conjunto da guerra. Reunir todos os esforços para derrotar a ameaça do Eixo foi o grande desafio dos Aliados. A guerra era mundial e enfrentar o nazismo tornou-se meta em todo o Ocidente e suas adjacências.

## **UM PROBLEMA PARA AS AMÉRICAS**

As relações internacionais nas Américas (interamericanas) datam do início do processo de independência da América Latina. Thomas Jefferson, então presidente dos Estados Unidos, referiu-se ao conjunto do Novo Mundo independente como Hemisfério Ocidental. Nele, os povos mantinham um relacionamento especial, mútuo e que os mantém à parte do mundo, principalmente da Europa (WHITAKER, 1954, p. 1). Esta formulação dialogava com a primeira ameaça externa comum às ex-colônias de Portugal e Espanha: a Santa Aliança, movimento que, após as guerras napoleônicas, visava restaurar o sistema colonial nas Américas no início do século XIX. Para seu enfrentamento, estaria o Hemisfério unido, principalmente após 1823, quando o então presidente americano James Monroe declarou que o ataque a um Estado americano seria considerado um ataque a todos os Estados americanos (HOLDEN; ZOLOV, 2011).

A ameaça da Santa Aliança foi dissipada sem que conflitos colocassem em risco os interesses dos Estados Unidos. Após o processo de independência e acomodação dos principais conflitos decorrentes, o relacionamento interamericano (desconsiderando a problemática relação dos Estados Unidos com o México e o Caribe), solidário, especial e de prioridades emanadas do princípio de irmandade foi o combustível que forjou uma identidade supranacional pan-americana. A evolução da ideia de Hemisfério Ocidental se converteu em ação concreta quando, em 1889, todas as Repúblicas Americanas (o termo América Latina é pós-1948) foram convidadas pelos Estados Unidos para uma conferência internacional em Washington. Foi a inauguração da Primeira, de uma série de dez, Conferência Internacional Americana (ou Interamericana, ou, ainda, Pan-Americana), promovidas de

1889 a 1954 e precursoras da Organização dos Estados Americanos (DULCI, 2013).<sup>4</sup>

As conferências ocorreram em intervalos de cinco anos (com exceção dos períodos das guerras mundiais). Da Primeira à Décima Conferência registrou-se a presença das diplomacias de todas as Repúblicas Americanas, com poucas ausências e forte ingerência norte-americana (DULCI, 2013). A semente ideológica do pan-americanismo teve relativo sucesso oficial e discursivo, de modo que a solidariedade continental era lugar-comum das diplomacias regionais. Quando convidou as demais Repúblicas Americanas para a Oitava Conferência em Lima (1938), o então ministro das relações exteriores do Peru, Carlos Concha, ressaltou que “os grandes problemas que agitam hoje o mundo e comprometem sua segurança, requerem, certamente, que as nações da América, unidas por um ideal comum, robusteçam seus laços tradicionais” (MÉXICO, 1956, p. 4).

Na prática, o problema da solidariedade discursiva esbarrava no relacionamento que os dois grandes países da América do Sul nutriam com Alemanha e Itália. Além da forte imigração ocorrida desde o início do século XIX, Brasil e Argentina nutriam laços comerciais consideráveis com as potências que formariam o Eixo. Para ficar em um exemplo daquele ano de 1938, 25% das importações brasileiras vinham da Alemanha, contra 24% dos Estados Unidos (BANDEIRA, 1994, p. 147).

Portanto, não é incorreto afirmar que a ameaça nazista ao modelo de Estado ocidental, democrático e liberal, percebida pelos Estados Unidos, não o era necessariamente pelo Brasil e pela Argentina – e até mesmo pelo Paraguai, ainda que suas relações com a Alemanha fossem incomparáveis ao volume brasileiro e argentino (YEGROS; BREZZO, 2013). Antes de Pearl Harbor, as ferramentas de convencimento da ameaça nazista eram frágeis. Basicamente contava-se com o discurso pan-americano de solidariedade e com a política da boa vizinhança que, *a priori*, descartava a intervenção militar como recurso de convencimento forçado (PIKE, 1995). Às vésperas da Conferência de Lima, o então presidente americano Franklin Delano Roosevelt, em um boletim para a imprensa internacional, declarou que:

Existe hoje uma solidariedade continental entre as vinte e uma repúblicas americanas e Canadá, que está mais definida e unânime do que nunca antes tinha sido, nos cento e vinte anos desde que as repúblicas latino-americanas estavam lutando pela independência<sup>5</sup> (NARA, 1938).

---

4 Ver também Leslie Bethell (2013).

5 Radio Bulletin 267, White House Press Conference, 15/11/1938, Record group 43, entry 252, box 1, NARA.

A declaração de Roosevelt indicava que a Oitava Conferência seria diferente das edições anteriores. Em geral, as conferências haviam sido projetadas para tratar de assuntos comerciais, como o estabelecimento de uma área de livre-comércio nas Américas, e jurídicos, como a padronização das normativas e leis. A novidade foi o uso do sistema interamericano para fins de política internacional, o que levou a uma reforma administrativa em 1938. Compreendendo que enfrentar o nazismo era uma questão de tempo (MOURA, 1980), os Estados Unidos propuseram e aprovaram um mecanismo de consulta mútua, para dar mais celeridade caso um conflito irrompesse na Europa. Como consequência, surgiram as Reuniões de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das Américas (ou simplesmente Reuniões de Consulta) a partir do objetivo norte-americano de preparar o Hemisfério Ocidental para uma mobilização bélica.

Nas reuniões, foram estabelecidas três situações nas quais o nazismo foi colocado como uma ameaça real. A primeira foi a da neutralidade dos países americanos em relação ao conflito que deflagrara na Europa. A continuidade do contato, especialmente dos sul-americanos, como ancoradouro de embarcações nazistas preocupava principalmente a Inglaterra e a França. Na Primeira Reunião, ocorrida em setembro e outubro de 1939 no Panamá, deliberou e decidiu-se sobre as regras da neutralidade, de modo que as Américas afirmaram não participar e não dar assistência a embarcações de qualquer bandeira do Eixo<sup>6</sup>.

Durante a Segunda Reunião de Consulta, que ocorreu em Havana em julho de 1940, as implicações da guerra atingiam diretamente as Américas por conta da tomada da França pelos alemães e da possível capitulação da Inglaterra. O ocorrido afetava as Américas diretamente por conta das colônias francesa e inglesa e a preocupação, sobretudo dos Estados Unidos, era impedir que os nazistas pudessem utilizá-las como base para atacar o continente, especialmente seu território nacional<sup>7</sup>.

Certamente, a conferência mais importante do Sistema Interamericano desde sua criação foi a que aconteceu após o ataque japonês de dezembro de 1941. A já mencionada Terceira Reunião de Consulta ocorreu no Rio de Janeiro em janeiro de 1942 e foi um teste para o discurso do pan-americanismo e da solidariedade americana. O acontecimento em Pearl Harbor foi percebido nos Estados Unidos como prova de que o Eixo tinha interesse nas Américas e a meta do Departamento de Estado foi clara: romper as relações diplomáticas dos Estados americanos com os países

---

6 Ofício 507, reservado, relatório da Delegação do Brasil junto à I Reunião, 20/10/1939, lata 1040, maço 18175-18180, AHI. Telegram 20 (com mapa em anexo), 28/09/1939. Record group 43, entry 267, box 1, NARA.

7 Telegram s/n, 21/09/1939, Record group 43, entry 267, NARA. Ofício 507, reservado, relatório da Delegação do Brasil junto à I Reunião, 20/10/1939, lata 1040, maço 18175-18180, AHI.

que compunham o Eixo<sup>8</sup>. A Argentina mais uma vez se opôs aos Estados Unidos e impossibilitou uma resolução unânime, levando a Terceira Reunião apenas a recomendar o rompimento com o Eixo.

A Terceira Reunião de Consulta é particularmente importante para nossa análise sobre o que ocorreu na Tríplice Fronteira. Primeiro, porque o Brasil e o Paraguai passaram para o lado dos Aliados ao se tornarem signatários da Resolução do Rio de Janeiro. Segundo, porque a Argentina, que “não está preparada para seguir em frente”<sup>9</sup>, não se comprometeu a aplicar restrições ao Eixo naquela reunião de 1942. Conseqüentemente, as recomendações de vigilância aos súditos do Eixo, que seriam levadas a termo no Brasil, sequer seriam cogitadas na Argentina.

Havia duas recomendações que impactavam diretamente a Tríplice Fronteira: exercer “estrita supervisão sobre as atividades e conduta de todos os nacionais de estados membros do Pacto Tripartite [Eixo]” e “estrita vigilância sobre todas as pessoas que devem entrar ou sair do país, particularmente sobre aquelas que servem aos interesses dos Estados membros” do Eixo (MÉXICO, 1956, p. 197-198).

Em outras palavras, recomendou-se aos que romperam com o Eixo que tomassem medidas regulatórias a fim de controlar entrada, saída e movimentação de súditos do Eixo, considerados perigosos à segurança nacional e, conseqüentemente, continental. Manter “estrita supervisão” sobre os nacionais do Eixo em território nacional e “estrita vigilância” na entrada e saída das fronteiras era o diapasão da ação policial a ser executada na fronteira internacional do Paraná.

Na Tríplice Fronteira o desafio para as autoridades brasileiras aumentava por causa da dificuldade do acesso terrestre. Quando o nazismo se tornou uma ameaça real, a região era uma área de difícil controle e mesmo de difícil acesso à informação sobre moradores e possíveis atividades subversivas. De forma combinada, a estrutura do Estado brasileiro era insuficiente e a Argentina não impunha restrições aos cidadãos do Eixo.

## **UMA PARTE DA GUERRA: "TODOS" OS SÚDITOS DO EIXO**

Eric Hobsbawm ponderou que a vitimização de blocos inteiros de pessoas tornou-se uma parte da Segunda Guerra Mundial. Além do teatro de operações, os inimigos foram identificados e associados com o conflito basicamente por conta da nacionalidade. Dessa forma, todos os japoneses, alemães e austríacos residentes na Inglaterra foram internados

---

8 Telegram 23, 07/01/1942, Record group 43, entry 253, box 1, NARA.

9 Telegram 41, 22/01/1942, Record group 43, entry 253, box 1, NARA.

em áreas consideradas seguras, sob a justificativa de que poderiam ser potenciais agentes do inimigo. Em sua análise, o historiador argumentou que “isso fazia parte da recaída do progresso civil do século XIX num renascimento do barbarismo” (HOBSBAWM, 1995, p. 382).

Nos Estados Unidos, estima-se que 110 mil japoneses e descendentes foram recolhidos nos denominados centros de realocação. Obrigados a deixar a costa oeste, permaneciam em espaços monitorados pelo governo e pelas forças de segurança. Um exemplo destes centros foi a cidade de Manzanar, localizada entre Serra Nevada e Califórnia, hoje um sítio histórico (WEHREY, 2006). No Brasil, os estados do Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul também tiveram o que se denominou de campos de concentração. Os números eram inferiores aos dos Estados Unidos, mas ainda assim estima-se que em torno de duas mil pessoas viveram nestes campos, a maioria homens imigrantes ou descendentes de alemães, além de italianos e japoneses (PERAZZO, 2009).

No Paraná, não há evidências de um campo de concentração para os súditos do Eixo. Talvez porque o Estado fosse pequeno (sua população total representava 3% da população do Brasil) ou pelo baixo número de alemães, italianos e japoneses que, juntos, representavam apenas 2% da pequena população paranaense. O estado não apresentava características como as do Rio Grande do Sul, por exemplo, com alta incidência de colônias alemãs e italianas (GERTZ, 1987). Ainda assim, o litoral e a fronteira (que não se conectavam) impunham elementos especiais na missão de “manter estrita supervisão” aos súditos do Eixo.

Já foram publicados estudos sobre a ameaça e as ações contra japoneses no litoral e no norte do Paraná (KIMURA, 2006), mas até o momento não havia análises sobre a fronteira internacional do estado durante a Segunda Guerra Mundial. No início da década de 1940, a fronteira com Paraguai e Argentina reduzia-se ao município de Foz do Iguaçu, que abrangia todo o oeste do estado (Figura 1). Naquela ampla área, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou uma população de pouco mais de sete mil pessoas, entre as quais 98 eram alemães e 18 italianos (IBGE, 1951). Quando a Delegacia Regional de Polícia de Foz do Iguaçu fez um levantamento dos súditos do Eixo que residiam na jurisdição, constatou que havia cerca de 160 famílias de súditos do Eixo, metade dos quais eram italianos que residiam concentrados na Cooperativa Manoel Ribas (Santa Helena)<sup>10</sup>.

Do lado argentino, Misiones é a unidade da federação análoga ao estado do Paraná. Caracterizada pela fronteira com Paraguai e Brasil,

---

10 Levantamento completo das diversas localidades existentes na costa do rio Paraná, 12/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.



Misiones contava com aproximadamente 190 mil habitantes em 1940, dos quais cerca de 14 mil (13%) era de nacionalidade alemã (NEWTON, 1995, p. 114). Tal como ocorrera com Santa Catarina e, mais timidamente, com o Paraná até então, muitos brasileiros descendentes de alemães migraram para a região no início do século XX (SILVA, 2015). Provenientes do Rio Grande do Sul, residiam entre Porto Aguirre e a capital Posadas, nas colônias de Porto Rico, Montecarlo e Eldorado, considerado o “centro mais denso da colonização alemã em Misiones”<sup>11</sup>. Estas localidades ficam a alguns quilômetros do ponto de confluência entre Argentina, Brasil e Paraguai e são acessíveis pelo rio Paraná. Considerando um estudo sobre aquelas colônias, estima-se que o número de súditos do Eixo no lado argentino em 1942 era de aproximadamente 100 famílias (NODARI, 2018).

Do lado paraguaio, o histórico de ocupação é bastante distinto do Paraná e de Misiones. As tentativas de colonização europeia não foram bem-sucedidas e na década de 1940 não havia colônia ou número expressivo de famílias de súditos do Eixo. Todo o leste do país seria ocupado somente após a década de 1950 e os estrangeiros seriam majoritariamente os brasileiros (YEGROS; BREZZO, 2013).

Considerando estas 260 famílias do lado brasileiro e argentino da Tríplice Fronteira, que chegaram à região por um processo colonizador semelhante, o que levaria à suposição de que poderiam representar alguma ameaça para a segurança continental? Aparentemente, somente um retrocesso civil levaria a medidas cautelares contra uma ou mais nacionalidades, por exemplo, os cidadãos alemães.

Mas, sem o benefício do olhar retrospectivo, a preocupação dos contemporâneos centrou-se na ameaça real que alguns súditos do Eixo poderiam representar. Medidas como os campos de concentração e o afastamento de pessoas de áreas litorâneas ou fronteiriças foram tomadas tendo em vista um perigo que não era imaginário. O problema para as autoridades de segurança da época era avaliar o risco que determinados grupos e pessoas poderiam representar. Para as pessoas comuns incomodava, na maioria dos casos, a deliberada confusão entre alemão, nazista, simpaticante e espião.

## **A AMEAÇA REAL: "ALGUNS" SÚDITOS DO EIXO**

O governo dos Estados Unidos, por meio da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, acompanhava atentamente as relações do Brasil com a Alemanha. Na correspondência diplomática de 13 de maio de 1938, por exemplo,

---

11 Relatório (Secreto) s/n, 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

o embaixador Jefferson Caffery relatou ao Departamento de Estado que o embaixador alemão (Karl Ritter) fizera uma série de protestos contra o governo Vargas. Três dias antes houve o levante do grupo de inspiração fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), que tentou assassinar o presidente e tomar o poder à força. A AIB apoiara o Estado Novo, mas percebeu que não teria o espaço desejado no novo governo (TRINDADE, 1979). De acordo com os americanos, o problema que preocupava Karl Ritter era a prisão de alemães “em conexão com o levante integralista”<sup>12</sup> (NARA, 1938).

O tempo demonstrou que o nexos entre nazistas e integralistas para desestruturar a política brasileira não se sustentava. As reclamações do embaixador alemão, no entanto, eram mais contundentes e tinham a ver com outro contexto em marcha. Em 18 de abril de 1938, a face mais nacionalista do Estado Novo foi explicitada no Decreto-Lei 383 (BRASIL, 1938). Baseado em uma ideia comum à época, o decreto forneceu condições jurídico-ideológicas para executar um projeto nacionalista baseado em “abrasileirar o Brasil” por meio da construção de uma identidade homogênea. Em outras palavras, os “alienígenas” (termo muito usado na época como sinônimo de estrangeiros) deveriam ser excluídos ou integrados à sociedade.

No combate à manifestação “alienígena”, proibiu-se a organização de sociedades, partidos e agremiações e o uso da língua materna dos estrangeiros – a manutenção de costumes e crenças deveriam ser reprimidas pela polícia. É de se supor que haveria um choque entre as comunidades alemãs, até mesmo as consideradas “aculturadas” (GERTZ, 1991). Esta era a preocupação de Karl Ritter, que protestou não apenas contra as associações com o integralismo. Concretamente, dentre outros casos, a reclamação diplomática envolvia a prisão do alemão Ernest Dorsh, sob acusação de ser o principal agente do partido nazista no Rio Grande do Sul. Na ocasião, o embaixador lembrou ao ministro das Relações Exteriores do Brasil que era o representante de Hitler, do partido e da Alemanha (nesta ordem de prioridade) e que a campanha de Vargas era interpretada como “um tapa em Hitler”. Além disso, se a campanha continuasse, “as relações Brasil-Alemanha seriam seriamente prejudicadas”<sup>13</sup>.

Apesar dos ânimos e das ameaças, os acontecimentos de 1938 não levaram ao rompimento do Brasil com a Alemanha ou vice-versa, e o governo nazista não representou grande problema para o Brasil. Atentamente, o relacionamento do Brasil com a Alemanha seguia sendo monitorado pela embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, com informes constantes a Washington. Os norte-americanos tinham uma leitura política segundo

---

12 Telegram 110, 13/05/1938, Record group 43, entry 252, box 1, NARA.

13 Telegram 40, 25/02/1938, Record group 43, entry 252, box 1, NARA.

a qual a Alemanha se interessava pela América do Sul e o enfrentamento com os Estados Unidos era iminente (MOURA, 1980, p. 113). Mesmo antes da formação do Eixo (o Pacto Tripartite foi assinado em 27 de setembro de 1940), os Estados Unidos analisavam o interesse geopolítico e estratégico da Alemanha pela América do Sul (SILVA, 1964, p. 254). Também consideravam haver um risco de que o Nordeste do Brasil poderia ser utilizado como base pela Alemanha, caso Getúlio Vargas não fosse firme ao enfrentar os subversivos (HILTON, 1983, p. 267). Além disso, alguns membros do governo duvidavam da fidelidade americanista de Vargas que, em última análise, poderia se aliar ao esforço de guerra alemão (MACCANN JUNIOR, 1995, p. 38).<sup>14</sup>

A desconfiança dos americanos em relação a Vargas baseava-se no fato de que uma parte importante do governo, especialmente a ala militar, nutria certa simpatia pela Alemanha nazista. As posições do governo, com uma ala pró-Aliados e outra pró-Eixo, possibilitavam um “jogo duplo” na política internacional, habilmente explorado por Getúlio Vargas a fim de angariar recursos para incrementos militares e financiamento para a indústria nacional de base (GAMBINI, 1977).

Os norte-americanos preocupavam-se que a simpatia pelo Eixo evoluísse para o acobertamento, a indisposição em investigar ou talvez até a falta de interesse do Brasil em barrar as ações de espiões nazistas. O monitoramento de inteligência dos Estados Unidos indicava intensa atividade de espionagem na América do Sul, além da atuação de partidários nazistas ligados direta ou indiretamente ao governo de Hitler por meio do consulado ou da seção do Partido Nazista para o Exterior (AO-NSDAP).

Com a vantagem do olhar retrospectivo, pode-se afirmar que as ações do Partido no Brasil (NSDAP/BR), que funcionou legalmente de 1928 a 1938 e clandestinamente de 1938 a 1942, não se confundem com as ações de espionagem. O partido, que chegou a contar com 2.800 filiados, voltava-se à propaganda nazista por meio da promoção de festas sociais, reuniões de empresários e políticos, além de organizar o sindicato (Frente de Trabalho Alemã) nas empresas e indústrias alemãs (DIETRICH, 2007).

Longe da vida das colônias no Sul ou das fábricas em São Paulo (e muito mais longe da Tríplice Fronteira), os reais perigos à segurança nacional e continental recaíam sobre o recrutamento de agentes secretos para atuarem em diversas frentes do globo. Engenheiros alemães desenvolveram um tipo avançado de rádio portátil que pesava 13 quilos e cabia em uma mala comum (algo inédito para a época). De posse do aparelho, agentes secretos nazistas eram recrutados para a Agência de Serviço Secreto Nazista (*Abwehr*), que trabalhava para organizar uma rede clandestina de espiões.

---

14 Ver também Ricardo Seintenfus (2003, p. 85).

A ideia era ter alcance global para monitorar principalmente a movimentação nos portos e aeroportos de regiões como a América do Sul (HILTON, 1983, p. 29-30).

O Serviço Secreto dos Estados Unidos suspeitava dos planos alemães e reclamava que no Brasil um rádio poderia ser conseguido facilmente. Somente após o rompimento com a Alemanha – portanto, em 1942 –, juntamente à “caça às suásticas” (DIETRICH, 2007), houve uma “caça aos rádios” em poder de alemães.

Em 10 de março de 1942, quando desceu do Rio de Janeiro a São Paulo para encomendar uma peça de rádio, o espião Uli Uebele chamou a atenção do dono da loja, que comunicou a polícia. O desfecho foi sua prisão, a do líder da principal rede de espionagem alemã na América do Sul, Josef Starziczny, e de mais 54 pessoas, entre agentes e colaboradores da rede. O espião profissional Starziczny, cujo nome era conhecido pelo Serviço Secreto dos Estados Unidos e da Inglaterra, prestou mais serviço aos investigadores e historiadores do que ao *Abwehr*. Em seu apartamento, foram encontrados detalhes minuciosos sobre suas missões e como a espionagem alemã funcionava, pois “violou um dos mandamentos básicos do Serviço Secreto clandestino: guardou documentos pormenorizados sobre suas atividades” (HILTON, 1983, p. 143).

Para entender a gravidade do funcionamento da rede, pouco antes de ser preso Starziczny enviou uma mensagem de rádio à Alemanha informando sobre o navio inglês *Queen Mary*. Partindo de Santos, a embarcação levava 4 mil soldados americanos à Austrália e faria uma parada em Buenos Aires. Comunicada, a embaixada britânica providenciou o contato com o capitão do navio, que desviou a rota e evitou ser torpedado por submarinos alemães (HILTON, 1983, p. 271).

Portanto, à época as autoridades lidavam com uma ameaça real que poderia vir de cidadãos alemães. Entretanto, trata-se de um caso localizado de espiões profissionais, não recrutados e/ou formados nas colônias ou grandes centros. Dos cerca de um milhão de alemães no Brasil (GERTZ, 1987), o envolvimento de meia centena com a espionagem é um número relativamente baixo. Ainda assim, o problema foi potencializado no contexto do retrocesso civil apontado por Eric Hobsbawm (1995).

## **O PERIGO NAZI-ARGENTINO E AS FRONTEIRAS**

As relações internacionais no Cone Sul são historicamente tratadas considerando as relações entre Brasil e Argentina. No início do século XX, boa parte da produção indica a rivalidade regional entre ambos, no contexto da busca por hegemonia no continente sul-americano (BANDEIRA, 2003).

Na década de 1930 e no início dos anos 1940, diplomatas, militares e políticos brasileiros tinham a convicção de que o Brasil era inferior à Argentina, tanto no campo econômico quanto no militar (SVARTMAN, 1999). O então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Osvaldo Aranha, em 1937, escreveu uma carta ao presidente Getúlio Vargas preocupado com a quantidade de armas adquiridas pela Argentina nos Estados Unidos e a consequente inferioridade brasileira. Concluiu que “devemos armar-nos fazendo encomendas globais, custe isso o que custar”<sup>15</sup>. Em 1940, o Embaixador do Brasil em Buenos Aires, Rodrigues Alves, reforçou que a corrida armamentista aumentava com o início da guerra na Europa e concluiu que “a República da Argentina vai se armar”, o que aumentaria a superioridade em relação às Forças Armadas brasileiras<sup>16</sup>.

Em julho de 1940, enquanto os eventos da guerra na Europa avançavam (em maio a França foi invadida e a Inglaterra estava sob bombardeio nazista), os militares brasileiros trabalhavam com duas hipóteses de maior gravidade. O general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, descreveu que a inferioridade do Brasil impossibilitaria “atender às duas hipóteses formuladas pelo Estado Maior do Exército, simultâneas ou separadas de: 1º – guerra no continente; 2º – defesa de seu extenso e tão exposto litoral”<sup>17</sup>. No início de 1942, o sucesso da missão Souza Costa – que negociou nos Estados Unidos a compra de armamentos – contentou os militares e deu-lhes a percepção de que finalmente a inferioridade em relação à Argentina ficara no passado<sup>18</sup>.

Superar militarmente a Argentina foi um passo importante, pois a possibilidade de guerra no continente era o principal ingrediente que o nazismo trouxera às relações Brasil-Argentina. Neste sentido, o não rompimento da Argentina com o Eixo reforçava a hipótese da guerra no continente. O governo brasileiro foi hábil em explorar politicamente a possibilidade de os

---

15 Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas, da Embaixada do Brasil em Washington, “analisando as consequências, para Europa e para o mundo, da guerra da Espanha; atentando para a corrida armamentista da Argentina e a necessidade do Brasil investir na defesa nacional”, 04/06/1937, GV c 1937.06.04/1 (Vol. XXVI/54), CPDOC-FGV.

16 Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas, da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, “analisando as dificuldades econômicas da Argentina agravadas com a guerra; [...] e as providências planejadas para a indústria bélica visando a defesa nacional. Informa também sobre tendências germanistas no Exército argentino e a repercussão no discurso de Vargas nesse país”, 22/06/1940, GV c 1940.06.22/1 (Vol. XXXIII/101), CPDOC-FGV.

17 Carta do General Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas, Chefe do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, “encaminhando informações do Estado Maior do Exército sobre a situação do continente sul-americano em relação à guerra incluindo observações detalhadas sobre aspectos político-militares da Argentina, influência alemã no continente e o poderio militar deste país”, 27/07/1940, GV c 1940.07.27/1 (Vol. XXXIV/12a e 12b), CPDOC-FGV.

18 Correspondência referente à Missão Sousa Costa, da Embaixada do Brasil em Washington, 30/01/1942, GV c 1942.01.30 (Vol. XXXVII/19b), CPDOC-FGV.

alemães no Sul do Brasil somarem esforços a alemães-argentinos e causem problemas à segurança continental por meio de ações de espionagem, sabotagem e enfraquecimento político. Enquanto o Ministro da Fazenda do Brasil (Souza Costa) negociava armamentos em Washington, Getúlio Vargas fazia chegar ao embaixador americano no Brasil informações que recebia do perigo nazi-argentino na América do Sul:

Continuam chegando informações atividades nossos vizinhos sul já agora em combinação com agentes nazistas. Atividades nossa fronteira não se limitam substituição forças policia por forçar exército armadas e equipadas para campanha, mas compreendem também instalação postos de rádio, colocação de barcos velozes armados metralhadoras rio Uruguai, construção apressada rodovias e campos aterrissagem [...] e construção de pontes resistentes grande peso, depósito de material bélico em Posadas. Agentes Gestapo disfarçados missionários protestantes tentam penetrar em nossos quartéis<sup>19</sup> (CPDOC-FGV, 1942).

Anteriormente, destacamos que a Terceira Reunião de Consulta recomendou vigiar a entrada e saída de súditos do Eixo nas fronteiras e que o presidente reforçara que havia movimentação suspeita na fronteira com a Argentina. Vargas foi o primeiro presidente do Brasil com conhecimento do que chamou de “nossa fronteira” com a Argentina. Sua experiência não era a de um homem de gabinete, mas de um cidadão fronteiriço de São Borja no Rio Grande do Sul. Possivelmente havia explorado a hipótese do conflito continental para obter vantagens, mas é pouco provável que considerasse realmente uma grande ameaça vinda das fronteiras.

Isso é verdade caso Vargas tenha considerado os relatórios que vinham dos adidos militares na embaixada brasileira em Buenos Aires. O adido do Exército (Tasso Tinoco) destacou, em termos de fronteira, a movimentação da recém-criada *Gendarmería Nacional*. A polícia nacional argentina deveria estar subordinada ao Ministério do Interior, mas isso fora adiado e a nova instituição policial seguia sob a tutela do Ministério da Guerra. Isso teria a ver com as fronteiras, pois a instituição fora dotada da responsabilidade de atuação e, como parte dos preparativos de implantação, “foi iniciada a construção de alojamentos destinados aos contingentes da tropa de *Gendarmería* destacada em Misiones”<sup>20</sup>.

---

19 Correspondência referente à Missão Sousa Costa, da Embaixada do Brasil em Washington, 30/01/1942, GV c 1942.01.30 (Vol. XXXVII/19b), CPDOC-FGV.

20 Relatório nº 110, reservado, 24/02/1942, do Adido Militar do Exército junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, “sobre atividades do Exército Argentino”, 07/03/1942, GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68), CPDOC-FGV.

O adido da Marinha Peixoto Junior apresentou uma análise mais completa e classificou a movimentação de tropas da Argentina na fronteira como mero boato. Aliás, mencionou que o boato possuía reciprocidade inversa, já que corria em Buenos Aires a notícia de que o Brasil movimentava suas tropas na fronteira. A seu ver, “a coincidência [...] faz-nos supor uma ação orientada por aqueles que seriam os mais interessados no choque, os nazistas”<sup>21</sup>.

Com os relatórios dos adidos do Exército, Marinha e Aeronáutica (esse último é o mais sucinto e não analisou especificamente questões de fronteira), o embaixador Rodrigues Alves escreveu a Getúlio Vargas um texto com sua percepção, ao qual anexou os relatórios. Concluiu que a mobilização militar argentina na fronteira seria boato criado “por obra e graça de elementos nazistas que estão tratando de inquietar as populações fronteiriças” em ambos os lados (Brasil e Argentina)<sup>22</sup>. No fundo, a seu ver, os argentinos se envolveriam em uma guerra contra o continente todo se hostilizassem o Brasil, o que lhe parecia improvável.

Sobre a província de Misiones, para Rodrigues Alves o fortalecimento da defesa pela *Gendarmería* teria a ver com o fato de ser uma das regiões “mais afastadas e inóspitas” da Argentina. Por isso e pelo contexto de guerra, exigia maior atenção das autoridades. Em uma correspondência de maio de 1942, relatou uma conversa com a maior autoridade militar argentina depois do Ministro da Guerra:

O General Grass revelou que a remessa de tropas para o sul da República serve também para convencer aos americanos que se a República Argentina não rompeu relações com as potências do Eixo, toma, entretanto, medidas de caráter defensivo, que confirmam assim seu desejo de serem solidários na defesa do Continente, onde quer que ele possa ser atacado<sup>23</sup> (CPDOC-FGV, 1942).

Esta opinião do diplomata não era compartilhada por militares que ainda insistiam em explorar o perigo nazi-argentino. Em 1944, por exemplo, Góis Monteiro defendia que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) deveria

---

21 Relatório s/n, reservado, 26/02/1942, do Adido Militar da Marinha junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, “Informações sobre a existência de mobilização de tropas argentinas na fronteira brasileira”, GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68), CPDOC-FGV.

22 Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas, da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, 07/03/1942, GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68), CPDOC-FGV.

23 Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas, da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, “informando sobre política interna da Argentina; [...], e as relações entre Chile e Argentina”, 21/05/1942, GV c 1942.05.21/1 (Vol. XXXVII/77a), CPDOC-FGV.

se concentrar no Sul do Brasil e não na luta na Itália<sup>24</sup>. De fato, o problema só foi superado com o tardio rompimento diplomático e com a ainda mais tardia declaração de guerra da Argentina à Alemanha, em 1944.

A mencionada presença da força nacional argentina em Posadas (capital da província de Misiones) teve uma atuação pontual na Tríplice Fronteira. No início de março de 1942, alguns dias antes do desmonte da rede de espionagem nazista no Rio de Janeiro, um problema envolveu a *Gendarmería*, os militares do Exército da Companhia de Fronteira e o cônsul da Argentina em Foz do Iguaçu, Eduardo Bianchi. O cônsul do Brasil em Posadas, Lucio Schiavo, denunciou aos militares “relações suspeitas” do cônsul alemão “acerca de remessa de dinheiro” que “possivelmente fazia a Bianchi por intermédio de um dos Bancos do Rio de Janeiro”, por meio do consulado argentino em Foz do Iguaçu. Como consequência, os militares brasileiros da Companhia de Fronteira foram acusados de violar a correspondência diplomática argentina<sup>25</sup>.

O incidente levou Eduardo Bianchi (descrito pelo delegado regional de Foz do Iguaçu como “elemento puramente nazista”)<sup>26</sup> a denunciar o ocorrido ao coronel Adolfo Orandi, comandante da *Gendarmería* em Posadas. Para aclarar a situação, Orandi decidiu visitar o comandante da Companhia de Fronteira, Moacyr Lopes de Resende, em Foz do Iguaçu. A visita, acompanhada de um pequeno grupo de “gendarmes”, foi relatada à Secretaria de Segurança Pública do Paraná da seguinte forma:

Uma hora hoje informado pelo gerente hotel chegada Porto Aguirre um contingente trinta praças seis oficiais vários caminhões novos comuniquei Capitão Comandante da Cia. de Fronteira tomou suas providencias estou esperando clarear dia mandar Sgt. Paredes outro lado afim verificar que há verdade resultado informarei vossencia vigilância vem sendo mantida medida possível havendo necessidade aumentar destacamento o oficial seguirá domingo avião Panair levará relatório peço mandar procurar aeroporto<sup>27</sup> (APP, 1942).

---

24 Memorando do General Góis Monteiro à Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 15/01/1944, GV c 1944.01.15 (Vol. XLIII/15a), CPDOC-FGV.

25 Relatório (Secreto) s/n, 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

26 Relatório (Secreto) s/n, 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

27 Telegrama s/n, 07/03/1942, da 9ª Delegacia de Polícia à Chefia de Polícia, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.



A visita durou três dias e a situação foi esclarecida na mais absoluta cordialidade protocolar. Sem incidentes, o encontro ocorreu no quartel do Companhia de Fronteira, “onde com os membros de sua comitiva e senhoras Ihe [ao Coronel Orandi] foi servido um almoço”<sup>28</sup>. Se as esposas acompanhavam os membros da comitiva, a intenção em visitar a Tríplice Fronteira talvez tenha sido mais conhecer a região (e as Cataratas do rio Iguaçu) do que contestar a violação da correspondência, ainda que isso possa ter motivado a visita. O relato da chegada de “trinta praças, seis oficiais e vários caminhões” poderia até impressionar à primeira vista. Mas, efetivamente, o primeiro contato do qual se tem notícia da *Gendarmeria* com a região está mais para a posição sustentada por Rodrigues Alves do que a por Góis Monteiro.

Além deste episódio e das vagas acusações contra o cônsul argentino, a vigilância da fronteira com a Argentina foi objeto de recomendações do Ministério da Justiça em duas ocasiões no ano de 1942. Em julho, recomendou-se à Secretaria de Segurança Pública do Paraná “evitar que saiam do Brasil pessoas que, nos países vizinhos, possam tornar-se perigosas para segurança e interesses nacionais”<sup>29</sup>. Em dezembro, “considerando ainda subsistir espionagem Eixo” o ministro da Justiça solicitou “necessárias providências a fim ser discretamente exercida meios vigilância sobre viajantes que venham da Argentina ou a ela se destinem, qualquer que seja meio de condução utilizado”<sup>30</sup>.

Portanto, havia um perigo nazi-argentino, principalmente segundo a percepção de alguns militares brasileiros, o que contribuiu para o propósito político de equipar as Forças Armadas. Na prática, uma guerra com a Argentina era tão inviável quanto a união de alemães do Sul do Brasil e da Argentina. No entanto, o problema da espionagem alemã e o não rompimento do país vizinho com o Eixo tornavam a circulação de espões nazistas um perigo real. Neste caso, a fronteira seria o lugar de entrada e saída de elementos subversivos e a Tríplice Fronteira não escapava a este potencial risco.

---

28 Relatório (Secreto) s/n, 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

29 Telegrama s/n, confidencial, 09/07/1942, Prontuário 1344a, Topografia 159, Dossiê “Ministério da Justiça”, Dops-PR, APP.

30 Telegrama s/n, reservado, 07/12/1942, Prontuário 1344a, Topografia 159, Dossiê “Ministério da Justiça”, Dops-PR, APP.

## CAPÍTULO 2 - A TRÍPLICE FRONTEIRA

O desenho das fronteiras como limite dos Estados nacionais é um exercício didático que traduz ideias e sintetiza processos históricos complexos em mapas. Quando o mapa indica um ponto de encontro entre três países, configura-se uma tríplice fronteira. No Cone Sul, o encontro entre Argentina, Brasil e Paraguai forma a Tríplice Fronteira. A criação de um termo próprio para essa fronteira está ligada aos temas do século XXI (BÉLIVEAU; MONTENEGRO, 2006), especialmente à conurbação, que ultrapassou os 900 mil habitantes na primeira década do novo século (SILVA, 2014). Na década de 1940, o limite físico era o mesmo de hoje, com uma variável importante: o número de habitantes não passava de 10 mil, dispersos no território muito além do ponto de confluência (SILVA, 2015).

A história dos limites que levaram à conformação da Tríplice Fronteira remete ao Tratado de Madri, ainda durante o período colonial (1750). Após os processos de independência, no início do século XIX, as preocupações iniciais dos novos Estados foram outras e as indefinições fronteiriças se arrastaram para o século XX. Brasil e Paraguai reconheceram formalmente seus limites com o Tratado Loizaga-Cotegipe em 1872, revisto em 1927. Já Brasil e Argentina formalizaram o entendimento sobre as fronteiras com o Tratado de Limites de 1898, enquanto Argentina e Paraguai assinaram, em 1878, um tratado de limites, de modo que formalmente a região da Tríplice Fronteira encontra-se delimitada já no final do século XIX (VARGAS, 2017).

Com exceção do limite entre Brasil e Paraguai, a delimitação da fronteira entre ambos e a Argentina ocorreu após o recurso da arbitragem internacional. A via legal e a solução pacífica das controvérsias fronteiriças são consideradas características históricas das relações internacionais da América Latina (SOTOMAYOR, 2015). Certamente a arbitragem também constava das opções brasileiro-paraguaias para uma região contestada, onde hoje é a represa de Itaipu (YEGROS; BREZZO, 2013). De acordo com Jacob Blanc, em novembro de 1982 Brasil e Paraguai encontraram um jeito de “fazer o conflito de fronteira literalmente desaparecer” com o reservatório da usina (BLANC, 2018, p. 224).

Quanto maior for a duração histórica, maior será a zona de fronteira (*borderland*) com a qual o historiador trabalhará. Neste sentido, para abarcar toda a Tríplice Fronteira de 1600 a 2000, um estudo recente propôs uma *borderland* que engloba 500 mil quilômetros quadrados e abrange todo o leste do Paraguai desde Assunção, todo o território de Misiones (Argentina)

e parte dos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, especialmente a região das Missões Jesuíticas. Jacob Blanc e Frederico Freitas demonstraram que somente uma abrangência desta dimensão poderia abarcar períodos históricos mais longos, como aquele correspondente ao passado colonial português e espanhol (BLANC; FREITAS, 2018, p. 6).

Em termos braudelianos, o recorte temporal que abarca as consequências do nazismo pode ser associado a uma média duração (BRAUDEL, 1965). Em meados do século XX, a Tríplice Fronteira já estava politicamente delimitada pelos Estados nacionais e as medidas contra o nazismo ocorreram em uma área específica. A *borderland* sobre a qual atuou a Polícia Civil do Paraná acompanhou o trajeto dos rios Paraná e Iguaçu. No rio Paraná, a área de atuação policial equivalia às margens desde Foz do Iguaçu até Guaíra (aproximadamente 200 quilômetros), sob a jurisdição da 9ª Delegacia Regional de Foz do Iguaçu. Em sentido oposto, a vigilância policial se estendeu, por uma área de interesse, até Posadas (capital de Misiones, distante aproximadamente 300 quilômetros) e no rio Iguaçu o limite foi a foz do rio Santo Antônio (aproximadamente 85 quilômetros).

## **A POLÍCIA CIVIL E A FRONTEIRA DO PARANÁ**

Até o final da década de 1930, a parte brasileira da Tríplice Fronteira contava com a representação militar tanto do Exército (Companhia de Fronteira) quanto da Marinha (Capitania Fluvial) e, em algum nível, da Aeronáutica (Correio Aéreo Militar). Com maior incidência das ações do Exército Brasileiro, a natureza da função de defesa atribuída aos militares os afastava das questões cotidianas de segurança. Cabia à Polícia Civil do Paraná, por meio da 9ª Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, as ações de repressão tanto aos delitos comuns quanto aos considerados de ordem política e social.

Enfrentar os crimes políticos e sociais era uma atribuição para a qual todas as polícias estaduais haviam sido preparadas desde o início do governo Vargas (1930). Logo após a vitória em São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, o Governo Federal promoveu algumas iniciativas para centralizar o controle das polícias estaduais. Em 1933, a polícia do Distrito Federal foi promovida a força federal sob superintendência do ministro da Justiça e “inspeção suprema” do presidente da República. Para Elisabeth Cancelli, esta foi uma inovação importante no aparato policial, já que se tratava de uma polícia cada vez mais centralizada sob as ordens do presidente, e não de uma justiça independente (CANCELLI, 1994, p. 29).

Enquanto a Polícia Civil dos estados lidava com investigações comuns, a polícia política organizada a partir do Rio de Janeiro deveria lidar com

investigações de crimes políticos. Dois exemplos de crimes políticos serviram para reforçar a tese da necessidade da força e inteligência policial na esfera política. Em 1935, a Intentona Comunista certamente prestou mais serviço à centralização policial do que ao comunismo internacional. Em 1938, já sob o Estado Novo, a mencionada tentativa da Ação Integralista Brasileira em tomar o poder à força transformou os integralistas, ao lado dos comunistas, em subversivos da ordem social.

Ainda que houvesse tipificação jurídica dos crimes cometidos pelos subversivos (enquadrados como comunistas, integralistas ou outra categoria que surgisse), a atuação da polícia política carregaria implicitamente uma boa dose de subjetividade e um poder discricionário considerável. Isso se deve ao caráter dual da estrutura, que permitia à polícia agir tanto a partir de normativas legais quanto de prerrogativas “em uma esfera inatingível pela lei”, em nome da segurança nacional e da ordem pública. Neste sentido, para dar unidade à atuação, em 1936, um Congresso de Polícia foi organizado no Rio de Janeiro com três metas: unificar a ação policial no campo da ordem política e social; aparar arestas entre a polícia do Distrito Federal e dos Estados; e aumentar o prestígio do chefe de polícia do Distrito Federal (CANCELLI, 1994, p. 64).

Quando a ditadura do Estado Novo foi proclamada (novembro de 1937), já havia uma estrutura policial organizada que atuaria a partir das ordens diretas de Getúlio Vargas. Mais do que isso, a polícia política foi aprimorada principalmente por conta da coesão nacional obtida com a destituição dos governadores dos estados e das assembleias legislativas em todo o país. Vargas, além de chefiar a polícia do Distrito Federal, nomeava o interventor federal nos Estados que, por sua vez, era responsável pela Polícia Civil por meio de um secretário de segurança e de um chefe de polícia na unidade da federação.

No Paraná, para cuidar dos crimes políticos, em 1937 foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops-PR). Os policiais paranaenses, que já tinham enfrentado “criminosos comunistas” no estado em 1935, atuaram também contra os “criminosos integralistas” em 1937. Em ambos os casos, os indivíduos presos (nos termos da época “elementos subversivos”) foram enviados de Curitiba para julgamento no Tribunal de Segurança Nacional (TSN), na capital federal (BENEVIDES, 1991, p. 153). O TSN foi um órgão da justiça militar criado em 1936 como tribunal de exceção para julgar crimes políticos e ir contra a economia popular, funcionando até 1945 (BRASIL, 1936).

Preparo e experiência, portanto, não faltavam aos policiais paranaenses para lidar com uma nova categoria de criminosos e/ou subversivos surgida em 1942: os súditos do Eixo. Além da repressão indiscriminada aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial (PEREIRA, 2010), já foram satisfatoriamente estudadas as condições de enfrentamento aos

nomes ligados à seção estadual do Partido Nazista, tanto na capital quanto no interior (ATHAIDES, 2011). Em relação à atuação da polícia no interior e no litoral do Paraná, as políticas restritivas aos japoneses também foram objeto de estudo específico (KIMURA, 2006). Este livro contribui para as análises históricas com uma abordagem única sobre a atuação da polícia política na fronteira, a partir de uma pressão internacional exercida por meio do governo federal no Rio de Janeiro, em nome da segurança continental.

Em Curitiba, a Dops-PR tinha estrutura, recursos humanos e equipamentos para investigar, reprimir e instruir os processos a serem encaminhados ao Tribunal de Segurança Nacional. No interior, a estrutura podia ser precária, de forma que na fronteira internacional do Paraná praticamente inexistia uma organização razoável. Além disso, a estrutura não seria exclusiva de “policiais políticos”, termo que era aplicável não somente pela natureza política dos delitos com que lidavam, mas também porque o afastamento de prefeitos eleitos levou à nomeação de delegados-prefeitos no interior. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, de 1937 a 1945, oficiais da Companhia de Fronteira e delegados regionais se revezaram na prefeitura.

Do ponto de vista normativo, as funções da Polícia Civil do Paraná, bem como as atribuições dos delegados foram definidas em decreto do interventor federal Manuel Ribas, em 1939. Na ocasião o estado foi dividido em regiões policiais cujos delegados tinham uma lista de atribuições imensa, sobretudo o delegado da 9ª Delegacia Regional de Foz do Iguaçu. Na Figura 2 é possível observar a abrangência física das delegacias regionais do Paraná, especialmente a jurisdição de Foz do Iguaçu e Guarapuava.

Além de lidar com os crimes comuns, as delegacias deveriam assumir as funções da Dops: controle civil, cartório e identificação, fiscalização de hotéis e pensões, fiscalização de armas e explosivos e serviço de controle de estrangeiros. O delegado que assumisse o posto em Foz do Iguaçu ainda acumularia as atribuições da delegacia portuária (Paranaguá), incumbida de controlar o movimento de entrada e saída de barcos e reprimir o desembarque de “cidadãos indesejáveis”<sup>31</sup>.

---

31 Relatório do Interventor Federal no Estado do Paraná (1940-1941), Curitiba, 1942, APP.

Figura 2 – Mapa indicando as regiões policiais do Paraná em 1941



Fonte: Relatório do Interventor Federal no Estado do Paraná (1940-1941), Curitiba, 1942, APP.

Não é exagero afirmar que a sorte de um acusado político dependia das escolhas e linhas de atuação de um delegado, que poderia aplicar uma pena de imediato ou encaminhar o suspeito para o Tribunal de Segurança Nacional. Em Santa Catarina, por exemplo, as penas variavam “entre ficar horas, dias, meses na cadeia local ou apresentar-se diariamente ao delegado” (FÁVERI, 2004, p. 96-98). No interior do Rio Grande do Sul, havia quase que uma obrigação de os delegados do interior combaterem elementos nazistas (GERTZ, 1991, p. 48).

Na fronteira do Paraná, o delegado do interior acumulou ainda mais atribuições, já que o compromisso do Brasil em vigiar os súditos do Eixo e controlar a circulação de pessoas, assumido em janeiro de 1942, recaía sobre a jurisdição da 9ª Delegacia Regional. Naquele contexto, a região da fronteira não era apenas mais um interior do estado. Assim como o litoral, tornou-se uma possível porta de entrada para elementos indesejáveis, perigosos ou subversivos, reunidos sob um mesmo adjetivo: súditos do Eixo.

Graças à centralização policial, quando os súditos do Eixo foram definidos como “inimigos em solo brasileiro” em janeiro de 1942 (SILVA, 2013), o enfrentamento aos subversivos (independentemente de ser comunista,

integralista ou súdito do Eixo) tinha um *modus operandi* comum em todo o Brasil, capaz de chegar mesmo aos lugares mais remotos. Justamente por isso os historiadores concordam que aquele ano de 1942 representou o principal momento de atuação da polícia contra alemães, italianos e japoneses (ATHAIDES, 2011; DIETRICH, 2007).

Além da estrutura policial, duas outras variáveis são importantes para compreender o motivo pelo qual nossas fontes indicam que na 9ª Delegacia o período de atuação contra os súditos do Eixo corresponde à virada de 1942 para 1943. A primeira variável é o rumo que a Segunda Guerra Mundial poderia tomar. Historiadores têm destacado que até o primeiro trimestre de 1943 a vitória dos Aliados era incerta (HOBSBAWM, 1995, p. 49). Portanto, além da declaração de guerra do Brasil (agosto de 1942), o mundo era assolado pela incerteza sobre qual lado venceria o conflito. Era um contexto no qual todos os esforços deveriam ser envidados. A segunda variável, que se conecta a este argumento, é a atuação de um delegado especial à altura da complexidade e do acúmulo das atribuições da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu.

Para cumprir adequadamente todas as mencionadas atribuições da 9ª Delegacia seria necessário um delegado de muita qualidade técnica. No entanto, o contexto internacional e a ameaça do nazismo requereram da Secretaria de Segurança Pública do Paraná uma atenção diferenciada. Para a tarefa, foi nomeado o jovem Glaucio Guiss, de 25 anos, recém-formado em Direito pela então Universidade de Direito do Paraná (1941). O Delegado Regional de Foz do Iguaçu atuou na função de setembro de 1942 a maio de 1943, quando foi transferido para Londrina. Em 1944 retornou a Curitiba, onde chegou a ser delegado titular da Dops-PR (1949-1951) e ocupou diversos outros cargos na área de segurança pública e justiça no Paraná<sup>32</sup>.

O primeiro trabalho da vida profissional de Glaucio Guiss ficou marcado pelas medidas adotadas em função de suas atribuições de delegado regional na fronteira do estado. Sua formação em Direito (algo raro para a época, mesmo na capital) e possivelmente suas conexões sociais levavam-no a ter contato direto com o secretário de Segurança Pública Fernando Flores, estabelecendo uma conexão direta da 9ª Delegacia com a Secretaria de Segurança Pública, sem passar – ou apenas como cópia – pela Dops-PR. Alguns de seus relatórios, em geral bem escritos e fundamentados, foram

---

32 A Câmara Municipal de Curitiba aprovou a Lei nº 12.150 em abril de 2007, que nomeia Glaucio Guiss como um dos logradouros da cidade, em homenagem aos seus serviços prestados ao Paraná e à capital. Ofício s/n, 19/10/1942 (chegada em Foz do Iguaçu em 24/09/1942); Informação s/n, 16/05/1943 (desde Londrina, onde Glaucio Guiss assumiu a Delegacia Regional em data não especificada), Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

também encaminhados ao Comando da 5ª Região Militar e ao Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, Glaucio Guiss não foi apenas um delegado do interior. Para a época, foi um agente especial designado para uma missão específica: vigiar a fronteira internacional do Paraná. Para a história, é um personagem central na análise do nexo entre o enfrentamento ao nazismo e a Tríplice Fronteira. Suas ações foram baseadas em instruções superiores, num momento de turbulência internacional, e seus numerosos telegramas e relatórios abrangem também aspectos econômicos e sociais da região no início da década de 1940.

## **BRASIL-PARAGUAI: UM RETRATO DA DECADÊNCIA ECONÔMICA**

A primeira ação do delegado Guiss foi mapear as pessoas e os potenciais subversivos nas barrancas dos rios Paraná e Iguaçu. Começou pelo rio Paraná, mais complexo e mais importante por conta da navegação e circulação de pessoas e mercadorias. Ao que tudo indica, entre outubro e o começo de novembro de 1942, uma diligência foi realizada ao longo dos 200 quilômetros do rio, partindo de Foz do Iguaçu e chegando a Guaíra. O resultado foi a elaboração de um relatório minucioso intitulado *Levantamento Completo de Todas as Localidades da Costa do Rio Paraná, Pertencentes à 9ª Região Policial, com Sede em Foz do Iguaçu (Brasil e Paraguai)*<sup>33</sup>. Encaminhado ao secretário de Segurança Pública do Paraná na segunda quinzena de novembro, o documento foi despachado para o comandante da 5ª Região Militar e para o presidente da Comissão de Estudos da Faixa de Fronteiras do Conselho de Defesa Nacional.

Esta não seria a única excursão comandada pela 9ª Delegacia ao rio Paraná. Entre 27 de novembro e 21 de dezembro de 1942, “cumprindo ordem de Vossa Excelência” (Glaucio Guiss), Manuel Cursino Dias Paredes (terceiro sargento) partiu em “diligência nas barrancas do Rio Paraná, do Rio Piquiri, do Distrito de Guaíra e de Cascavel”<sup>34</sup>.

O levantamento de informações sobre a barranca do rio Paraná foi redigido em um texto de 11 páginas classificado como secreto. Em linguagem simples, foi caracterizada a decadência da economia ervateira que havia movimentado a Tríplice Fronteira desde o término da Guerra da Tríplice Aliança (1870). A partir de então, toda a região da Argentina, do Brasil e do Paraguai no entorno do rio fora explorada para retirada de erva-mate

---

33 Levantamento completo das diversas localidades existentes na costa do rio Paraná, 12/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

34 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.



nativa e madeira de lei. Os dividendos criaram “verdadeiros impérios do mate”, exemplificados nas propriedades e riquezas de “estrangeiros” como Julio Alica (argentino) e Thomaz Laranjeira (WACHOWICZ, 1982, p. 58).

Quando os revolucionários do movimento tenentista atingiram o oeste do Paraná em 1924, a economia da erva-mate já dava sinais de esgotamento (CABANAS, 2017). O principal fator para a decadência de qualquer sistema de exploração de recursos naturais não renováveis é o fim da matéria-prima explorada. Somente as companhias com mais recursos tinham chances de sobreviver por mais tempo. Era o caso da Mate Laranjeira, proprietária de um complexo que, para explorar os ervais nativos no Mato Grosso e exportar para a Argentina, construiu uma cidade, uma ferrovia e mantinha diversos portos em funcionamento. Este não era o caso de inúmeras outras pequenas empresas de exploração de erva-mate, que foram progressivamente deixando de existir já na década de 1930.

O esgotamento dos recursos naturais e a sobrevivência apenas das empresas maiores e mais organizadas levaram o delegado Guiss a relatar que, com poucas exceções, os 45 portos encontrados eram lugares em decadência (27 do lado brasileiro e 18 do lado paraguaio). Com um parágrafo para cada porto, o texto ainda revela duas preocupações próprias da década de 1940: a nacionalidade do Eixo e a segurança nacional.

A margem brasileira foi descrita como um espaço que, apesar da decadência, tinha algum contato com outros lugares do interior do Paraná. No relatório policial, receberam destaque os locais nos quais havia alguma estrada, picada ou qualquer outro modo de acesso. Como os portos eram a principal forma de entrada, em torno de alguns deles se formaram pequenos vilarejos. No que se refere às condições físicas e instalações, em vários trechos se evidenciou a decadência da fronteira com o Paraguai. Expressões semelhantes à “já possuiu grandes ervais” (Porto Bela Vista) são comuns nas descrições. Especificamente sobre o Porto Moleda, consta no relatório que “atualmente, está tudo em decadência e as casas ruindo”. Sobre o Porto Alica (lado brasileiro), o prognóstico também não lhe era favorável, já que “foi um lugar próspero, mas hoje está em franca decadência”.

O lado paraguaio não foi mais bem avaliado, sendo descrito como ainda mais abandonado do que o brasileiro. Quase todos os 18 portos foram qualificados como “porto precário”. Qualquer sombra de progresso parecia ter ficado no passado. Em alguns exemplos é possível observar a utilização do tempo pretérito do verbo: “existe apenas um velho barracão de zinco. Já funcionou aí uma zorra, porém hoje está abandonado. Existiu também telefone” (Porto Itacuru); “o porto está completamente abandonado já há algum tempo, e não tem nada” (Porto Doriela); “Porto completamente abandonado; a casa apodreceu

não deixando nem vestígio” (Cadorna); e “completamente abandonado. Não tem ninguém” (Porto Alica, lado paraguaio).<sup>35</sup>

Algumas poucas exceções foram notadas. Na realidade, o delegado observou que de 44 portos (no total eram 45, mas Porto Mendes possuía outra dinâmica, que será analisada a seguir), apenas dois do lado brasileiro e um do lado paraguaio do rio Paraná tinham algum ponto positivo ou potencialmente positivo. No Brasil, havia o Porto São Vicente, que servia de residência à Dionísio Chielli e sua família. “Brasileiro com 48 anos de idade, casado, com 12 filhos, sendo 8 homens, que são reservistas. Residem no local há 18 anos. O porto está evoluindo”. Após qualificá-lo e realçar o fato de ser brasileiro e ter filhos reservistas, concluiu: “a família dedica-se à lavoura e apresenta um ótimo aspecto não só como trabalhadores, como também do ponto de vista social. [...] É o porto de maior prosperidade desde Iguaçu”.

O meio do caminho entre Foz do Iguaçu e Guaíra era o Porto de Santa Helena, o segundo e último que apresentou algum aspecto positivo do lado brasileiro. Glaucio Guiss relatou que na cooperativa agrícola que levava o nome do interventor federal Manuel Ribas residiam cerca de 300 pessoas, distribuídas em 80 famílias. A finalidade daquele vilarejo era “reunir a produção dos colonos e vender em Foz do Iguaçu e em Guaíra”.<sup>36</sup> Isso daria a eles uma condição econômica que não estava presa à extração da erva-mate e da madeira.

Do lado paraguaio, no porto Las Palmas, “os Ayalas” não somente exploravam a erva nativa, mas a cultivavam e exportavam-na para a Argentina através de Encarnación, vizinha de Posadas, do lado paraguaio (Figura 1). Nas contas de Glaucio Guiss, residiam aproximadamente 250 pessoas no porto, as quais eram servidas de uma escola pública e “em torno do porto há ótimas estradas para automóvel”.<sup>37</sup> Esta era a região mais desenvolvida do lado paraguaio dentre aquelas que a polícia visitou e analisou.

O único caso que não pode ser enquadrado como “decadência” ou “exceção” é o do Porto Rio Branco. Habitado por cerca de 200 pessoas, a maioria brasileiros, o vilarejo em torno do porto dedicava-se a fabricar e processar laranja azeda. De propriedade da madeireira Alto Paraná (capital inglês, administrado por um cidadão suíço), existia “uma fábrica movida a

---

35 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

36 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

37 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

vapor com destilaria”.<sup>38</sup> Sem maiores esclarecimentos, este caso é um ponto fora da curva de análise de Glaucio Guiss, por indicar uma incipiente iniciativa industrial.

No polo oposto a Foz do Iguaçu estava o complexo da já mencionada Companhia Mate Laranjeira, da qual fazia parte tanto o porto 45 (Porto Mendes) quanto a cidade de Guaíra. A história da companhia começou com o auxílio que seu dono, Thomaz Laranjeira, prestou ao Exército Brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança. Após fornecer alimentos e animais, acompanhou a comissão que demarcou os limites entre Paraguai e Brasil no pós-Guerra. Em 1882, recebeu uma concessão do governo brasileiro para explorar todo o sul do Mato Grosso, a qual foi renovada diversas vezes. O envolvimento de Thomaz na política garantiu que seus inimigos acusassem sua companhia de ser “um Estado dentro do Estado” (WACHOWICZ, 1982, p. 67).

O envolvimento com o Paraná se deu por conta da necessidade de escoar os produtos para a Argentina através do rio Paraná. Até aproximadamente 1910, as exportações partiam do Porto São João, em São Paulo, o que se tornou inviável por motivos diversos. Contornar as Sete Quedas era um problema físico, solucionado pela construção, em 1913, de uma ferrovia de 60 quilômetros ligando o alto ao baixo rio Paraná (Guaíra a Porto Mendes, respectivamente). Em 1942, Porto Mendes tinha um bom aspecto e foi considerado o “principal porto desde Iguaçu”. Foram contados no porto cerca de 100 empregados, além de “bastante gado, bom armazém e um bom campo de pouso para aviação”. Sobre a atividade econômica, “exporta semanalmente 300 toneladas de erva para Buenos Aires”.<sup>39</sup>

Contudo, a motivação para o relato detalhado da região não era o fato de conhecer a fronteira internacional do Paraná. A polícia estava preocupada com a segurança e com a possibilidade de atuação subversiva de súditos do Eixo. Com isso em mente, alguns lugares pareceram propícios ao desenvolvimento de atividades subversivas, motivo pelo qual receberam destaque. Do lado paraguaio, uma única observação poderia passar despercebida, não fosse a preocupação exclusiva com os súditos do Eixo. No Porto Santa Tereza, de propriedade de Leandro Bertoni (não mencionado, mas de origem italiana), havia 70 famílias, o que totalizava 140 pessoas, todas paraguaias, empregadas no cultivo de erva-mate. Aparece como contraste a informação sobre a descendência do administrador do porto: “Milciades Schneider, paraguaio, cujos avós são alemães”. O contraste não pode ser confundido com o contexto. Em plena Segunda Guerra Mundial, ser neto

---

38 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

39 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

de alemães poderia indicar predisposição a contribuir com a causa nazista. Pelo menos era o que dominava o senso comum das autoridades policiais.

De Guaíra a Foz do Iguaçu, os casos mais ameaçadores quanto à nacionalidade do Eixo estavam ligados ao Porto Sol de Maio e ao Porto Santa Helena. Ambos se relacionavam a empreendimentos de companhias colonizadoras, que foram um negócio privado com terras concedidas pelo Estado para atrair imigrantes e/ou descendentes europeus para o interior (PRIORI; BERTONHA, 2015). De acordo com Eunice Sueli Nodari, este modelo foi praticado em todo o Sul do Brasil e nordeste da Argentina, de modo que tanto em Misiones quanto em Santa Catarina, por exemplo, a colonização no início do século XX foi semelhante (NODARI, 2018, p. 84).

O Porto Sol de Maio era propriedade da Companhia Espéria, uma colonizadora de capital italiano criada em 1926. Para atrair colonos italianos, recebeu do governo do Paraná uma concessão e montou uma estratégia que combinava a aplicação de técnicas clássicas (tentar convencer colonos do Rio Grande do Sul) com técnicas inovadoras (abordar italianos que chegavam ao Brasil pelo Porto Epitácio, em São Paulo). Neste sentido, há registro de casos em que a companhia atuava para convencer colonos que iriam residir na Argentina, já que o trajeto de São Paulo a Buenos Aires era feito pelo rio Paraná. No entanto, a empresa não teve muito sucesso na empreitada colonizadora e encerrou suas atividades em 1937. Na realidade, colonizar não foi sua principal atividade, mas sim ingressar no negócio da erva-mate, atividade na qual teve relativo sucesso nos seus pouco mais de 10 anos de existência (COLODEL, 1988, p. 201).

O fracasso da colonização italiana da Companhia Espéria também foi retratado por Glaucio Guiss, que indicou a presença de 10 famílias brasileiras e duas paraguaias em Sol de Maio naquele ano de 1942. Pouco antes de sua visita *in loco* "foram desalojados por esta D. R., 4 súditos alemães solteiros, que lá residiam e que atualmente encontram-se em Guarapuava". E concluiu: "o porto está em franca decadência".<sup>40</sup> Nenhum italiano foi relacionado como morador da região.

A história dos italianos em Santa Helena remete a uma primeira iniciativa fracassada na década de 1920. A massa falida do primeiro empreendimento foi adquirida pela Companhia Alegretti, que fez o procedimento clássico de propaganda junto dos colonos no Rio Grande do Sul. A colonização da Alegretti teve relativo sucesso, apesar de a empresa ter a concessão caducada em 1941 (COLODEL, 1988, p. 191).

A atração de ítalo-brasileiros assemelha-se às colônias alemãs em Misiones. No meio do caminho entre Foz do Iguaçu e Posadas, as colônias

---

40 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

de Montecarlo e Porto Rico somavam 87 famílias em 1922 (NODARI, 2018, p. 91). Em Santa Helena, das 80 famílias contadas em 1942, a “maioria [era de] descendente de italianos”. Quando da diligência policial, dez famílias cujos patriarcas eram italianos e que moravam em Santa Helena, a exemplo dos 4 alemães de Sol de Maio, já haviam sido “retirados por esta D.R., desta localidade” e “encaminhados a Guarapuava”.<sup>41</sup>

Quanto às questões de transporte, de Sol de Maio a Foz do Iguaçu havia uma estrada “carroçável” de cerca de 94 quilômetros. Já em Santa Helena a situação era mais favorável ao pouso de aviões: “há [sic] 4 km do porto existe um campo de pouso para avião, em bom estado, com 720 mt. × 160 mt.” Esta situação era particularmente importante ao contexto da guerra e à ameaça que os súditos do Eixo poderiam representar. A possibilidade de um aeroporto clandestino também foi notada em outros dois portos brasileiros. No porto Vitória, de “propriedade do argentino Rafael Ozuma”, Glaucio Guiss vislumbrou um potencial espaço para um campo de pouso: um “planalto que se presta bastante para um campo de aterrissagem”. No porto Ocoy, também de propriedade de um estrangeiro (o paraguaio Rosário Benitez), aproximadamente a “400 metros da casa de residência” existia “um campo de pouso de 600 metros de comprimento”.<sup>42</sup>

Por fim, o distrito de Guaíra, onde residiam 1.403 pessoas, era o lugar que apresentava melhor infraestrutura às margens do rio Paraná. Além da estrada de ferro com “4 locomotivas a lenha, 2 carros de passageiros de 1ª classe, 1 carro de passageiros de 2ª classe e 10 carros de carga”, havia “uma Estação Central Telefônica”<sup>43</sup>. Este nível de detalhamento se justifica pois era necessário saber o que havia à disposição para possíveis ações subversivas na fronteira com o Paraguai. Evidentemente, uma preocupação própria dos tempos de guerra.

Portanto, a descrição geral da região que consta no relatório da polícia também informou aspectos ligados às questões específicas da década de 1940. Vale ressaltar que se não houvesse a Segunda Guerra Mundial, o delegado especial certamente teria se ocupado de alguma outra atividade na capital do Estado. O mero relatório descritivo da barranca do rio Paraná poderia continuar a ser objeto de relato para viajantes, mas não para policiais de alta graduação à época. O real motivo que levou ao detalhamento dos 45 portos foi obter informações sobre o potencial de ameaça que os

---

41 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

42 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

43 Relatório, s/n, 13/06/1941, de Danton S. Almeida para o Chefe de Polícia do Paraná, Pron-tuário 0297, Topografia 115, Dossiê “Companhia de Mate Laranjeira”, Dops-PR, APP.

súditos do Eixo (numa óbvia confusão com espões nazistas) poderiam representar à segurança nacional e continental.

Figura 3 – Mapa dos principais portos sobre o Rio Paraná em 1940



Elaboração: Marcelino Teixeira Lisboa.

## **BRASIL-ARGENTINA: COMPARTILHANDO O TURISMO**

O episódio da diligência aos portos do rio Paraná possibilitou caracterizar a região e apontar os vestígios de um intenso contato entre os lados paraguaio e brasileiro. Na fronteira com a Argentina, a situação era diferente

e refletia a condição distinta do rio Iguaçu. Geograficamente, desde o encontro com o rio Paraná até as Cataratas, a distância aproximada é de 25 quilômetros, e a fronteira com a Argentina se estende até a foz do rio Santo Antônio, aproximadamente a 85 quilômetros da foz do rio Iguaçu. Ambos os lados do rio também foram alvo da exploração de erva-mate e madeira, mas as Cataratas do Iguaçu não permitiram utilizar o rio para escoar os produtos, tornando suas margens menos relevantes para a economia em torno da exploração dos recursos naturais.

Outro aspecto da fronteira com a Argentina foi a investida dos governos federais. Preocupados com a lógica geopolítica após a Guerra da Tríplice Aliança, os governos do Brasil e da Argentina passaram a estudar iniciativas para diversos pontos de suas fronteiras. Naquele contexto, a região das Cataratas do Iguaçu se tornou um dos pontos mais sensíveis da disputa entre ambos (FREITAS, 2018, p. 105). Colonizar a fronteira passou a ser um objetivo tanto dos políticos e militares brasileiros quanto dos argentinos, o qual foi particularmente potencializado com os governos de ascendência militar da década de 1930. Antes disso, o Brasil largou na frente com a iniciativa da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, instalada em 1889 (MYSKIW, 2011).

Os vários estudos e projetos sobre como colonizar e demarcar a presença demográfica no território culminaram nos projetos de parques nacionais, sob uma lógica de preservação ambiental (FREITAS, 2018). Com nomenclatura semelhante, Argentina e Brasil, em 1934 e 1939, respectivamente, criaram seus respectivos Parques Nacionais do Iguaçu. Quando da atuação especial de Glaucio Guiss em 1942, os parques estavam em seus períodos iniciais. Mas as iniciativas oficiais de preservação já datavam de muito antes. Do lado brasileiro, em 1916, o Estado do Paraná havia desapropriado uma área no entorno das Cataratas. Na primeira década do século XX já havia pelo menos um hotel do lado brasileiro e outro do lado argentino. O investimento no turismo havia se iniciado a partir de lucros do sistema de exploração da erva-mate. Foi o caso da companhia Nuñez y Gibaja, que explorava erva-mate e madeira e inaugurou um hotel em Porto Iguaçu em 1902 (SILVA, 2014, p. 37).

Os parques nacionais conferiam uma situação diferente e mais segura em relação aos problemas internacionais da época. Talvez por este motivo o delegado Guiss tenha confiado a um subordinado (Benedito de Almeida Prohmann) a missão de fazer um levantamento sobre as barrancas do rio Iguaçu. A diligência ocorreu em março de 1943 e foi relatada em um documento de apenas três páginas, classificado como reservado<sup>44</sup>.

---

44 Relatório de diligência realizada ao longo do rio Iguaçu, 24/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP. Doravante, as citações no corpo do texto referem-se a este documento.

O relatório policial da diligência ao longo “da fronteira Brasil-Argentina, até a foz do rio Santo Antônio”, demonstrou que havia pouca atividade ao longo dos aproximadamente 85 quilômetros. O sargento Benedito relatou uma lógica de polícia comum, sem nenhuma referência à ameaça dos súditos do Eixo ou a potencial espaço para atividades subversivas. A ilegalidade nas barrancas do rio Iguaçu tinha mais a ver com a pesca e a caça. Logo no começo da viagem, na localidade de Poço Preto, “notamos sinais de acampamentos recentes, talvez de pescadores ou caçadores, porque quase todos eles tinham uma armação para secar peixe”. Nas mesmas imediações foram encontrados dois homens, dos quais apreenderam duas armas sem licença. Próximo à foz do rio Santo Antônio, “onde existem os marcos Brasil e Argentina”, o policial relatou a existência de uma picada suspeita por onde teriam passado dois cavaleiros. Apesar da suspeita inicial, acabaram por descobrir que se tratava de dois moradores da região.

No documento sobre as margens do Iguaçu não foram mencionados portos, pois, de fato, não havia autorização para o funcionamento de nenhum na barranca do rio. Ainda assim, de frente para o Porto Aguirre (lado argentino, próximo à foz do rio), havia, do lado brasileiro, um porto utilizado por moradores e operadores de turismo que fazia fundo para o então Hotel Cassino Iguaçu (Figura 4), de propriedade do Estado<sup>45</sup>. Considerando a missão do delegado especial em Foz do Iguaçu, especialmente a sua atribuição de controlar os estrangeiros, seria de se esperar que ele verificasse a circulação de pessoas na Tríplice Fronteira. Em 31 de outubro de 1942, Glaucio Guiss assinou uma Portaria que “regulamenta a entrada e saída de pessoas nacionais e estrangeiras, pelos portos de Foz do Iguaçu e General Meira”, segundo a qual:

1º) Os habitantes de Foz do Iguaçu e suas imediações, só poderão se dirigir aos portos Franco (Paraguai) e Aguirre (Argentina), quando forem portadores de licença fornecida por esta Delegacia [...].

2º) Os turistas, quer sejam nacionais ou estrangeiros, quando entram ou se ausentarem do Território Nacional, só poderão fazê-lo pelo porto oficial de Foz do Iguaçu, ficando conseqüentemente proibido o trânsito pelo Porto General Meira, para essa categoria de pessoa<sup>46</sup> (APP, 1942).

O jovem delegado da 9ª Delegacia estava realmente empenhado em cumprir sua missão especial. O contato direto com o secretário de

---

45 Relatório, s/n, 13/06/1941, de Danton S. Almeida para o Chefe de Polícia do Paraná, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê “Companhia de Mate Laranjeira”, Dops-PR, APP.

46 Portaria s/n, 31/10/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.



Segurança Pública e seus relatórios encaminhados para o Comando da 5ª Região Militar, para o Ministério das Relações Exteriores e para as Comissões Federais representam uma parte de seu prestígio. A dose de poder discricionário era elevada a ponto de, em nome da segurança nacional, determinar ações que impactavam o cotidiano. Consequentemente, nem todas as pessoas concordaram com a mudança. Quando Glaucio Guiss cumpriu sua missão especial e deixou a chefia da 9ª Delegacia, em maio de 1943, o gerente do Hotel Cassino Iguaçu fez um desabafo e pediu providências ao estado do Paraná para que a exigência imposta aos turistas fosse revista<sup>47</sup>.

Na ocasião, José Acylino de Castro reclamou ao secretário de Segurança Pública do Paraná, Fernando Flores, que “talvez uma decisão tomada em momento precipitado” pelo então delegado regional estivesse impossibilitando o turismo na fronteira com a Argentina. Com a decisão, os brasileiros ficavam em desvantagem mesmo que tivessem uma “boa estrada por terra” para as Cataratas do Iguaçu, que era aproveitada pelos argentinos, os quais, por sua vez, ofereciam “um ótimo serviço de canoa que presta a esse trânsito pelo Rio Iguaçu”. A portaria impossibilitava que ambos os serviços continuassem a ser conectados, pois os turistas do lado argentino não tinham trânsito livre para o lado brasileiro. Ao contrário, para identificação e fiscalização deveriam descer até o rio Paraná, no porto de Foz do Iguaçu, em um trajeto que demorava em torno de 40 minutos de barco. Este era o problema do hoteleiro pois, a seu ver, o deslocamento prejudicava o negócio.

Contextualizando a demanda e resumindo a posição das autoridades federais e estaduais na cidade, o administrador da Mesa de Rendas (antecessora da Receita Federal), Altamir Gonçalves Dias Bozon, elaborou um parecer bastante detalhado a respeito da demanda do Hotel Cassino Iguaçu<sup>48</sup>. Destacou que somente o porto sobre o rio Paraná possibilitava o trabalho adequado de identificação e fiscalização para as três tarefas essenciais: “vigilância da fronteira, repressão ao contrabando e identificação de elementos, cuja entrada ou saída no ou do nosso território possam interessar às autoridades competentes”.

O administrador ainda indicou uma visão das autoridades locais sobre um “novo tempo”, que substituíria as épocas nas quais “campeou o absurdo” que trazia “grandes prejuízos para a administração pública”. A medida sobre a qual o hoteleiro reclamava, ao contrário do que sugeria, não era unilateral ou precipitação do delegado Glaucio Guiss. Era fruto de cooperação e combinação das várias autoridades reunidas no lado brasileiro da fronteira.

---

47 Exposição de motivos da S.A. Hotéis Iguassú, 07/05/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

48 Ofício nº 232, 17/06/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

A medida, fechando o “porto” General Meira (fechando, digo mal porque nunca foi aberto por lei), proibindo o acesso a pessoas estranhas, foi levada a efeito em virtude de uma reunião havida entre as autoridades locais, a qual teve por objeto a cogitação de uma melhor maneira a se pôr em prática certas normas tendentes a proporcionar uma ação mais eficiente, à vista da situação do BRASIL EM GUERRA. Nesta reunião, tomaram parte os Snrs.: Carlos Nascimento, Inspetor de Imigração, Capitão Darci Caldeia, Capitão dos Portos, Capitão Moacir Lopes de Resende, Comandante da 1ª Companhia Independente de Fronteira, Bacharel Glaucio Guiss, Delegado Regional de Polícia e Altamir Gonçalves Dias Bozon, Administrador da Mesa de Rendas (signatário deste) (APP, 1942).

No que se refere ao turismo supostamente prejudicado pela decisão, o representante do Ministério da Fazenda declarou que, em caso de revogação da medida, além da impossibilidade de fiscalização adequada, os interesses da União ficariam prejudicados. Quanto à existência de turistas na Argentina e não no Brasil, argumentou que isso deveria ser “desconsiderado” da exposição de motivos do hoteleiro José Acylino de Castro. No papel de defensor da Fazenda Nacional, defendeu a União e explicou o turismo na região. Em suas palavras,

Também deve-se ter em consideração o fato de serem os turistas que procuram o nosso território, procedentes do interior da Argentina, transportados de Posadas em navios de cabotagem daquela Nação, nos quais não intervieram os nossos representantes diplomáticos, como o fazem nos barcos despachados para os portos brasileiros, os quais são portadores de listas de passageiros, visadas e legalizadas nos consulados, onde também são pagos emolumentos, que revertem em benefícios dos cofres da União<sup>49</sup> (APP, 1943)

---

49 Informação s/n, 16/05/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Figura 4 – Fotografia do Hotel Cassino Iguazu



Fonte: Relatório do Interventor Federal no Estado do Paraná (1940-1941), Curitiba, 1942, APP.

O próprio Delegado Glaucio Guiss, que estava Londrina, onde assunira a delegacia regional da região Norte do Paraná, confirmou que a medida de outubro de 1942 visava “identificar com a máxima segurança possível todas as pessoas em trânsito por aquela longínqua localidade de fronteira”. Mesmo que tenha sido chamado de precipitado, Guiss respondeu cordialmente: “tendo em consideração o desenvolvimento do turismo no Brasil, somos de opinião que o Porto Meira seja franqueado aos turistas” desde que “a Polícia Civil e a Polícia Aduaneira sejam dotadas de completos recursos” para o exercício de suas atividades<sup>50</sup>.

Por fim, o desfecho não foi favorável ao hoteleiro, em nome “não só dos interesses fiscais, como também da própria Segurança Nacional”<sup>51</sup>. Os tempos da Segunda Guerra Mundial e o enfrentamento ao nazismo chegavam até mesmo à “longínqua localidade de fronteira”. Naquela região,

50 Informação s/n, 16/05/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguazu”, Dops-PR, APP.

51 Parecer do Delegado Regional, 25/06/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguazu”, Dops-PR, APP.

entre Brasil e Paraguai, os súditos do Eixo foram observados e, na fronteira com a Argentina, a circulação de pessoas foi limitada.

## **OS NÚCLEOS URBANOS E OS SÚDITOS DO EIXO**

Os imigrantes alemães e italianos e os brasileiros descendentes que migravam do Rio Grande do Sul chegavam à Tríplice Fronteira por meio dos empreendimentos colonizadores e geralmente se organizavam em colônias agrícolas (Porto Rico, Montecarlo, Eldorado e Santa Helena). Mas havia situações distintas como as das famílias que haviam obtido terras da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (SILVA, 2015). Sem contar os destacamentos militares, havia também os funcionários do Estado que eram deslocados para atuar em outras esferas públicas, como o Parque Nacional, os destacamentos policiais e alfandegários e outros empreendimentos públicos como o Hotel Cassino Iguaçu. Esta população se juntava aos demais que residiam e trabalhavam em torno de pequenos núcleos urbanos.

Havia pelo menos dois núcleos urbanos em cada lado da Tríplice Fronteira na década de 1940, com exceção do lado paraguaio. Nesta ordem de importância, do lado argentino, além da capital Posadas, havia Porto Aguirre (hoje Porto Iguaçu). Do lado brasileiro, a cidade de Foz do Iguaçu e o distrito de Guaíra. Refletindo a maior concentração de paraguaios em torno de Assunção, do lado paraguaio se destaca apenas a existência de dois pequenos embriões de núcleos urbanos: Porto Franco e Encarnación.

Posadas era o principal núcleo urbano de Misiones e da região. Após as incursões nas barrancas do rio Paraná e o conhecimento que tinha sobre Porto Aguirre, o delegado Glaucio Guiss ficou impressionado com vários aspectos da capital de Misiones. Além de um “ótimo serviço de policiamento, grande movimentação comercial e completo serviço de limpeza das ruas”, destacou que a cidade tinha em torno de 40 mil habitantes. No mesmo ano, a título de comparação, em Curitiba havia 150 mil habitantes (IBGE, 1951, p. 51). Além disso, destacou que “é uma cidade de muito bom aspecto, e o seu centro é constituído por 150 quadras asfaltadas. Possui rede de telefones automáticos; três estabelecimentos bancários [...]; tem lindas ruas, avenidas e praças<sup>52</sup>.”

O delegado também relatou a cordialidade com a qual foi recebido pelas autoridades argentinas e pelo cônsul brasileiro. Destacou as boas condições de trabalho das autoridades de segurança, “com laboratório de polícia técnica, fichários, poderosa estação de rádio transmissor e receptor,

---

52 Relatório s/n, secreto, 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP. Doravante, as citações no corpo do texto referem-se a este documento.

tesouraria, seção de fotografia, automóveis, ambulâncias etc.” O que viu na capital de Misiones certamente era comparável somente ao que havia na capital do Paraná. Um verdadeiro contraste com a estrutura que o delegado tinha na 9ª Delegacia Regional de Foz do Iguaçu.

Apesar da boa impressão, os argentinos padeciam de um problema maior. O contato com as autoridades de Posadas levou Glaucio Guiss a concluir que “nas esferas oficiais, o ambiente predominante é de tendência puramente nazi”. Para quem coordenou as ações de “estrita vigilância” na parte brasileira da Tríplice Fronteira, era difícil compreender que “em Posadas há muitos alemães, italianos e japoneses”. Soava-lhe quase que uma ameaça sensível o fato de que a cerca de 300 quilômetros de onde os súditos do Eixo foram proibidos de permanecer, “em pleno coração de Posadas, existe um edifício de um andar pertencente à Sociedade Italiana”, e no térreo funcionava o “Café Tóquio, de propriedade de japoneses”. Portanto, Posadas era uma cidade ameaçadora e, se o perigo nazi-argentino aflorasse, tinha potencial para causar problemas ao Brasil.

Um pequeno aparte para compreender o motivo da viagem de Guiss à Posadas. Não há vestígios de que as autoridades policiais do Paraná tivessem algum interesse em conhecer a capital de Misiones antes de 1943. Uma sequência de eventos se iniciou em 26 de fevereiro, quando o interventor federal do Paraná recebeu um comunicado do Ministério das Relações Exteriores segundo o qual havia sido emitido um visto de turismo em nome de Maria Inês Mulle. Nacional da Argentina e descendente de alemães, “o Itamaraty julga[va] aconselhável vigilância” sobre ela, que passaria pelo Porto de Foz do Iguaçu<sup>53</sup>.

Em 28 de fevereiro, o delegado de Ordem Política e Social de São Paulo solicitou informações sobre a mesma pessoa. No dia 2 de março, foi a vez do comandante da Companhia Isolada de Fronteira requerer informações ao delegado regional, a pedido do Comando da 5ª Região Militar. Passando por Foz do Iguaçu no dia seguinte, Maria Mulle foi recepcionada por Glaucio Guiss, que lhe fez algumas perguntas. Descobriu que se tratava de uma funcionária da Companhia Mate Laranjeira, que viajava rumo ao Rio de Janeiro. Apesar das suspeitas, sua entrevista e revista de objetos não o levou a estabelecer ligação com a espionagem nazista. Neste sentido, “diante das circunstâncias que nada deixaram transparecer de suspeita, a aludida passageira seguiu viagem”<sup>54</sup>.

---

53 Telegrama, s/n, urgente e reservado, 26/02/1943, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê “Companhia de Mate Laranjeira”, Dops-PR, APP.

54 Telegrama nº 83, secreto, 03/03/1943, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê “Companhia de Mate Laranjeira”, Dops-PR, APP.

Com tantas consultas sobre Maria Mulle, seu inesperado retorno à Argentina no dia 10 de março deixou o delegado regional sem alternativa. No exercício do seu ofício, apressadamente informou ao secretário de segurança pública: “seguirei para Posadas”, em companhia da “espiã nazi Maria Inês Mulle”. A viagem e o contato com a “aludida espiã do Eixo”<sup>55</sup> não rendeu muita coisa além das impressões sobre a capital de Misiones. Sobre o caso de Mulle, Guiss concluiu apenas que a viajante não lhe dera explicações convincentes sobre o motivo pelo qual não teria viajado ao Rio de Janeiro<sup>56</sup>, sem que houvesse alguma prova de ligação com espionagem.

Especificamente na confluência entre Argentina, Brasil e Paraguai, Porto Aguirre era o principal núcleo urbano e estava em plena ascensão nas décadas de 1940-1950. Na lógica da disputa geopolítica pela região no entorno das Cataratas do rio Iguaçu, os argentinos previam a instalação de uma colônia militar nos moldes da instalada do lado brasileiro. Mas, no início da década de 1930, a possibilidade de um Parque Nacional assumir as mesmas funções de colonização parecia mais atrativa. Criado em 1934, o Departamento de Parques Nacionais pôs em marcha um plano de ocupação para desenvolver a fronteira através da combinação entre turismo e colonização por meio do Parque Nacional do Iguaçu. Neste sentido, “a partir de 1935, a agência renovou o hotel, construiu caminhos e trilhas pelas Cataratas, instalou cais em três pontos diferentes ao longo do rio Iguaçu, iniciou a construção da sede do parque” (FREITAS, 2018, p. 117).

Nas entrevistas feitas com pessoas que eram adolescentes em meados da década de 1940 também foi possível observar a centralidade de Porto Aguirre para determinados serviços. José Schloegoel, por exemplo, relatou que o lado argentino era mais “adiantado que nós aqui”, em Foz do Iguaçu. Pouco acima da margem do porto, um pequeno centro comercial permitia aos moradores locais venderem sua produção agrícola e comprarem produtos de abastecimento, como trigo e enlatados. Somente do lado argentino era possível comprar por reembolso postal e, em termos de serviços públicos, o correio e o telefone foram apontados com agilidade incomparável<sup>57</sup>.

Na extensa produção de Glaucio Guiss sobre a Tríplice Fronteira não há menções específicas à Porto Aguirre. Ao que tudo indica, durante sua missão especial à frente da 9ª Delegacia, não lhe parecia que a cidade vizinha poderia representar alguma ameaça à segurança. Esta convicção não foi compartilhada posteriormente por um enviado da 5ª Região Militar (cujo

---

55 Ofício nº 104, secreto, 10/03/1943, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê “Companhia de Mate Laranjeira”, Dops-PR, APP.

56 Relatório de viagem às cidades de Posadas (Argentina) e Encarnación (Paraguai), 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

57 José Schloegoel, entrevista ao autor, 20/01/2009, Foz do Iguaçu.

nome não foi possível identificar) que, no início de 1944, levantou suspeitas sobre a comunicação de Porto Aguirre com o Consulado da Argentina em Foz do Iguaçu. O relatório sugere que o núcleo urbano argentino servia de encontro para atividades desconhecidas, talvez suspeitas. Por exemplo: o investigador destacou que o cônsul argentino Eduardo Bianchi “recebe correspondência por via Porto Iguaçu, diretamente, ficando assim, isenta da censura”. Supostamente para assegurar que não seria interceptada, “quando não é ele quem vai buscá-la, manda um menino ou então a mesma é trazida por Andrez Santicio, tesoureiro do Parque Nacional (lado argentino)”<sup>58</sup>.

O núcleo urbano de Foz do Iguaçu se formou em torno da Colônia Militar. Mesmo que tenha sido emancipado em 1914, a constante presença dos militares no cotidiano da cidade foi potencializada com o Estado Novo. Visando obter informações, principalmente sobre a Companhia Mate Laranjeira, em junho de 1941 o investigador Danton Almeida, a serviço da Dops-PR, levantou algumas informações e destacou que além das instalações militares em torno da Companhia, o núcleo central da cidade possuía um campo de aviação com escala do Correio Militar e da companhia Pan-American Airways, um porto fluvial com “relativo movimento”, uma agência dos correios e telégrafos, e três estações de rádio telegráficas. Também havia “o Hotel Cassino Iguaçu de propriedade do Estado”, que “é um estabelecimento de primeira ordem dentre os de seu gênero”<sup>59</sup>.

O relatório de Danton Almeida revela que antes mesmo da chegada de Glaucio Guiss, a Dops-PR já tinha enviado dois emissários especiais à região. O outro agente especial para a fronteira foi Albino Raschendorfer, que visitou a Tríplice Fronteira no início de junho de 1940. Para a atuação da Polícia Civil do Paraná, o maior problema de Foz do Iguaçu e de toda a região era o controle dos numerosos estrangeiros, que podiam ser divididos entre “temporários”, os turistas, e “duradouros”, o “elemento trabalhador da faixa de fronteira”. Apesar disso, o foco de ambas as observações anteriores a 1942 foi o distrito de Guaíra, sobre o qual os investigadores registraram detalhes da vida econômica, demográfica e social.

O distrito de Guaíra tinha várias razões para ser alvo prioritário da polícia política do Paraná. Ainda que administrativamente inferior, as condições socioeconômicas eram melhores no núcleo urbano do complexo ervateiro da Companhia Mate Laranjeira do que em Foz do Iguaçu. O distrito foi formado na década de 1920 e era a “capital social” da empresa, com ruas largas, casas de madeira e alvenaria, água, luz e saneamento básico (WACHOWICZ,

---

58 Cópia de parte a respeito de informações colhidas, reservadamente, em Foz do Iguaçu (pela 5ª Região Militar), 21/03/1944, Prontuário 1333, Topografia 150, Dossiê “Quartel General da 5ª RM/DI – Antigo”, Dops-PR, APP.

59 Relatório, s/n, 13/06/1941, de Danton S. Almeida para o Chefe de Polícia do Paraná, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê “Companhia de Mate Laranjeira”, Dops-PR, APP.

1982, p. 77). Glaucio Guiss, que escrevera um parágrafo para cada porto sobre o rio Paraná, dedicou três páginas ao distrito, sobre o qual resumiu:

Sede da Cia Mate Laranjeira. Dos portos do Rio Paraná (alto e médio) é o mais importante. Guaíra é ligada aos estados de São Paulo e Mato Grosso por meios fluviais e a Porto Mendes por Estrada de Ferro. Tem todos os recursos de uma boa cidade e apresenta melhor aspecto que Iguazu. Além do prédio da Administração, ainda existem: hotel, farmácia, armazém, depósito de erva, estação de estrada de ferro, hospital, igreja, oficinas, usina, casa de material para os funcionários graduados, grupo escolar, casas de madeira para todas as repartições estaduais e para todos os funcionários e empregados da Cia.<sup>60</sup> (APP, 1943)

Vale ressaltar que Guaíra era o núcleo urbano mais desenvolvido desde Posadas. Naquele contexto, podem-se compreender ambas as cidades como polos muito mais desenvolvidos do que Porto Aguirre e Foz do Iguazu. Enquanto esses núcleos urbanos da confluência entre os três países eram pontos isolados, Posadas e Guaíra conectavam-se a outras regiões dos seus respectivos países. Posadas possuía contato direto com os portos de Rosario e de Buenos Aires. Ao mesmo tempo, estava conectada à histórica província de Corrientes. Já Guaíra estava na órbita do estado de São Paulo, de onde provinham “quase que exclusivamente” suas “importações”.

Quadro 1 – Síntese dos relatórios policiais da década de 1940

13/11/1940	13/06/1941	19/11/1942	21/12/1942	15/03/1943	24/03/1943
Relatório de estadia de 64 dias em Guaíra e arredores.	Relatório Reservado de Estadia de 7 meses na vila de Guaíra e na cidade de Foz do Iguazu.	Levantamento completo das diversas localidades existentes na costa do rio Paraná.	Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná.	Relatório de viagem às cidades de Posadas (Argentina) e Encarnación (Paraguai).	Relatório de diligência realizada ao longo do rio Iguazu.
Albino Raschendorfer (Superintendente da DOPS)	Danton S. Almeida (investigador da DOPS)	Glaucio Guiss (Delegado Regional)	Manuel Cursino Dias Paredes (Sargento da Delegacia Regional)	Glaucio Guiss (Delegado Regional)	Benedito de Almeida Prohmann (Sargento da Delegacia Regional)

Fonte: Elaboração própria (2020).

60 Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Pron-tuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguazu”, Dops-PR, APP.



Diferentemente de Glaucio Guiss, que fora enviado em missão específica para chefiar a 9ª Delegacia Regional e atuar na segurança internacional da região, os investigadores Albino Raschendorfer e Danton Almeida apenas passaram por lá em momentos pontuais e respondiam a uma preocupação doméstica do Estado Novo e ao projeto nacionalista de “abrasileirar” o Brasil. O objetivo de obter uma homogeneização nacional e excluir da sociedade os elementos “alienígenas” contemplava praticamente todo o Oeste do Paraná, composto majoritariamente por estrangeiros, grande parte argentinos e paraguaios (SILVA, 2015).

O já referido Decreto 383 (BRASIL, 1938) forneceu as bases jurídicas para o trabalho policial que, por exemplo, estabeleceu como alvo colônias alemãs organizadas no Rio Grande do Sul (GERTZ, 1991). Antes de o Brasil romper com o Eixo, o problema era um pouco mais complexo para a polícia política. A única colônia de italianos (Santa Helena) era o menor dos seus problemas, já que em toda a região havia mais estrangeiros do que brasileiros, denunciados pela imprensa, e viajantes curitibanos desde o início do século XX (NASCIMENTO, 1903).

Guaíra sintetizava dois problemas dos paranaenses. Por um lado, o problema das empresas que exploravam os recursos naturais do Oeste do Paraná, que recolhia impostos subfaturados para o Estado (WACHOWICZ, 1982). O conluio com funcionários públicos gerava um “estado de coisas” que exigia do Governo Federal e Estadual um fim “à exploração da Companhia Mate Laranjeira”. Por outro lado, a nacionalidade precisava ser “implantada” na região, onde “muito pouco sente-se o sentimento de patriotismo e quase nada se vê que o faça nascer, no seio daquela juventude, esse sentimento de amor pátrio”. Albino Raschendorfer, sobre o qual se sabe apenas que foi um superintendente da Dops-PR (e que dá nome a uma rua em Curitiba), foi ainda mais específico: “tem-se a impressão nítida que Guaíra é uma cidade estrangeira, pois, a língua mais falada é sem dúvida o Espanhol”, e “não se identifica com o catecismo do Estado Novo”<sup>61</sup>.

Ao contrário dos dois investigadores anteriores, o delegado Glaucio Guiss estava menos preocupado com o Estado Novo e mais com a ameaça do nazismo. Entre 1942 e 1945 a Companhia Mate Laranjeira não representava um perigo do ponto de vista da segurança continental. Guiss concentrou-se em problemas mais urgentes, que se resumiam a manter vigilância sobre possíveis subversivos e a retirar súditos do Eixo da faixa de fronteira. Restava a seu trabalho atuar em toda a parte brasileira da Tríplice Fronteira.

---

61 Relatório, s/n, 13/11/1940, de Albino Raschendorfer para o Chefe de Polícia do Paraná, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê “Companhia de Mate Laranjeira”, Dops-PR, APP.

Por fim, do lado paraguaio existiam dois núcleos urbanos sobre os quais temos apenas dois comentários. Porto Franco, em frente a Foz do Iguaçu, resumia-se a um “povoado pobre de cerca de 15 casas”, mas dispunha de uma subprefeitura designada desde 1928 quando da fundação da cidade<sup>62</sup>. Quando estive em Posadas, Glaucio Guiss também aproveitou a viagem para cruzar a fronteira e visitar o delegado civil do lado paraguaio em Encarnación. Em um brevíssimo relato, concluiu: “a impressão que recebi de tudo foi péssima. Nada digno de registro”<sup>63</sup>. Esta informação reforça o que já apontamos em relação à baixa densidade demográfica e à quase inexistência de súditos do Eixo do lado paraguaio.

---

62 Levantamento completo das diversas localidades existentes na costa do rio Paraná, 12/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

63 Relatório s/n, secreto, 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.



**PARTE II**  
**A VIGILÂNCIA**  
**AOS SÚDITOS DO**  
**EIXO**

# CAPÍTULO 3 - OS SUBVERSIVOS

O mês de janeiro de 1942 foi um divisor de águas na atuação da polícia política contra os nazistas de carteirinha (filiados ao partido) e os súditos do Eixo potencialmente subversivos em todo o Brasil. Enquanto em Curitiba o número de denúncias, inquéritos, apreensões e prisões cresceu exponencialmente (ATHAIDES, 2011), a 9ª Delegacia de Foz do Iguaçu atuou em apenas três casos relacionados a alemães entre o início do ano e o final de setembro. Desde então, uma série de eventos se registrou até janeiro de 1943, quando houve o último dos casos envolvendo a prisão de um cidadão de nacionalidade alemã (Figura 5).

Os três primeiros casos da 9ª Delegacia referem-se, cronologicamente, à prisão de um agricultor local chamado Martin Nieuwenhoff, ao interrogatório do turista Paulo Rockel e à prisão de Emil Mohrhoff, morador do Porto Sol de Maio. Dentre os três, apenas o último caso representou, de fato, uma ação preventiva por parte da delegacia regional, que prendeu o homem em 21 de fevereiro de 1942 sob acusação de ser um “propagandista” do nazismo na região.

O então delegado regional e capitão da Polícia Militar Melchiades do Valle esteve no posto em Foz do Iguaçu entre 1939 e 1942. Sobre sua vida, sabe-se apenas que já era um policial experiente e que em 1946 ocupou o cargo de comandante da extinta Guarda Civil do Paraná. Sua atuação em Foz do Iguaçu, onde também acumulava o cargo de prefeito, por indicação do interventor federal no Paraná, não apresentou nenhuma grande variação com o rompimento com o Eixo. Além dos três casos mencionados, seu trabalho pode ser classificado como normal para os padrões da época, em relação à administração municipal e ao enfrentamento de crimes comuns.

O segundo e último caso de um alemão potencialmente subversivo foi registrado na passagem do já mencionado delegado especial Glauco Guiss, que substituiu Melchiades do Valle. Trata-se da prisão do padre Manoel Koenner, que mudou para a cidade em novembro de 1942 vindo de Juiz de Fora.

Figura 5 – Fotografia da 9ª Delegacia Regional de Polícia de Foz do Iguaçu



Fonte: Relatório do Interventor Federal no Estado do Paraná (1940-1941), Curitiba, 1942, APP.

## **PAULO ROCKEL: "FRANCAMENTE ADEPTO AO EIXO"**

A forte dose de subjetividade do poder discricionário dos policiais que atuavam em temas políticos levava a situações por vezes incoerentes ou personalistas. Em seu estudo sobre os partidários nazistas no Paraná, Rafael Athaides afirmou que enquanto pessoas comuns “passavam horas na casa de detenção tentando explicar o motivo pífio de sua reclusão (como marcar uma vaca com a suástica)”, reconhecidos membros do partido nazista “com apenas alguns telefonemas conseguiam a liberdade” (ATHAIDES, 2011, p. 180).

No interior, a prática não era muito diferente e o caso de Martin Nieuwenhoff em Foz do Iguaçu é exemplar. Em 15 de janeiro de 1942, no mesmo dia em que o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, o substituto do delegado Valle prendeu o holandês “por ter

atravessado a fronteira com impressos escritos em idioma alemão<sup>64</sup>. O delegado da Dops em Curitiba (Valfrido Piloto) instruiu-o a manter a prisão e enviar urgentemente os impressos para análise na capital<sup>65</sup>. Apesar do pedido de urgência, três meses depois, em 29 de abril, Valfrido Piloto solicitou ao delegado para “informar algo a respeito”, já que até então não havia recebido nenhuma informação sobre o caso. E não há registros de que tenha recebido<sup>66</sup>.

Franz Herman Nieuwenhoff, o filho de Martin que tinha 16 anos na época e acompanhava o pai quando de sua prisão em 1942, forneceu indícios de como o episódio foi concluído. Quando Martin foi preso, ambos vinham da Argentina, para onde tinham se deslocado a fim de vender os excedentes agrícolas da propriedade da família. O “escrito em alemão” era um jornal impresso em Porto Alegre e enviado periodicamente para Porto Aguirre, onde Martin possuía uma caixa postal (o serviço de correios era mais eficiente do lado argentino da fronteira). As ordens pós-rompimento com o Eixo foram claras e as autoridades policiais deveriam deter quaisquer súditos suspeitos. Mesmo que fosse um agricultor conhecido, com família e residência fixa, o fato de portar um escrito em alemão se tornou um problema para os inadvertidos.

Na 9ª Delegacia Regional, Franz argumentou que o delegado titular não estava presente (fato comprovado com a assinatura do documento mencionado, enviado para a Dops), e o substituto tivera uma desavença com seu pai no passado. Franz disse recordar de um rádio enviado para Curitiba, dizendo: “prendemos um agricultor que estava trazendo correspondência alemã da Argentina”. Recebeu como resposta o pedido para que o mantivesse preso e enviasse a correspondência à capital. Depois de 12 dias detido, Martin foi liberado porque um personagem local “garantiu” que o conhecia e se responsabilizaria por ele. De acordo com o entrevistado, Frederico Engels, político e empresário, foi até a autoridade policial e disse “eu me responsabilizo”<sup>67</sup>.

Não há sequer indícios de que o jornal de Martin tenha chegado a Curitiba. A prisão, que deveria ser mantida até a análise dos documentos na capital, nunca chegou a ser oficialmente revogada ou recomendada. O pedido de informações, datado de abril de 1942, aparentemente não foi respondido. Da parte do delegado Valle, a atitude era no mínimo contraditória

---

64 Radiograma nº 61, 25/01/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

65 Telegrama s/n, 16/01/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

66 Radiograma nº 288, 29/04/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

67 Franz Nieuwenhoff, entrevista ao autor, 27/02/2009, Foz do Iguaçu.

aos novos tempos. Com a temporada de “caça às bruxas” ou “caça às suásticas” (DIETRICH, 2007) aberta, seria aconselhável ao delegado que caçasse nazistas ou subversivos em sua região de atuação, assim como o faziam os delegados do interior em outros estados (ALVES, 2006).<sup>68</sup>

Uma oportunidade de encontrar um subversivo que não fosse um agricultor conhecido surgiu quando Paulo Augusto Rockel, inadvertidamente, fez comentários sobre a política do Eixo e sobre o contexto de guerra ao ouvir um pronunciamento do então ministro Osvaldo Aranha pelo rádio. O jovem de 31 anos era professor em Campanário (na época pertencente ao estado do Mato Grosso, atualmente na região de Dourados, Mato Grosso do Sul) e funcionário da Companhia Mate Laranjeira. Como bônus por seu trabalho, a Companhia, que evitava promover o tráfego de pessoas na região das Sete Quedas (WACHOWICZ, 1982), paradoxalmente o presenteou com uma viagem de férias a Guaíra e Foz do Iguaçu. Sobre o passeio, Rockel destacou:

Junto às Sete Quedas, a impressão que tive é indescritível; sobrepujou ela todas as minhas aspirações anteriores. Segui, então, a Foz do Iguaçu, e de lá, os 28 km, pouco de caminhão, pouco a pé, até os saltos, onde encontrei muito maior romantismo ainda, do que em Guaíra. Vale a pena fazer essas viagens, porque satisfazem as aspirações de um amante da natureza. Minha satisfação e minha alegria eram tão grandes que já previa o quanto poderia contar aos meus alunos e ao povo de Campanário em geral, para despertar neles maior amor pela majestosa Terra do Cruzeiro do Sul, fazendo com que sirvam a ela com maior zelo e espírito de sacrifício<sup>69</sup> (APP, 1942).

O relato do turista não chegou até o presente por conta de sua autobiografia, “da qual está prestes a ser concluído o primeiro volume, de seiscentas páginas”<sup>70</sup>. Nem há notícias de que algum escrito seu tenha sido publicado posteriormente, mas um relato de viagem e uma carta pessoal foram enviados ao delegado Valle. Indignado com o tratamento recebido, argumentou que “todas as boas impressões anteriormente auferidas” foram “por água abaixo”. O problema entre ambos teve início no dia 28 de janeiro, quando foi interrogado por Valle, e término em 3 de março de 1942, quando o delegado da Dops enviou um ofício para o secretário de Segurança Pública do Mato

68 Ver também: Marlene de Fáveri (2004) e René Ernani Gertz (1991).

69 Carta e relato de viagem, de Paulo Rockel ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, 20/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.

70 Carta e relato de viagem, de Paulo Rockel ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, 20/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP

Grosso recomendando que Paulo, por ser um “elemento perigoso”, sequer poderia “continuar lecionando”<sup>71</sup>.

Paulo Rockel era muito comunicativo. No dia 27 de janeiro estava na pensão a ouvir rádio com a família proprietária e mais dois hóspedes: um policial civil e dois militares da Capitania dos Portos (Marinha). Osvaldo Aranha discursava e os presentes comentaram sobre o rompimento do Brasil com o Eixo. Rockel argumentou que, a seu ver, seria melhor a neutralidade, por conta do comércio internacional, especialmente com a Alemanha. Na condição de professor, demonstrou conhecimento sobre a Alemanha e certa inclinação aos aspectos positivos do regime de Adolf Hitler. No dia seguinte, foi intimado a comparecer na delegacia e o tratamento o surpreendeu a ponto de escrever o relato e a carta ao delegado após retornar para sua cidade.

A carta de Rockel foi assinada em 20 de fevereiro de 1942, exatamente um dia depois que a Dops mandou sua ficha para Cuiabá sem nenhuma observação ou detalhe<sup>72</sup>. Isso significa que mesmo após o incidente e o encontro desagradável na delegacia, Melchiades do Valle e Valfrido Piloto não fizeram mais do que um registro policial. O que fez o delegado Piloto mudar de ideia e recomendar até mesmo sua demissão foi a referida correspondência. Não tivesse exercitado sua liberdade de expressão, Rockel teria sido apenas um descendente de alemães, como inúmeros outros fichados nas delegacias do Brasil. Paradoxalmente, o que requeria era justamente a extinção de sua ficha policial, por não se considerar um criminoso<sup>73</sup>.

Após ler a carta e o relato da viagem, o posicionamento final do delegado da Dops foi justamente o contrário do requerimento, e concluiu que Paulo Rockel era um indivíduo “francamente adepto ao Eixo”. Seu argumento escrito de que conhecia pessoalmente Getúlio Vargas e era um defensor do Estado Novo seria uma mera desculpa, que caía por terra com a expressão “não procuro vingança porque sei que o tempo virá, e está próximo, em que a justiça se vingará, ela mesmo, contra a injustiça”. Ressaltando esta expressão, Valfrido Piloto finalizou seu pedido de providências para a Dops de Mato Grosso, já que “outras expressões como essa, na carta e no relatório, levam-nos à convicção de estarmos em face a elemento perigoso para os interesses nacionais”<sup>74</sup>.

---

71 Ofício nº 203, 19/02/1942, Prontuário 125, Topografia: 15, Dossiê “Atividades nazistas no Sul do Brasil e Alfred Andersen”, Dops-PR, APP

72 Ficha Policial em nome de Paulo Rockel, 19/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.

73 Carta e relato de viagem, de Paulo Rockel ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, 20/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.

74 Ofício nº 448, 30/03/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.



Não há indícios de que Rockel tenha sido molestado pela polícia do Mato Grosso. Se de fato ele passou ileso durante aqueles meses de 1942, foi porque não estava sob a jurisdição da Dops do Paraná. A ousadia de escrever e enviar sua indignação nos oferece um pouco mais que outros casos dos quais há apenas as fontes da polícia.

Além do turismo e da conexão com a Mate Laranjeira, o relato oferece pistas sobre como mesmo as pessoas mais esclarecidas eram submissas à autoridade policial. No relato da abordagem, Paulo Rockel informou que, após comentários sobre a guerra, “o sargento da Marinha procurou orientar-me em certos pontos em que achava que eu não tivesse a devida instrução”. A persuasão foi tanta que logo “fui-me convencendo de que os chefes do governo eram mais entendidos em assuntos políticos do que eu”. Quando intimado a comparecer à delegacia, suspeitando se tratar de um mal-entendido, teve esperança de que “até podia ser bom eu ter uma palestra com esta autoridade, ele deve ser um homem educado e talvez só queira me aconselhar a ser mais cauteloso”<sup>75</sup>.

Com o benefício da observação em retrospectiva, podemos concluir que as expectativas de Rockel eram, no mínimo, ingênuas e representavam um contraste com o que ocorria nos grandes centros urbanos do Brasil. A descrição que Rockel fez coincide com a rotina de delegacias durante aquele período (CYTRYNOWICZ, 2000).<sup>76</sup> Hábil com as palavras, o turista-professor narrou o encontro com o delegado Valle:

- “Bom dia”. Ele [o delegado] não quis saber de saudação. Dirigi-me a ele com a mão estendida. Ele porém se negou a apertá-la [...]. Sem me mandar sentar, perguntou:
- Como é o seu nome?, tendo a caneta na mão para tomar nota do inquérito.
- Paulo Augusto Rockel, respondi, sentando-me de conta própria.
- De que nacionalidade? Continuou, com voz militar.
- Brasileira, respondi, em tom bem claro e positivo.
- Ele não quis acreditar e perguntou: – Como?
- Mais alto e mais declaradamente respondi: – Brasileira.
- De que descendência?
- Meus pais são alemães. Ele apressadamente tomou nota. [...]
- Eu tive conhecimento de que o senhor procura subverter o governo brasileiro.
- É uma denúncia errada.
- O Senhor não esteve escutando rádio, ontem ou anteontem, lá na pensão?
- Estive, sim senhor.

---

75 Carta e relato de viagem, de Paulo Rockel ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, 20/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.

76 Ver também: Kátia Dalmolin (2005) e Luiz Fachel (2002).

- E lá não fez declarações contra o governo do Brasil?
- Sou muito simpático...
- É simpático? – não me deixou terminar a frase, e já quis tomar nota de que eu era simpático ao nazismo. Eu, porém, dominei o seu gesto imprudente, terminando a sentença em voz mais alta: ... ao governo do Dr. Getúlio Vargas. [...]
- Com voz trepidante e chispante o olhar, gritou:
- Seja franco e fale a verdade [...] o senhor é simpático ao nazismo? [...]
- Sendo eu de origem alemã, sou obrigado a respeitar meus pais e demais descendentes.
- Basta isso!! Exclamou triunfante<sup>77</sup> (APP, 1942).

Convencido da subversão, o delegado o encaminhou ao comandante da Companhia de Fronteira. Um procedimento, no mínimo, curioso. Se o tivesse enviado a Curitiba, por muito menos Rockel teria ficado preso por algum tempo. É desconhecido o motivo pelo qual o delegado Melchiades do Valle avaliou que não era o caso de encaminhá-lo à Dops. No quartel militar, o professor registrou, aliviado, que o Comandante Moacir Lopes de Resende “começou a sondar-me de longe e, convencendo-se de minha inocência, despediu-me honrosamente, seguindo eu os meus caminhos, aliviado”. O alívio durou pouco. O delegado Valle, “com ódio infernal do povo alemão e sua prole”, intimou novamente a comparecer à delegacia, ocasião na qual foi “tratado como criminoso” e fichado. É possível que tenha sido apenas uma forma de não deixar passar “em branco” o pós-interrogatório.

Talvez a ingenuidade em relação ao que ocorria com os súditos do Eixo e o bom tratamento recebido na Companhia de Fronteira tenham concorrido para encorajar Paulo Rockel a escrever a carta e o relato, que ao fim alterou seu *status* de apenas fichado para elemento perigoso. Seja como for, as críticas de um descendente de alemães a um delegado regional em plena Segunda Guerra Mundial não seriam aconselháveis. Os termos já mencionados para se referir ao Capitão Valle como detentor de “gesto imprudente” e “ódio infernal” não foram os únicos adjetivos empregados. No intervalo entre a visita ao Comandante Moacir e a saída de Foz do Iguaçu, quando se produziu a ficha policial, Rockel alegou ter sido submetido a “humilhações horripilantes [...], com a respectiva brutalidade selvagem e diabólica”. A seu ver, os policiais foram “maliciosos” e o delegado “abusou de sua autoridade”<sup>78</sup>.

Para encerrar sua análise sobre o delegado e piorar sua situação, Rockel ainda concluiu: “É preciso que um Delegado de Polícia não se esqueça de

77 Carta e relato de viagem, de Paulo Rockel ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, 20/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.

78 Carta e relato de viagem, de Paulo Rockel ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, 20/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.

que seu poder é limitado, e que é crime agir, arbitrariamente, fora de seus limites”<sup>79</sup>. Legalmente, afirmou que o Delegado Valle transgrediu o “Art. 122, números 2 e 15 da Nova Constituição, promulgada em 10 de novembro de 1937, molestando um brasileiro inocente”. Além disso, “não existe nenhum decreto que obrigue os Delegados de Polícia mandar chamar os indivíduos para indagar-lhes as suas opiniões particulares sobre sistema de governo”. Ele acreditava no Estado de Direito, na norma, na Constituição. Só não percebia a lógica da prerrogativa policial, acentuada com a situação de guerra (CANCELLI, 1994).

O caso de Paulo Rockel foi o mais próximo de um subversivo do Eixo que o delegado Valle conseguiu chegar até fevereiro de 1942. A liberdade de Nieuwenhoff e o encaminhamento de Rockel ao comandante da Companhia de Fronteira indicam que os critérios para o enfrentamento dos súditos do Eixo não eram muito convencionais. Talvez porque, no fundo, o delegado Valle acreditasse que nem o agricultor nem o turista-professor possibilitavam-lhe reunir elementos suficientes para iniciar um inquérito. Eram casos contrários ao que se registrou a partir de diligência ao porto Sol de Maio. Lá residiam alguns alemães e um deles era Emil Mohrhoff (Figura 6).

## **EMIL MOHRHOFF: "FORTE PROPAGANDISTA DO NAZISMO"**

Figura 6 – Fotografia de Emil Mohrhoff



Fonte: Dops/PR – APP.

79 Carta e relato de viagem, de Paulo Rockel ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, 20/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.

A condição de delegado-prefeito de um pequeno núcleo urbano certamente levava Melchiades do Valle a conhecer todos os moradores de Foz do Iguaçu. Talvez não conhecesse tão bem aqueles que residiam em locais mais distanciados e não conectados com o seu dia a dia, como era o caso do decadente porto de Sol de Maio. Já foi mencionado que investigadores, a serviço da Dops, haviam observado a região em pelo menos dois momentos, 1940 e 1941, além do relatório do delegado Guiss de 1942. Fora o relato de 1942, não se notou a presença de alemães nas barrancas do rio Paraná. A hipótese mais provável e já indicada é a de que, com exceção de Guiss, a preocupação inicial recaía sobre o estrangeirismo, principalmente da empresa Mate Laranjeira.

Durante a temporada de caça aos nazistas, às bruxas ou às suásticas, especialmente de janeiro a maio de 1942, o foco da polícia política mudou de rumo. Na ordem do dia das prioridades policiais estavam: clubes, colônias, associações germânicas; instituições consulares; indivíduos “dignos de suspeição” ou que se manifestassem a favor do Eixo (ATHAIDES, 2011, p. 190). No capítulo fronteiro da caçada, a 9ª Delegacia Regional de Foz do Iguaçu teve em seu registro com uma única prisão, em 21 de fevereiro de 1942. Para a Dops, o delegado Valle afirmou ter prendido Emil Mohrhoff, que “mantém correspondência com o Consulado Alemão” e é “um forte propagandista do nazismo na região”<sup>80</sup>.

A prisão de Emil foi importante para o delegado pois permitiu encaminhar para a Dops não somente o preso, como também as provas materiais que ligavam o acusado ao Consulado Alemão em Curitiba e à propaganda nazista. Em Sol de Maio foi apreendido um conjunto de sete cartas enviadas do Consulado para Emil entre 1938 e 1942 e alguns livretos, em português, mas que faziam propaganda positiva da Alemanha e negativa da Inglaterra. Na pasta pessoal de Emil, arquivada no Arquivo Público do Paraná, consta também o auto de declarações prestadas em Curitiba ao delegado Valfrido Piloto. O delegado concluiu que o acusado, além de propagandista, “alimentava de coração, e ainda alimenta, esta ideologia” do nazismo.

Os estudos que analisam a relação entre alemães que viviam no exterior e o partido nazista indicam uma premissa difundida pelos partidários e pelos funcionários do governo, segundo a qual onde há alemão há também o partido. Em termos práticos, independentemente do conflito mundial, haveria boa chance de se encontrar propaganda favorável ao nazismo em praticamente todo lugar onde havia alemães. No Brasil, a propaganda era

---

80 Auto de declarações, 11/07/1942, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP. Doravante, as citações no corpo do texto referem-se a este documento.

exercida pelas seções estaduais do partido ou pelo consulado, nos lugares onde não houvesse seções ou partidários organizados (MORAES, 1996).<sup>81</sup>

Em Foz do Iguaçu, Emil Mohrhoff pode ter sido considerado um partidário pelos especialistas (MORAES, 1996), mas, na verdade, era um *vertrauensmänner*, ou seja, um “homem de confiança” do Consulado Alemão em Curitiba. Esta categoria de colaborador (que não deve ser confundida com espões profissionais, os quais, por vezes, levavam o mesmo nome) apareceu no interior do Brasil desde meados da década de 1930 e atuava em lugares onde o NSDAP/BR e o Consulado não chegavam diretamente. Os homens de confiança eram peça-chave para a propaganda nazista que, tal qual os filiados ao Partido Nazista, só foram seriamente observados (e alguns presos) após o rompimento com o Eixo.

O Consulado esperava dos homens de confiança que representassem seus interesses (e, conseqüentemente, os do NSDAP/PR) em locais onde não havia um grupo local de partidários nazistas (ATHAIDES, 2011, p. 107). Neste sentido, além de atender aos interesses consulares, fazia-se um trabalho de propaganda verbal e até mesmo de difusão com a distribuição de alguns materiais impressos e cópias de discursos nazistas veiculados originalmente em redes de rádios.

Em 1929, Emil Mohrhoff mudou-se de Hanover (Alemanha) para Venceslau Brás, em São Paulo. Foi operário em uma serraria onde sofreu um acidente que o deixou cego de um olho. Recebeu uma indenização e ouviu falar de terrenos da Companhia Espéria. Mudou-se para Sol de Maio, adquirindo um terreno da companhia em 1932. Naquele ano, o Partido Nazista ainda não havia chegado ao poder na Alemanha e a representação consular fez uma visita à pequena colônia de alemães em Sol de Maio. O cônsul alemão em Curitiba (nomeado apenas como Sr. Eldert), identificou Emil como um possível intermediário, já que era um jovem de 29 anos que sabia ler e escrever. Seu trabalho era informal, voluntário e consistia em ajudar outros alemães menos instruídos que precisassem do Consulado.

As correspondências com o cônsul em Curitiba ocorriam com alguma frequência. Este contato levou o delegado Valle à diligência que prendeu Emil e apreendeu alguns impressos em sua casa. O preso e o material apreendido foram encaminhados para a Dops, na capital. Algumas cartas do Consulado Alemão foram traduzidas e indicavam o teor do vínculo que um homem de confiança poderia ter com o Consulado. A carta mais antiga é de 23 de maio de 1938 e a mais recente de 28 de janeiro de 1942. A primeira indica que uma pessoa de Sol de Maio (não identificada, mas possivelmente descendente de alemães) requeria cidadania alemã. O consulado enviou

---

81 Ver também os estudos de Rafael Athaides sobre o Partido Nazista no Paraná (2011) e Ana Maria Dietrich sobre o Partido Nazista em São Paulo (2007).

um formulário e instruções para que Emil a ajudasse, o que era, portanto, um serviço coerente com a requisição que o cônsul lhe fizera no início dos anos 1930<sup>82</sup>.

Quatro outras cartas datam de abril, março, maio e outubro de 1939, respectivamente. Todas indicam uma rotina burocrática lenta, por meio de correspondência escrita. Também é possível observar que o homem de confiança de Sol de Maio era apenas um dentre outros 14 que atuavam junto do Consulado de Curitiba, além de outros nos demais estados brasileiros. Sabe-se disso por conta de uma mensagem do Consulado de Santos que, em 19 de abril de 1939, notificou que pessoas do Paraná estavam a procurá-los em São Paulo. Neste sentido, o Consulado Geral (São Paulo, capital) pediu ao cônsul de Curitiba “dar ciência aos homens de confiança daí para que no futuro não encaminhem qualquer pessoa a São Paulo ou Santos”. Todos os homens de confiança do Paraná foram listados naquela correspondência, dentre eles Emil Mohrhoff<sup>83</sup>.

Em março de 1939, o conteúdo de uma carta revela o porquê de muitos alemães preservarem relações cordiais com as autoridades nazistas e seus homens de confiança no Brasil. Erich Schewe, outro alemão de Sol de Maio, requereu via Consulado uma certidão de nascimento em Hanover. O então cônsul escreveu para Emil que “antes de ser fornecida a certidão por aquela repartição, é necessário informar o que consta aqui sobre o requerente. Ficaria-lhe muito grato pela informação confidencial sobre o mencionado senhor” e conclui perguntando especificamente “sobre sua disposição para com o Terceiro Reich”<sup>84</sup>. Se Schewe fosse um desafeto de Emil ou houvesse feito críticas ao nazismo, certamente não receberia a segunda via de sua certidão de nascimento.

Em maio de 1939, outra carta indica que a função de homem de confiança, mesmo que informal e não remunerada, poderia ser usada para finalidades um pouco mais ousadas. Emil Mohrhoff foi notificado que deveria informar imediatamente o consulado caso um alemão de sobrenome Poggensee aparecesse nas imediações de Sol de Maio. O motivo da procura pelo referido alemão era o fato de que ele “cometeu um desfalque” na empresa alemã para a qual prestava serviços no Chile e “evadiu-se”<sup>85</sup>. Portanto, os homens de confiança, mesmo que sem treinamento, poderiam

---

82 Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 23/05/1938, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

83 Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 19/04/1939, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

84 Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 17/03/1939, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

85 Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 17/03/1939, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

prestar um serviço de informações, ainda que precário, e a fronteira não passava despercebida ao Consulado da Alemanha em Curitiba. Ao acionar Emil, o consulado indicava ter clareza sobre o fato de que do Chile se poderia ingressar na Argentina e depois no Brasil e acessar a região de Sol de Maio por meio do rio Paraná na rota para São Paulo.

As cartas apreendidas e datadas de 1941 e 1942 são absolutamente reveladoras de duas situações: a espionagem informal e imprecisa e os elementos que levariam a Dops a enquadrar Emil. Na carta de setembro de 1941, às vésperas de o conflito mundial incluir a União Soviética e os Estados Unidos, enviada por meio aéreo (é a única carta do tipo e indica a pressa do consulado em ter uma resposta), pede-se a Mohrhoff que forneça o “nome e endereço exato da firma ou companhia que faz a construção de estradas em Foz do Iguaçu”, e conclui: “anexo porte de retorno. Peço resposta por via aérea”<sup>86</sup>. Ora, qual a relação dessa informação com o pedido inicial em 1932 de ajuda a alemães que dependiam do consulado? É claramente uma informação desconexa, mas que poderia responder a algum questionamento ou demanda de espionagem. Emil não era um espião e não há registros de que tenha conseguido ou enviado a resposta. Mas a condição de homem de confiança poderia levar cidadãos comuns a recolherem informações para fins de espionagem.

Mohrhoff poderia responder por espionagem e mesmo por outros crimes. Postumamente seria mais que um exagero associá-lo ao que certamente não foi: um espião nazista. Sua história de vida narrada nos autos do processo indica que sua chegada ao Brasil antecede o movimento nacional socialista na Alemanha. Seu recrutamento, em uma região economicamente decadente e antes de o nazismo chegar ao governo deixa poucas possibilidades para atuação junto das redes de espionagem do Eixo.

Na última carta que Emil recebeu do consulado, após o rompimento do Brasil com o Eixo, o cônsul agradeceu “os inúmeros favores prestados aos alemães que lhe procuraram para pedir um conselho”. E concluiu: “Espero que seja possível, dentro das leis brasileiras, mesmo durante a guerra, aconselhar aqueles nossos patrícios merecedores, auxiliando-os na ocasião oportuna”<sup>87</sup>. Esta última frase foi grifada pela Dops e serviu para endossar a acusação de que Emil era um agente a serviço do Eixo na Tríplice Fronteira. Quando interrogado pelo Delegado Valfrido Piloto, Emil declarou que a frase se referia exclusivamente a assuntos como auxílio para medicamentos e questões referentes à compra de terras, “mas nunca sobre questões políticas”.

---

86 Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 23/09/1941, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

87 Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 28/01/1942, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

Apesar de ser referido como um propagandista do nazismo, o auto de apreensões lavrado pela Dops como “prova” das atividades de Emil indica que seu material era, no mínimo, escasso. Poderia até ser considerado material de uso pessoal, já que dos seis itens relacionados apenas metade tinha duas cópias, enquanto a outra metade era composta de um único exemplar. Os títulos apreendidos foram: *Os Antecessores da Guerra Soviética*; *Previsões Sobre o Futuro da Nova Ordem na Europa*; *As Coisas Vão Bem*; *Inglaterra ou Alemanha?*; *A Política Britânica Depois de Munique*; e *O Governo Geral Constrói*”. Todos os livretos foram escritos em português e faziam propaganda a favor da Alemanha nazista e contra os Aliados, especialmente a Inglaterra<sup>88</sup>.

Apenas um item apreendido com Emil permanece no Arquivo Público do Paraná, sem identificação de autor e título, possivelmente uma parte de *Inglaterra ou Alemanha?* No longo texto, uma análise intitulada “O que significa a expressão *can't?*” denuncia a petulância dos ingleses e a astúcia em inventar conceitos que se aplicam somente aos outros. Na legenda da imagem que ilustra as duas páginas, lê-se: “Os ingleses chegam, salve-se quem puder!”.

Figura 7 – Material de propaganda contrária à Inglaterra



Fonte: Fonte: Dops/PR – APP.

88 Telegrama nº 58, 07/03/1942, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.



Em meio a uma população que em sua maioria não sabia ler, em um lugar decadente no Oeste do Paraná, é pouco provável que mesmo tirinhas como aquela que acompanha o folheto citado, intitulada “John Bull e as nações pequenas”, tivessem algum sucesso (Figura 7). Ainda assim, o conteúdo satirizava os ingleses (após 1942 representava todos os Aliados) e prescrevia sua derrota na guerra<sup>89</sup>.

Emil foi o caso mais próximo do real de uma ameaça identificada que um súdito do Eixo poderia efetivamente representar. O contato com o consulado poderia evoluir para o envio de informações para além dos assuntos “sobre as necessidades primordiais dos colonos alemães” em Sol de Maio<sup>90</sup>. Não há registro de que isso tenha acontecido. Preso em Foz do Iguaçu em 21 de fevereiro, embarcou para ser julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional no Rio de Janeiro em 1º de agosto de 1942, permanecendo preso até 2 de abril de 1945<sup>91</sup>. Foi acusado de ser propagandista do nazismo.

## **SETEMBRO DE 1942: UMA MUDANÇA DE ATITUDE**

Se Emil Mohrhoff foi o único caso concreto de uma prisão que teve prosseguimento com uma acusação ao Tribunal de Segurança Nacional levada a termo pela 9ª Delegacia Regional, parece que a rotina na fronteira não sofreu consideráveis alterações quando o Brasil rompeu com o Eixo em janeiro, e nem mesmo com a declaração de guerra em agosto. De 21 de fevereiro até o final de setembro de 1942 não houve sequer um caso de envolvimento de súditos do Eixo com a polícia.

A partir de setembro, houve uma mudança expressiva na atitude da 9ª Delegacia Regional que impactou a vida dos súditos do Eixo. Eles não foram “caçados”, mas sim proibidos de morar na fronteira. Além disso, a saída de alemães e italianos de toda a região de Foz do Iguaçu a Guaíra foi executada pelo novo delegado regional. Esta foi a missão especial do delegado Glaucio Guiss. Enviado pelo secretário de Segurança Pública, sua missão específica só pode ser compreendida no contexto dos acontecimentos globais e da ameaça do nazismo.

Ao comparar a atuação da delegacia regional sob comando do delegado Valle e do delegado Guiss, pode-se observar uma importante mudança (Quadro 2). Para ilustrar, duas situações permitem uma comparação: a

---

89 O que significa a expressão ‘Can’t’? (material apreendido), Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

90 Auto de declarações, 11/07/1942, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

91 Ofício nº 2, 16/04/1945, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

autorização para funcionamento de associações estrangeiras e a livre circulação de padres de nacionalidade alemã.

O cerco contra a falta de elementos nacionais brasileiros em agremiações majoritariamente estrangeiras vinha sendo praticado desde a publicação do já mencionado Decreto 383 (BRASIL, 1938). No contexto do rompimento de relações políticas e diplomáticas com os países do Eixo, a Portaria 7572 da Delegacia de Polícia do Distrito Federal, em 21 de fevereiro de 1942, determinou que fosse feita uma “rigorosa investigação” nas associações com filiados estrangeiros, especialmente do Eixo<sup>92</sup>. Deveriam ser mantidas abertas apenas aquelas que tivessem dois terços de sócios brasileiros na diretoria e a licença anual só poderia ser renovada pela autoridade competente (Delegacia Regional, Delegacia de Ordem Política e Social ou Secretaria de Segurança Pública) mediante apresentação de documentos de registro ou de seu requerimento.

Com base naquelas diretrizes, no dia 13 de fevereiro de 1942 Melchides do Valle reportou ao delegado da Dops que havia na cidade três associações: Oeste Paraná Clube; Sociedade Agrícola Social; Sociedade Operária Beneficente, além da Cooperativa Manoel Ribas em Santa Helena. Registrou que todas eram “sociedades nacionais com seus estatutos registrados no cartório desta comarca”<sup>93</sup>. Conseqüentemente, Valle não fechou nenhuma associação e apenas destacou que no Centro Agrícola Social “predominam estrangeiros e brasileiros de ascendência estrangeira”, razão pela qual as reuniões foram limitadas aos temas da agricultura e deveriam ser previamente comunicadas na delegacia para acompanhamento<sup>94</sup>.

A Sociedade Agrícola Social não era composta apenas por súditos do Eixo, mas era um espaço de encontro social, predominantemente de alemães. O Centro era um lugar onde se promoviam festas de aniversário, casamento, natal, ano novo e comemorações em geral. Era o principal espaço social de pessoas de nível social intermediário, que se encontravam para tratar de questões agrícolas, mas principalmente para momentos de lazer<sup>95</sup>. Era o oposto do Oeste Paraná Clube, espaço mais elitizado que

---

92 Portaria nº 7572, 21/02/1942, Prontuário 1344a, Topografia 159, Dossiê “Ministério da Justiça”, Dops-PR, APP.

93 Ofício nº 39, 13/02/1942, Prontuário 1432, Topografia. 169, Dossiê “Oeste Paraná Clube”, Dops-PR, APP.

94 Ofício nº 39, 13/02/1942, Prontuário 1432, Topografia. 169, Dossiê “Oeste Paraná Clube”, Dops-PR, APP.

95 José Schloegoel, entrevista ao autor, 20/01/2009, Foz do Iguaçu; e Franz Nieuwenhoff, entrevista ao autor, 27/02/2009, Foz do Iguaçu.

reunia brasileiros, majoritariamente funcionários públicos, e que era presidido pelo comandante da Companhia de Fronteira<sup>96</sup>.

Quadro 2 – Atuação da 9ª Delegacia Regional em relação aos súditos do Eixo

**9ª Delegacia Regional - Delegado Melchiades do Valle**

Jan/1942	Fev/1942	Mar/1942	Abr/1942	Mai/1942	Jun/1942	Jul/1942	Ago/1942
Dia 15: Prisão de Martin Nieuwenhoff	Dia 13: Restrição do funcionamento do Centro Agrícola e Social	6 meses sem novidades em relação aos súditos do Eixo.					
Dia 29: Interrogatório de Paulo Rockel	Dia 21: Prisão de Emil Mohrhoff e apreensão de propaganda nazista						

**9ª Delegacia Regional - Delegado Glaucio Guiss**

Set/1942	Out/1942	Nov/1942	Dez/1942	Jan/1943	Fev/1943	Mar/1943	Abr/1943	Mai/1943
Dia 25: Início dos trabalhos de Glaucio Guiss.	Dia 26: Início da Retirada dos súditos do Eixo da fronteira.	Dia 6: Encerramento da Retirada dos súditos do Eixo da fronteira.	Dia 5: Carta denunciando padres pelo uso do idioma alemão nas missas.	Dia 19: Prisão de Manoel Koenner		Dia 15: Viagem à Posadas e Encarnación		Encerramento dos trabalhos de Glaucio Guiss
	Dia 31: Reunião com autoridades locais, sobre segurança na fronteira.	Dia 11: Chegada e intimação para padre Koenner deixar a cidade.						
		Dia 16: Fechamento do Centro Agrícola e Social.						

Fonte: Elaboração própria.

O entendimento de Glaucio Guiss foi completamente diferente da decisão de Melchiades do Valle em relação ao Centro Agrícola e Social. O delegado especial, pouco mais de um mês após sua chegada, determinou o fechamento do Centro em 13 de novembro de 1942. A justificativa, acompanhada de uma lista de nomes, nacionalidades e descendência, indicava que o Centro fora “enquadrado nos moldes da nacionalização” de forma

96 Ofício nº 182, 17/09/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

“incompleta deixando transparecer veladamente resquícios de sua antiga orientação estrangeira”<sup>97</sup>.

Além de terem interpretações distintas no caso da associação, outro fator que diferenciou as passagens de Valle e Guiss pela delegacia foi o tratamento aos padres alemães. A Igreja Católica ficava aproximadamente a 500 metros da 9ª Delegacia Regional e não há registros de que o delegado Valle se importasse com os padres alemães<sup>98</sup>. O delegado Guiss, por sua vez, coordenou uma investigação que culminou na prisão do padre Manoel Koenner, que chegou em Foz do Iguaçu em novembro de 1942 em substituição a outro alemão, Theodoro Harbecke, retirado da fronteira pela missão de afastamento também coordenada por Guiss.

É no mínimo contraditório que em substituição a um alemão (Harbecke), outro padre alemão (Koenner) viesse para a cidade. Aparentemente, Manuel Konner viajou de Juiz de Fora para Foz do Iguaçu com a convicção de que sua reputação em Curitiba lhe bastava. Ao delegado da Dops foi informado que o padre “tem feito publicamente profissão de fé anti-nazista”, além de ser pessoa “insuspeita” e “insubstituível”. O próprio Valfrido Piloto posteriormente reconheceu que “após obter informações de várias fontes, estive em contato direto com o sacerdote, e pude ajuizar em seu favor”<sup>99</sup>.

Quando o titular da Dops escreveu aquelas palavras a respeito de Koenner, em 6 de janeiro de 1943, era pouco provável que não soubesse da intimação que Glaucio Guiss tinha feito ao padre para deixar a cidade, tão logo chegara em 4 de novembro de 1942. O encontro entre ambos revela que o delegado especial não era um homem de serviços ou contatos próximos com o delegado da Dops. Além da sua forma de se comunicar diretamente com o secretário de Segurança Pública, o caso expõe uma divergência entre Guiss e Piloto em relação ao padre Koenner.

Como já foi mencionado, na segunda metade do ano de 1942 o simples ato de portar um documento escrito em alemão era motivo suficiente para prisão. Quando desembarcou em Foz do Iguaçu, o padre Koenner carregava uma carta escrita em alemão de uma pessoa de Juiz de Fora para uma família de Foz do Iguaçu. Existiam três ligações entre o padre, o remetente Paulo Backers e o destinatário, João Jorge Roth: o idioma, a nacionalidade e o catolicismo.

---

97 Ofício nº 357, 16/11/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

98 Prelazia equivale a uma unidade territorial para a representação católica em uma determinada região. No caso analisado, a Prelazia de Foz do Iguaçu tinha abrangência em todo o interior do Oeste do Paraná e em partes da Argentina e do Paraguai.

99 Resposta ao Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Quando a carta foi encontrada, a atitude mais lógica para um delegado de interior da época seria prender o portador, apreender a carta e pedir instruções para a Dops em Curitiba (como ocorreu inicialmente no caso de Martin Nieuwenhoff). Guiss estava investido de prerrogativas especiais para o enfrentamento de súditos do Eixo, e seu *modus operandi* era mais autônomo. Optou por intimar o padre e o destinatário a “deixar esta cidade”<sup>100</sup>. Outra particularidade foi a tradução imediata da carta *in loco*. Para a tarefa, contou com a ajuda de Otto Trompinski, engenheiro holandês que prestava serviços na região e que, inclusive, assumira o cargo de prefeito por um breve período do ano de 1933. Da carta, três trechos foram grifados:

Nós estamos no Brasil onde tudo é pesteadado. Quando se fala este ou aquele é são, é uma grande ilusão [...]

Em frente ao nosso colégio [em Juiz de Fora] os sequazes e assaltantes passeavam e quiseram tomá-lo de assalto [...]

A nossa livraria limpamos e escondemos tudo. Das vitrines tiramos o que tinha dentro, pois, a canalhada entrou por aqui e quebrou tudo<sup>101</sup>.

Glauco Guiss reuniu as informações e as encaminhou para a Secretaria de Segurança Pública, em 11 de novembro de 1942. Uma semana depois, para a secretaria correspondente em Belo Horizonte enviou uma mensagem “para os fins convenientes” de detenção e investigação do remetente de Juiz de Fora<sup>102</sup>. A resposta chegou um mês depois com a informação da conclusão de um inquérito remetido ao Tribunal de Segurança Nacional, enquadrando Paulo Backers “por crime previsto no Art. 28”, do Decreto-Lei nº 4766/1942<sup>103</sup>. De acordo com a lei, publicada em 1º de outubro de 1942 especificamente para definir crimes militares e contra a segurança do Estado, era crime “proferir em público, ou divulgar por escrito ou por outro qualquer meio, conceito calunioso, injurioso ou desrespeitoso contra a Nação, a Governo, o regime e as instituições ou contra agente do poder público”, cuja pena poderia variar de um a seis anos de reclusão (BRASIL, 1942c).

Se o artigo 28 era aplicável a Paulo Backers, também o seria a Manuel Koenner. No entanto, enquanto Backers estava preso em Minas Gerais, Koenner

---

100 Ofício nº 352, 11/11/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

101 Carta de Paulo Backers a João Jorge Roth, tradução em 13/11/1942, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

102 Ofício nº 224, 18/01/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

103 Ofício nº 13066, 18/12/1942, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

vivia em Foz do Iguaçu sem ser processado e em flagrante descumprimento de uma ordem do delegado regional. Quando foi indagado pela 5ª Região Militar sobre a razão de manter certos alemães na fronteira, mesmo após a ordem de retirada, Valfrido Piloto respondeu que a permanência do “insuspeito” padre atendia uma solicitação “do Arcebispado desta capital”<sup>104</sup>.

Para se ter ideia da subjetividade que as decisões dos delegados poderiam apresentar, especialmente a Delegacia de Ordem Política e Social, o mesmo delegado Valfrido Piloto, por muito menos, recomendou a prisão (e perda do emprego) de Paulo Rockel à Dops do Mato Grosso. No caso do agricultor Martin Nieuwenhoff, também recomendou a manutenção da prisão em Foz do Iguaçu. Já o alemão Koenner, portador de uma carta “injuriosa e desrespeitosa contra a Nação”, foi intimado pela autoridade local a deixar a cidade tão logo havia chegado em 6 de novembro de 1942; foi denunciado por um cidadão paraguaio pelo uso do idioma alemão na igreja em 7 de dezembro de 1942 (Figura 8); e teve sua permanência na fronteira questionada pelo Comando da 5ª Região Militar em 4 de janeiro de 1943. Nenhum dos fatos envolvendo o padre teve força suficiente para, no mínimo, afastá-lo da fronteira até 19 de janeiro de 1943.

---

104 Resposta ao Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Figura 8 – Denúncia de uso do idioma alemão

13  
465

Foz de Iguassu 5-12-1942

Ilustre Don Fr. Piloto

Saudacos

Dei na calidad de Paraguai e amigo del Brasil, he cometido que tiene dois Padres Alemanos acá que non ha confiansca nelos, pois estes non fala com os paraios dele simon con alemans até dentro da igreja, e cosas até de ter aguno Caporato de rádio na casa di ele desculp os erros, pois non escrevo bien o Brasileiro, Don Piloto oi creyo que e Queror Padre Brasileiro acá.

Polcerado

Joaquim Bonhitef  
Proprietario  
Foz de Iguassu

Fonte: Dops/PR – APP.

## MANOEL KOENNER: PORTADOR DE "MATERIAL BÉLICO"

Era madrugada do dia 19 de janeiro de 1942 quando Manoel Koenner foi acordado por uma diligência policial liderada por Glauco Guiss. O delegado regional atravessou o quarteirão que separava a delegacia da igreja para novamente se encontrar com o padre. Mas, desta vez, não buscava uma carta em alemão ou mesmo intencionava fazê-lo cumprir, finalmente, a intimação de deixar a cidade. Naquele dia, registrou o flagrante de "máscaras

contra gases asfixiantes, dois caixões contendo munição para fuzil e grande quantidade de bombas”<sup>105</sup>.

No ofício que encaminhou à Secretaria de Segurança Pública, Guiss escreveu que o inquérito prosseguiria e que oportunamente enviaria mais detalhes, os quais viriam acompanhados dos autos de apreensão de materiais e de declarações de Manoel Koenner (que seguia escoltado à Curitiba), com uma análise prévia e recomendação de acusação do padre com base no Artigo 13 da Lei de Segurança Nacional. O referido artigo previa pena de um a quatro anos de reclusão para quem tivesse “sob sua guarda [...] substâncias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra” (BRASIL, 1935).<sup>106</sup>

É importante registrar que Guiss adotou um procedimento muito mais sofisticado do que seu antecessor, Melchides do Valle, adotara no caso de Emil Mohrhoff. No ano anterior, o alemão de Sol de Maio foi encaminhado junto ao material para análise na capital. Em Curitiba, foram feitos interrogatórios na sede Dops, a relação de materiais e toda a parte burocrática de instrução processual. Glaucio Guiss fez todo este trabalho em Foz do Iguaçu mesmo.

O achado de Guiss na igreja não teve relação com a carta encontrada meses antes com Manoel Koenner. Ao interrogá-lo, o delegado ouviu que o padre desconhecia o conteúdo dos caixotes encontrados na igreja e que sabia apenas que pertencia a uma comissão austro-húngara que estivera em Foz do Iguaçu em 1937. Foram hóspedes na igreja “antes da existência do hotel”, num período em que o padre responsável era outro alemão, Vicente Hackl<sup>107</sup>. A declaração de Koenner foi considerada uma “simples e arcaica alegação”, já que “por formas inequívocas se evidencia sua culpabilidade”. Além do conteúdo dos caixotes e da declaração não convincente, o delegado ressaltou que “são bastante comprometedores os documentos apreendidos no seu arquivo particular, por onde se percebe inconfundivelmente sua atividade política”. Neste caso, Guiss se referia principalmente a um panfleto integralista assinado pelo líder do movimento, Plínio Salgado<sup>108</sup>.

---

105 Ofício nº 87, 19/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

106 Telegrama s/n, 22/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

107 Auto de declarações de Manoel Koenner, 19/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

108 Relatório de itens apreendidos com Manoel Koenner, 22/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP. Doravante, as citações no corpo do texto referem-se a este documento.



As apreensões foram divididas em duas categorias: de guerra e de laboratório. Para examinar a primeira, Guiss contou com dois militares (os quais chamou de peritos): Roberto de Souza e Antonio Liviani, ambos tenentes da Companhia de Fronteira. Propôs-lhes objetivamente cinco perguntas sobre o tipo e a classificação, as condições de uso, os possíveis danos, a origem de fabricação e a aplicação bélica. Consta dos autos que a primeira pergunta foi respondida de forma mais detalhada, e todas terminaram com um categórico sim. Portanto, o laudo assinado pelos tenentes, pelo delegado, pelo escrivão e por uma testemunha, atestava que Manoel Koenner guardava, “em um quarto em frente ao seu dormitório [...] grande quantidade de material bélico”.

O material de laboratório foi analisado por um “perito militar”, tenente Altamiro Viana, e outro “perito civil”, o engenheiro Otto Trompinski (note-se que é a segunda vez que este nome aparece ligado ao padre). Àqueles “peritos” foram feitas três perguntas sobre a espécie do material, a que se destinavam e se estavam em condições de uso. As respostas foram: eram produtos para observação meteorológica e pesquisas químicas, destinavam-se a acampamento e cozinha, além de serem “instrumental e drogas químicas”, e “instrumental de observação meteorológica”. Em síntese, concluíram que “sim [estavam em condições de uso] salvo alguns aparelhos eletroquímicos quebrados e alguns frascos de vidros quebrados”.

Era muita informação a ser processada. A carta suspeita que levou Paulo Backers à prisão em Belo Horizonte ficou pequena. O que ligava o padre Koenner aos mineiros e aos padres alemães que o antecederam em Foz do Iguaçu era uma organização chamada Congregação do Verbo Divino. Diante do achado, o delegado regional concluiu que “tudo indica que a Congregação do Verbo Divino, a que pertence o aludido Monsenhor [Koenner] era no Brasil, nada mais, nada menos, do que uma grande rede de espionagem alemã”. Mais que isso, a seu ver atuava “com a conivência de elementos civis que se diziam de nacionalidade húngara”, mas que “só se expressavam em idioma alemão”. Ainda de acordo com a conclusão do delegado, a forma pela qual foram colocados os caixotes em Foz do Iguaçu era uma demonstração inequívoca das conexões espãs na Tríplice Fronteira, orquestradas desde a década de 1930. O “material de guerra” transitou da Europa para o porto de Montevideu, depois para “Posadas, Porto Presidente Franco e finalmente foi contrabandeado para esta cidade”.

“Suficientemente provada a intenção criminosa”, Guiss recomendou que o secretário de Segurança Pública do Paraná enquadrasse Koenner na Lei de Segurança Nacional. Também destacou que o padre antecessor, Theodoro Harbecke, atingido pela medida de retirada da fronteira e que estava residindo em Guarapuava, assim como o padre Vicente Hackl, que residia em São José dos Pinhais, fossem presos e investigados. Esta tarefa

coube ao delegado da Dops, assim como a conclusão do inquérito a ser enviado ao Rio de Janeiro. Guiss encerrou sua participação encaminhando o processo, amostras de materiais apreendidos e o preso para a capital.

No mesmo dia em que Koenner foi enviado a Curitiba, 22 de janeiro de 1943, Vicente Hackl foi interrogado por Valfrido Piloto. Do auto de declarações é possível tirar algumas conclusões sobre a organização Congregação do Verbo Divino, a comissão austro-húngara e uma pista sobre a origem da investigação inicial em Foz do Iguaçu.

Vicente Hackl declarou que chegou ao Brasil em 1914 pelo porto do Recife com destino a Juiz de Fora, onde ficava a sede da Congregação no país. Atuando como padre, esteve em quase todas as regiões do Paraná desde então. Em Foz do Iguaçu foi o padre responsável pela prelazia, cuja jurisdição correspondia a todo o Oeste do Paraná.

Na tentativa de melhor esclarecer os fatos, o padre Hackl informou o nome de diversos outros religiosos estrangeiros ao delegado da Dops, que não foram molestados, mas o seriam caso a linha de investigação mantivesse o Verbo Divino como organização espiã<sup>109</sup>. Esta hipótese levantada por Guiss não era completamente absurda para o contexto de janeiro de 1943. De acordo com a Dops, em fotografias “encontradas [não apreendidas] por agentes desta Delegacia na residência do declarante” foi possível identificar dezesseis alemães, seis poloneses, dois paraguaios, um brasileiro e um argentino, além de cinco não pessoas de nacionalidade não identificada. Além do Paraguai (foram mencionados especificamente dois padres de Encarnación) e da Argentina, os padres do Verbo Divino fotografados com Vicente Hackl atuavam no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais e Paraná<sup>110</sup>. O chefe da Dops poderia ter mantido a linha de investigação de uma rede de espionagem, acionado a Dops de outros estados e feito uma devassa na Congregação. Reunia elementos para isso. Bastava seguir a linha de investigação inicial apontada pelo delegado Guiss.

---

109 Auto de declarações de Vicente Hackl, 29/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

110 Fotografia e relação de nomes identificados por Vicente Hackl, s/d, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Figura 9 – Fotografia do padre Vicente Hackl  
(o segundo, da direita para a esquerda)



Fonte: Dops/PR – APP.

Entretanto, Valfrido Piloto mudou a linha de investigação ao dar atenção à narrativa da comissão austro-húngara que foi recepcionada por Hackl em Foz do Iguaçu, em agosto de 1937. O padre declarou que se tratava de cinco pessoas vindas da Europa com a finalidade de adquirir terras para fundar uma colônia no Paraguai. O líder da comissão era o arquiduque Karl Albrecht, identificado como Albrecht de Habsburgo. Chegou na cidade em um avião próprio, acompanhado de seu piloto particular. As outras três pessoas chegaram de barco próprio, vindas de Posadas, sendo um médico, um engenheiro e um químico. Ficaram um mês em Foz do Iguaçu, foram para Assunção e depois voltaram para Posadas, de onde rumaram para a Europa. No momento da partida, pediram ao anfitrião Hackl para deixar os caixotes na Igreja até 1938, quando retornariam para dar seguimento ao intento colonizador<sup>111</sup>.

É possível que Albrecht de fato quisesse voltar, mas o contexto da guerra na Europa não lhe era favorável. Informações abertas dão conta de que o arquiduque foi preso pelos nazistas em novembro de 1939 quando chefiava um destacamento do Exército de Resistência na Polônia. A comissão austro-húngara não mais retornaria a Foz do Iguaçu. Vicente Hackl foi

111 Auto de declarações de Vicente Hackl, 29/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

atuar em São José dos Pinhais, deixando apenas informações sobre a quem pertenciam os caixotes no cômodo da igreja.

A justificativa para optar pela hospedagem na igreja é, no mínimo, interessante. Ao contrário do que afirmou Koenner, e mesmo o delegado da Dops mais tarde, havia estabelecimento de hospedagem tanto em Foz do Iguaçu quanto em Porto Aguirre em 1937. Então, por que motivo a comissão optaria pela igreja? Além do fato de compartilhar o catolicismo, a declaração de Hackl ainda indicou que não havia estabelecimento adequado “para pessoas de certa representação” social elevada. Vale lembrar que o “luxuoso” hotel Cassino Iguaçu foi inaugurado somente em 1939.

No auto de declarações de Hackl constam vários nomes que sequer foram investigados pela Dops. Curiosamente, Valfrido Piloto solicitou a Glaucio Guiss que detivesse e interrogasse “rigorosamente” apenas dois cidadãos que foram mencionados como recepcionistas da comissão austro-húngara. É curioso porque o próprio Hackl informou que o austríaco Henrique Schultz vivia na Argentina e o húngaro, identificado apenas como Szasz, morava no Rio Grande do Sul, e não mais em Foz do Iguaçu. Além dos nomes citados, o delegado Piloto recomendou que fossem feitas outras diligências para identificar outras pessoas ligadas à comissão. Não foram encontrados registros de que Glaucio Guiss tenha atendido ou não a esta solicitação.

O esquecimento de Valfrido Piloto em mencionar e recomendar investigação sobre Otto Trompziński é outro ponto não explicado. Quando perguntado sobre o contato da comissão com os cidadãos locais, além dos mencionados, Hackl declarou que

Um senhor por sobrenome Trompziński, engenheiro, de nacionalidade polonesa, ali residente, prestando ao que lhe parece, serviços à Prefeitura de Foz do Iguaçu, teria também se aproximado dos elementos componentes daquela comissão com eles se avistado frequentemente, tendo mesmo efetuado passeio de avião em companhia do piloto do mesmo (APP, 1943).

Observando com o benefício do tempo, é notável como o nome de Trompziński aparece nas entrelinhas da trama que envolve Manoel Koenner, desde sua chegada até sua prisão em Foz do Iguaçu. Foi tradutor da carta, “perito” dos materiais de laboratório e apontado como uma pessoa que teve contato próximo com a visita da comissão austro-húngara. Apesar disso, Valfrido não recomendou que fosse “detido e rigorosamente interrogado”, como o fez com os outros dois que sequer moravam na cidade.

Qualquer que tenha sido a forma pela qual o delegado Guiss tenha tomado conhecimento dos caixotes na igreja, a linha de investigação proposta por ele sofreu um revés parcial na Dops. Valfrido Piloto concluiu que os caixotes não tinham ligação com os padres ou com a espionagem de guerra alemã e pertenciam à comissão austro-húngara que “se tratava de expedição destinada à escolha de latifúndio, no território paraguaio, a fim de ser estabelecida uma grande propriedade agrícola”. Apesar disso, o delegado não excluía a possibilidade de que a propriedade pudesse vir a servir como “um ponto de apoio à espionagem”. Por fim, concluiu que “não se pôde, no entanto, descobrir nenhum indício que confirmasse esta conjectura”<sup>112</sup>.

Um pequeno recorte de jornal datado de 29 de maio de 1943 indica que o Tribunal de Segurança Nacional negou-se a arquivar o processo contra Koenner. Talvez o arquivamento tenha sido solicitado com base nos argumentos da linha do “mal-entendido” explorada por Valfrido Piloto. Por fim, Manoel Koenner, Vicente Hackl e outros dois padres alemães da Congregação do Verbo Divino foram indiciados com base no artigo 13 da Lei de Segurança Nacional. Portanto, prevaleceu a interpretação inicial de Glaucio Guiss, indicando o quanto o delegado de Foz do Iguaçu estava conectado com as problemáticas do tempo da guerra<sup>113</sup>.

---

112 Ofício nº 1374, 07/06/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

113 Ofício nº 1374, 07/06/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

# CAPÍTULO 4 – OS RETIRADOS

A missão especial do delegado Glaucio Guiss não era “caçar nazistas”. Ele foi deslocado para a fronteira para que se cumprisse uma diretriz do Comando Militar da 5ª Região, que consistia em afastar preventivamente todas as pessoas enquadradas na categoria de súditos do Eixo. Inicialmente, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná não sabia quantos alemães e italianos residiam na fronteira internacional do estado. Foi o próprio delegado que emitiu as intimações e coordenou o movimento que chamamos de retirada dos súditos do Eixo da fronteira paranaense.

Tratar da retirada dos súditos do Eixo da Tríplice Fronteira durante a Segunda Guerra Mundial impõe certos empecilhos de ordem metodológica. Ao contrário de Paulo Rockel, Emil Mohrhoff e Manoel Koenner, que foram identificados e cujos depoimentos compõem o conjunto documental histórico da Dops, a maioria dos retirados não passava de pessoas anônimas para as autoridades policiais. Este capítulo adiciona como fonte histórica o registro da memória social, familiar e algumas entrevistas de quem viveu parte da adolescência durante o afastamento de suas residências na fronteira.

Para os retirantes, havia um conjunto de leis e normativas que legitimavam a ação de afastamento das pessoas de suas residências (Quadro 3). Militares, delegados e policiais civis atuaram no que acreditavam ser o exercício do dever em tempos de guerra. Para os retirados, a viagem de ida para Guarapuava (distância segura do limite com o Paraguai e a Argentina), a garantia da sobrevivência e o retorno à normalidade foram pelo menos três grandes desafios. Este é um capítulo da experiência histórica do retrocesso civil apontado por Eric Hobsbawm (1995).

Quadro 3 – Síntese das restrições aos súditos do Eixo

<b>Baixa intensidade: Janeiro/Fevereiro de 1942</b>		
<b>Portaria 30 (28/01/1942)</b>	<b>Portaria 4 (03/02/1942)</b>	<b>Portaria 7572 (21/02/1942)</b>
Restrições gerais aos súditos do Eixo (proibição de mudança de endereço, deslocamento e uso de idioma alemão, italiano ou japonês).	Instrui sobre a restrição da circulação dos súditos do Eixo por meio do instrumento de salvo-conduto.	Recomenda investigação rigorosa nas associações com filiados estrangeiros, especialmente do Eixo. Recomenda fechamento daquelas cuja maioria de sócios for de súditos do Eixo.

<b>Alta intensidade: Agosto/Novembro de 1942</b>					
<b>Decreto 10.358 (31/08/1942)</b>	<b>Portaria 65 (01/09/1942)</b>	<b>Telegrama 942 (22/09/1942)</b>	<b>Decreto 10.409-A (25/09/1942)</b>	<b>Portaria s/n (31/10/1942)</b>	<b>Portaria 147 (12/11/1942)</b>
Declara o estado de guerra em todo o território nacional.	Obriga súditos do Eixo a entregar aparelhos de rádio à polícia.	Instrui a afastar súditos do Eixo que residem em zonas costeiras para o interior.	Define as zonas e subzonas de guerra.	Regulamenta a entrada e saída de pessoas nacionais e estrangeiras, pelo porto de Foz do Iguaçu e General Meira.	Intensifica identificação e vigilância sobre os súditos do Eixo.

<b>Volta à normalidade: Setembro/Outubro de 1945</b>		
<b>Portaria nº 273 (08/09/1943)</b>	<b>Decreto-Lei nº 7474 (18/04/1945)</b>	<b>Portaria 381 (03/10/1945)</b>
Suspende aos italianos os efeitos aos súditos do Eixo.	Concede anistia aos crimes políticos.	Revoga todas as restrições contra os súditos do Eixo.

Fonte: Elaboração própria.

## MISSÃO ESPECIAL, NORMATIVAS E PRESSÕES MILITARES

Retirar preventivamente os súditos do Eixo de determinada região baseava-se normativamente em uma série de documentos que restringia a liberdade para nascidos na Alemanha, Itália, Japão e países que passassem para o bloco. Transformados em ameaça à segurança nacional, a permanência de alemães e italianos na fronteira do Paraná se tornou uma questão institucional. Em geral, as Secretarias de Segurança Pública dos estados atuaram para vigiar e reprimir, até setembro de 1942, apoiando-se em normativas que justificassem apreensões e prisões. A partir de então, a entrada do Brasil na guerra e o estado de exceção fez com que as Forças Armadas substituíssem as Secretarias de Segurança Pública dos estados na tarefa de traçar os planos de defesa e segurança. Portanto, os militares passaram a emitir as diretrizes para as Secretarias de Segurança Pública dos estados e suas Delegacias Especializadas (como a Dops) e delegacias regionais.

No começo do livro mencionamos a Terceira Reunião de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores (janeiro de 1942) como núcleo da instrução de como proceder em relação aos súditos do Eixo. Para vigiá-los, na prática, algumas medidas foram inicialmente tomadas, as quais se baseavam em um comunicado do ministro da Justiça para os interventores federais que emitiam ou delegavam a elaboração de portarias regionais que passavam a ter efeito de legislação (CANCELLI, 1994).

Nas unidades da federação, o interventor federal encaminhava as ordens para o secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, as quais chegavam ao delegado da Dops por intermédio da chefia de polícia. Enquanto atores como o delegado da Dops e o secretário de Segurança Pública possuíam funções mais executivas e de coordenação, respectivamente, o chefe de polícia era uma figura mais burocrática, que reunia informações e coordenava a papelada. A delegacia regional, em situação normal, estava subordinada a essa chefatura (como era chamada na época) e às delegacias especiais.

A primeira instrução normativa sobre os súditos do Eixo no Paraná foi uma Portaria Reservada, de 20 de dezembro de 1942, através da qual Fausto Bittencourt (o chefe de polícia) recomendava a todos os policiais atenção e, à Dops, “a mais severa vigilância em torno dos cidadãos japoneses, alemães e italianos”, sem dizer quais ações tomar. Naquele momento, os Estados Unidos e a União Soviética já haviam se juntado aos Aliados e, portanto, a Conferência dos Estados Americanos em breve aconteceria no Rio de Janeiro e selaria o futuro do Brasil no conflito<sup>114</sup>.

Um dia antes do rompimento do Brasil com o Eixo (14 de janeiro de 1942), o então ministro da Justiça Francisco Campos, em primeira mão,

---

114 Portaria nº 519-A, reservada, 20/12/1941, Prontuário 0780, Topografia 89, Dossiê “Dops – documentos antigos”, Dops-PR, APP.



por meio de um telegrama secreto, instruiu os interventores federais sobre como agir em relação aos súditos do Eixo. O telegrama gerou os documentos normativos que restringiram as liberdades no Distrito Federal e nas unidades da federação (FÁVERI, 2004; HILTON, 1983). O objetivo era agir preventivamente e evitar que os cidadãos se transformassem em inimigos internos (SILVA, 2013).

O telegrama de Francisco Campos tinha nove partes, três das quais deveriam ser ocupação da chefia de polícia a fim de orientar a Dops e as Delegacias Regionais<sup>115</sup>. Cabia à polícia registrar a residência de todos os súditos nas unidades da federação; “impedir a distribuição de escritos nos idiomas das potências com as quais o Brasil romper relações”; proibir o uso do idioma; prender quem “manifeste simpatia pela causa das referidas potências”; requerer salvo-conduto (documento de viagem) e proibir que se reunissem, mesmo que para comemorar aniversários, casamentos, dentre outros<sup>116</sup>. Reproduzindo trechos do documento, foi publicada em 28 de janeiro de 1942 a Portaria 30 que, em geral, proibiu em todo o estado do Paraná:

- O uso de idioma daquelas três nações nas conversações em lugar público (rua, cafés, casas de diversões, etc.);
- A distribuição de quaisquer escritos nos idiomas acima referidos;
- Cantar ou tocar os hinos daquelas nações estrangeiras;
- Fazer saudações peculiares aos partidos políticos dos três países retro aludidos;
- A exibição em lugar acessível ou exposto ao público, de retratos de membros dos governos dessas nações<sup>117</sup>.

De acordo com a normativa, ainda que não tivesse tipificação penal, o que ocorreria com o Decreto-Lei 4766 (BRASIL, 1942c), a autoridade policial poderia prender quem infringisse um ou mais dispositivos. Neste sentido, ao analisar o equivalente à Portaria 30 do Estado de Santa Catarina, Marlene de Fáveri concluiu que “desta data, até o final da guerra, era legal deter qualquer incauto que cantasse, cumprimentasse ou falasse nos idiomas apontados” (FÁVERI, 2004, p. 97).

---

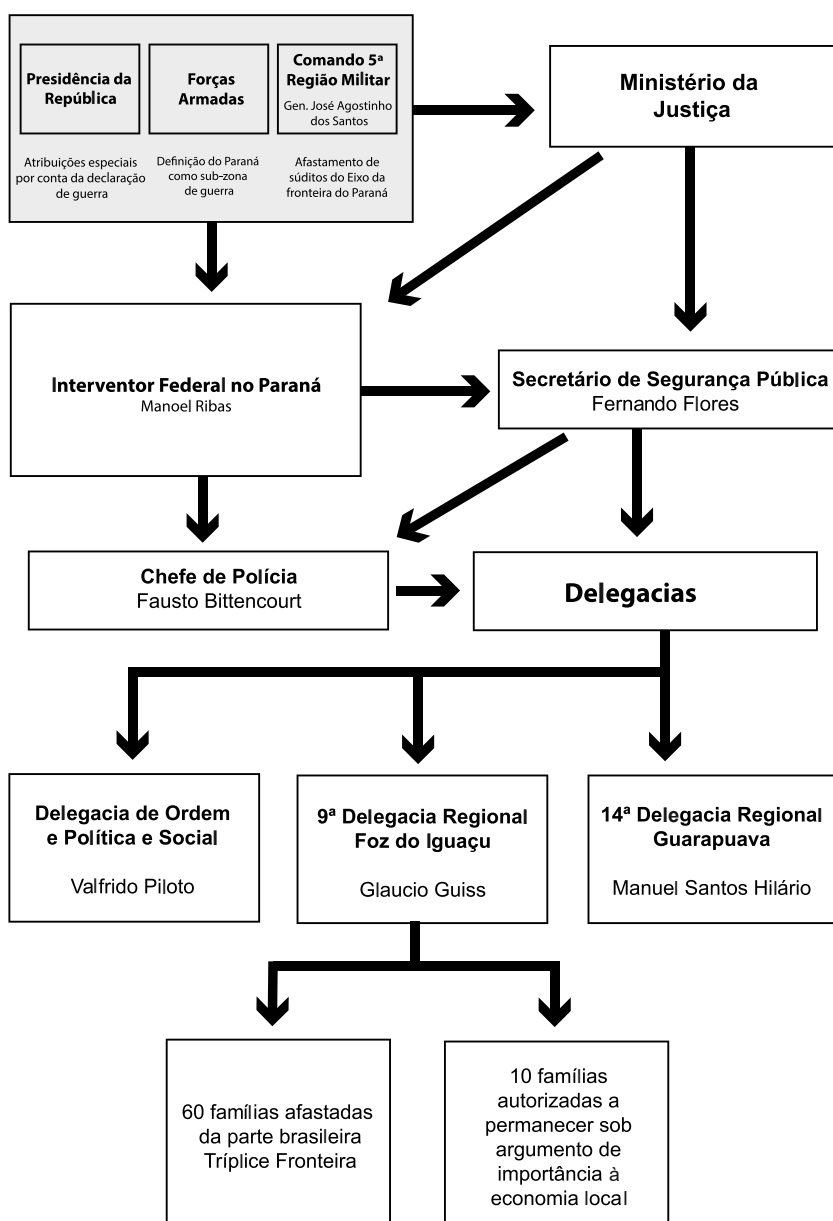
115 Ofício s/n, secreto, do Secretário do Interior e Justiça para o Chefe de Polícia, 28/01/1942, Prontuário 0760, Topografia 86, Dossiê “Dops – Chefatura Antiga (diversos)”, Dops-PR, APP.

116 Telegrama s/n, secreto, do Ministro da Justiça para Interventor Federal, 27/01/1942, Prontuário 0760, Topografia 86, Dossiê “Dops – Chefatura Antiga (diversos)”, Dops-PR, APP.

117 Portaria nº 30, 28/01/1942, Prontuário 0760, Topografia 86, Dossiê “Dops – Chefatura Antiga (diversos)”, Dops-PR, APP.

Nos casos do capítulo anterior, com exceção do Padre Koenner, os demais estavam de acordo com as restrições impostas pela Portaria 30. Martin Nieuwenhoff carregava um jornal com flagrante “uso de idioma daquelas três nações”; Paulo Rockel advogou em favor do Eixo; e Emil Mohrhoff era um distribuidor de “escritos nos idiomas acima referidos”. Dos três, somente Emil foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Nos outros dois casos, há fortes indícios de que a prisão de Nieuwenhoff não fora mantida e de que o caso Rockel não tenha tido maiores desdobramentos no Mato Grosso, justamente porque a qualificação do crime e o andamento de seus casos dependia do entendimento do delegado regional da localidade onde estavam.

Figura 10 – Esquema explicativo para o afastamento da fronteira



Fonte: Elaboração própria.

A partir de setembro de 1942, a mudança de atitude da 9ª Delegacia Regional de Foz do Iguaçu coincide com a declaração de guerra do Brasil ao Eixo e com uma cobrança que chegou ao Interventor do Paraná por intermédio dos militares, especificamente do Comando da 5ª Região Militar. A guerra é tradicionalmente um assunto dos militares e, estando o Brasil em guerra, os estados precisaram responder certas demandas do Comando das Regiões Militares. No Paraná, a Secretaria de Segurança Pública passou a receber diversos pedidos e requisições dos militares, especialmente no que se refere à segurança da fronteira.

De modo geral, no mesmo dia da declaração de guerra, em 22 de agosto (BRASIL, 1942a), o ministério da Justiça indicou, dentre outras medidas, que os Estados deveriam “encaminhar para o interior os súditos do Eixo residentes nas zonas costeiras”, além de “incentivar quem tiver contato com súdito, denunciar qualquer atitude suspeita”<sup>118</sup>. Aquele foi um período no qual o cidadão comum foi estimulado a denunciar quem falasse em alemão em ambientes privados, como a casa da família, e públicos, como a Igreja (Figura 8).

Com a declaração de guerra (BRASIL, 1942a), houve a suspensão parcial da Constituição de 1937 e o acionamento do seu artigo 168. Por meio dele, o presidente da República estava autorizado a tomar medidas extremas, dentre elas a “detenção em edifício ou local não destinados a réus comuns” (BRASIL, 1937), como era o caso dos chamados campos de concentração no Brasil (PERAZZO, 2009). No caso da fronteira do Paraná, o dispositivo constitucional acionado foi aquele segundo o qual cabia “deserto para outros pontos do território nacional ou residência forçada”. Em outras palavras, o fato de afastar pessoas de áreas consideradas críticas para áreas seguras era uma prerrogativa legal do presidente da República, em ação coordenada com os militares e as forças estaduais de segurança.

Do movimento de afastamento de áreas críticas se conhece mais sua aplicação aos litorais do Brasil (FÁVERI, 2004).<sup>119</sup> Em relação à fronteira, não há menções específicas nas normativas estaduais ou nos documentos gerais emanados do ministério da Justiça. O Decreto Secreto 10.409-A, assinado em 25 de setembro de 1942, coincidentemente a mesma data em que Glaucio Guiss assumiu a delegacia de Foz do Iguaçu, oferece uma hipótese para o surgimento da ideia de afastar súditos da fronteira do Paraná (BRASIL, 1942b).

O Decreto definiu as zonas de guerra no interior do país. De acordo com a percepção dos militares, a região Sul fazia parte do “Teatro R – (Meridional)”,

---

118 Telegrama G-941, secreto, 22/08/1942, Prontuário 1344a, Topografia 159, Dossiê “Ministério da Justiça”, Dops-PR, APP.

119 Ver também o livro de Priscila Perazzo (2009).

uma subzona de guerra (BRASIL, 1942b). No mesmo dia, os delegados regionais de Paranaguá e Antonina (litoral do Paraná) receberam instruções para que os súditos do Eixo fossem retirados do litoral, obrigando-os a buscar residência mais ao interior do Estado. “Na lista de imigrantes que deveriam deixar o litoral, constam o nome de 85 pessoas: 10 alemães, 22 italianos e 53 japoneses” (KIMURA, 2006, p. 207).

Ao estudar os campos de concentração no Brasil, Priscila Perazzo concluiu que, em outubro de 1942, o ministério da Justiça reconheceu e alertou os interventores de que as medidas “paulatinamente de evacuação dos referidos estrangeiros” poderiam ocorrer nas “zonas que o Ministério da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica entender mais expostos a atos nocivos à segurança nacional” (PERAZZO, 2009, p. 207).

Portanto, evacuar, afastar ou retirar os súditos do Eixo da fronteira com a Argentina (contra a qual vimos o posicionamento militar no início do livro), está mais para uma determinação militar do que para uma ação voluntária da polícia do Paraná. Trata-se de uma ação institucional que emergiu da ascensão dos militares na delimitação geopolítica e estratégica sobre como agir em relação aos súditos. Neste sentido, a missão de Glaucio Guiss era afastar os súditos da fronteira com a Argentina e com o Paraguai.

O fim do estado normativo se deu somente após o término da Segunda Guerra Mundial, que coincidiu também com o término do Estado Novo. O Tribunal de Segurança Nacional que, dentre os mais de 1.400 casos julgados desde sua criação em 1936, condenou Emil Mohrhoff e Manoel Koenner, foi extinto e uma anistia a todos os crimes políticos foi assinada em abril de 1945. Ou seja, processos em andamento e prisões de ordem política foram todos encerrados (BRASIL, 1945). Outra formalidade foi a revogação, no Paraná, da Portaria 30 e outras que tratavam dos súditos do Eixo, em outubro de 1945<sup>120</sup>. Desde então, o nazismo e os súditos do Eixo não eram mais inimigos, suspeitos ou potenciais problemas (Quadro 3).

A ação da polícia do Paraná que motivou a atuação de Glaucio Guiss certamente teria outro desfecho não fosse o estado de guerra. Enquanto os militares locais se organizavam na Companhia de Fronteira, o Comando da 5ª Região Militar pressionava a Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Em pelo menos três episódios ficou evidente esta pressão. O primeiro foi o Boletim nº 9, datado de 6 de novembro de 1942, quando o Comando argumentou que recebera informações de que na fronteira havia um movimento de nazistas que promoviam uma desordem no “território vizinho” do Paraguai e da Argentina. Em resposta, o delegado da Dops afirmou que se tratava de “bandidos comuns, já procurados pela polícia paraguaia, conforme

---

120 Portaria nº 381, 03/10/1945, Prontuário 1747, Topografia 209, Dossiê “Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)”, Dops-PR, APP.

revelação que me fez o Tenente Martínez, Comandante da Guarnição de Porto Franco”<sup>121</sup>.

Em outra oportunidade (4 de janeiro de 1943), quando o comandante da 5ª Região Militar, General José Agostinho dos Santos, soube de alguns súditos do Eixo que foram autorizados pela Dops a permanecer em Foz do Iguaçu, escreveu para o interventor federal e exigiu a revisão das medidas tomadas. O episódio, que será analisado mais detalhadamente a seguir, possui como assunto do ofício enviado “retirada de elementos do Eixo da zona fronteiriça – Foz do Iguaçu”. O general dirigiu-se ao interventor para que ele agisse a fim de “interdizer as medidas que se afiguram altamente contrárias aos interesses da segurança nacional”<sup>122</sup>.

Em 4 de abril de 1944, outro informante da 5ª Região Militar visitou a fronteira e reportou ao Comando uma série de informações reforçando as intrigas com os argentinos e a presença de padres alemães que circulavam na região. O militar criticou a atuação da delegacia regional na vigilância aos súditos do Eixo, já que, de acordo com um suposto morador local, “na prelazia [caso Koenner] ficaram dois quartos sem serem revistados”. Mais que isso, o denunciante ainda informou que no dia seguinte à apreensão, “foi visto, por José Maria da Silva Tavares, um carroceiro que transportava material que saiu da prelazia com destino as costas do rio Paraná em direção a Porto Aguirre.” E a síntese dos potenciais subversivos da Tríplice Fronteira prosseguiu nesse tom:

CARLOS KOENIG, brasileiro, no dia seguinte ao da apreensão feita na prelazia, fugiu do Porto Bela Vista, 12 km desta cidade ao rio acima, onde morava sozinho, cuidando de um material da prelazia, que segundo consta, levou consigo na fuga. Dias após também a família que aqui morava, desapareceu para lugar ignorado, tendo ficado aqui um filho para dispor dos bens deixados no Porto Bela Vista. Koenig é nazista<sup>123</sup> (APP, 1944).

No relatório de “informações colhidas reservadamente”, também consta que “Ernesto Fayatag, alemão, Pedro Basso, italiano, e Octavio Vaz, brasileiro, festejaram o afundamento do primeiro barco brasileiro”. Além disso, vários outros cidadãos locais de sobrenomes alemão e italiano foram associados ao

---

121 Informação referente ao boletim nº 9, 10/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

122 Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

123 Cópia de parte a respeito de informações colhidas, reservadamente, em Foz do Iguaçu (pela 5ª Região Militar), 21/03/1944, Prontuário 1333, Topografia 150, Dossiê “Quartel General da 5ª RM/DI – Antigo”, Dops-PR, APP.

nazismo, ao movimento integralista, à simpatia com o Eixo. Com o benefício do olhar retrospectivo, podemos concluir que esse documento revela mais sobre o ponto de vista de seu autor do que sobre a realidade no pequeno núcleo urbano de Foz do Iguaçu.

Nos arquivos consultados não foi localizada uma resposta a esse relatório. Ainda que tenha sido respondido de forma protocolar, no início de 1944 as denúncias e mesmo a necessidade de vigilância aos súditos do Eixo começavam a se dissipar no horizonte. Naquele mês de abril de 1944, os Aliados já avançavam sobre o Eixo e a conclusão da guerra já não era incerta (lembre-se que em janeiro de 1942 havia certo equilíbrio entre Aliados e Eixo). Nesse contexto de vitória iminente dos Aliados, a ameaça tanto do nazismo quanto dos argentinos tinha menos força. E a Dops também tinha uma série de outros temas com que se ocupar.

## **OS RETIRANTES: VERSÃO POLICIAL**

Com base nas normativas e na definição da subzona de guerra, em algum momento na virada de agosto para setembro de 1942 determinou-se a necessidade de afastar os súditos do Eixo da Tríplice Fronteira. O movimento não foi documentado com processos enquadrados em algum dispositivo legal, como os casos dos “subversivos” Mohrhoff e Koenner. A maioria das famílias retiradas sequer foi mencionada nos documentos e não possuíam nem mesmo uma ficha da Dops.

Os retirados não eram como os subversivos. Eram pessoas comuns cuja única acusação era ser de nacionalidade alemã ou italiana. Não há processos contra aquelas pessoas, e, conseqüentemente, não há acusação formal, autos de declaração, de prisão ou de apreensão. O que sobreviveu ao tempo, em termos de documentos, é uma série de telegramas de comunicação entre a Dops e as delegacias regionais de Foz do Iguaçu e Guarapuava.

O movimento de retirada começou a ser mencionado na correspondência em 6 de outubro de 1942, pela 14ª Delegacia Regional de Guarapuava, que ficou encarregada de receber e monitorar os súditos do Eixo<sup>124</sup>. Após 20 dias, chegaram os primeiros retirados<sup>125</sup>. O processo foi considerado concluído pela Dops em 6 de novembro<sup>126</sup>. Com exceção de alguns que foram autorizados a

---

124 Telegrama s/n, do Delegado Regional de Guarapuava em exercício (Manoel Santos Hilário), 06/10/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

125 Ofício nº 639, 26/10/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

126 Informação referente ao boletim nº 9, 10/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

ficar em Foz do Iguaçu e Guaíra e de outros que foram autorizados a voltar, a maioria dos retirados permaneceu fora da fronteira até 30 de outubro de 1945, quando a Portaria 381 formalmente anulou as restrições aos súditos do Eixo no Paraná<sup>127</sup>.

No início do processo de retirada, o delegado Valfrido Piloto (Dops) afirmou que se deslocou à Foz do Iguaçu a fim de encaminhar os acontecimentos. Há uma única referência a essa suposta viagem à fronteira, cujo objetivo teria sido analisar a situação econômica e determinar quais súditos poderiam permanecer em suas casas por conta das atividades comerciais essenciais ao funcionamento do município<sup>128</sup>.

Quem expediu os ofícios e notificou os súditos a deixarem a faixa de fronteira no entorno do rio Paraná foi o delegado Glaucio Guiss. A partir de certo momento, a Dops solicitou que as delegacias de Foz do Iguaçu e de Guarapuava se comunicassem diretamente sobre os assuntos relacionados<sup>129</sup>. Na ocasião, foi estimado o número de pessoas retiradas:

[Há] nesta região policial, aproximadamente 200 elementos todos adultos. Acresce, todavia, que muitos familiares Brasileiros acompanhará [sic] seus chefes [de] família estrangeiros, daí resultando [que] o número de retirantes se eleva para mais de 300. Relativamente propriedades imóveis, não serão alienadas e sim confiadas pelos próprios elementos parentes ou conhecidos e donos de casas nacionalidade brasileira. Bagagens será [sic] transportadas na medida do possível, dependendo somente de meios de condução<sup>130</sup> (APP, 1942).

Inicialmente, não houve sequer uma lista de súditos a serem retirados. Trata-se de um processo diferente do que aconteceu no litoral do Paraná, por exemplo, onde os súditos foram relacionados em uma lista e depois intimados a se afastarem da região (KIMURA, 2006). Em Foz do Iguaçu, a intimação foi geral e sem registro ou ficha dos que eram obrigados a sair. Apesar disso, na tentativa de justificar o motivo pelo qual alguns súditos foram autorizados a ficar em Foz do Iguaçu, Valfrido Piloto assegurou ao Comando da 5ª Região Militar, em 6 de janeiro de 1943, que os retirados

---

127 Portaria nº 381, 03/10/1945, Prontuário 1747, Topografia 209, Dossiê “Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)”, Dops-PR, APP.

128 Resposta ao Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

129 Ofício nº 639, 26/10/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

130 Telegrama nº 84, 26/10/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

“estão devidamente fichados e sob a vista das autoridades”<sup>131</sup>. Contudo, a análise da documentação revelou que as fichas em branco para preenchimento com os dados dos súditos foram enviadas somente em 15 de janeiro<sup>132</sup>. Além disso, não foram encontrados indícios de que tais fichas foram de fato preenchidas.

Os documentos da Dops, da 9ª Delegacia Regional de Foz do Iguaçu e da 14ª Delegacia Regional de Guarapuava permitem compreender, ainda, alguns aspectos relevantes, como o transporte, os problemas e a organização social dos retirados em Guarapuava. Quanto ao transporte, em 26 de outubro de 1942 a Secretaria de Segurança Pública decidiu contratar uma empresa de ônibus. O propósito era levar conjuntamente todos os súditos, o que deveria ser executado pela 14ª Delegacia. Em ofício ao Delegado Regional, Valfrido Piloto afirmou: “deveis providenciar junto empresa ônibus sentido ser conseguido transporte trezentos súditos Eixo retirantes de Foz Iguaçu para interior do Estado”<sup>133</sup>.

Ocorre que fazer o trajeto não era uma tarefa muito simples. A precariedade da estrada, dos serviços de ônibus disponíveis e mesmo do abastecimento levaram ao abandono da ideia. Em 3 de novembro, o delegado regional informou que a empresa de ônibus estava “impossibilitada atender no momento transporte dos 300 súditos do Eixo de Foz do Iguaçu por falta absoluta de combustível”<sup>134</sup>. Por fim, a Secretaria de Segurança Pública concluiu que os próprios súditos deveriam se responsabilizar pelo transporte<sup>135</sup>.

A 14ª Delegacia até então lidava apenas com crimes comuns. Diante do processo de chegada dos súditos, registrou um aspecto social importante. No mesmo telegrama em que informou sobre o insucesso de obter ônibus para o transporte, o delegado regional destacou um aspecto da situação precária. De acordo com ele, “dentre os súditos aqui chegados alguns deles acham-se sem recursos e acompanhados família, sobre o que esta regional necessita urgente instruções”<sup>136</sup>.

---

131 Resposta ao Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

132 Telegrama nº 139, 15/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

133 Radiograma nº 458, 26/10/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

134 Telegrama nº 174, 03/11/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

135 Telegrama s/n, 06/11/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

136 Telegrama nº 174, 03/11/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.



Além de ser um lugar com características geográficas e sociais distintas, a chegada de aproximadamente três centenas de pessoas, a maior parte agricultores, traria algum impacto social tanto em Foz do Iguaçu quanto em Guarapuava. A maioria dos retirados tinha obtido no passado suas propriedades agrícolas com os militares (Colônia Militar), enquanto outros adquiriram por meio da Companhia Espéria. Eram posses que não tinham como levar consigo e que lhes garantiam pouco mais do que a sobrevivência.

O registro da observação policial permite inferir que se cogitou internar os súditos do Eixo em um mesmo lugar, em uma espécie de centro ou colônia para refugiados com base no trabalho agrícola. Apenas dois documentos localizados indicam que houve uma tentativa inicial de organizar uma colônia agrícola para os súditos do Eixo. Enquanto se organizavam outros centros de trabalho (inclusive forçado) e campos de concentração em outras partes do Brasil (PERAZZO, 2009), chegou-se a cogitar uma colônia agrícola no Paraná. As poucas informações mencionam que um lugar fora destinado pela Secretaria da Agricultura<sup>137</sup>. Em 6 de novembro, o secretário de Segurança Pública confirmou que a 14ª Delegacia Regional estava autorizada a “permitir sua localização [dos súditos do Eixo, no] núcleo Colonial”<sup>138</sup>.

Outro aspecto relevante das anotações policiais foi o fato de que, dentre os retirados, havia pessoas de diferentes perfis. Havia alemães solteiros de Sol de Maio, aos quais Glaucio Guiss se referiu no relatório sobre as barrancas do Rio Paraná<sup>139</sup>, e havia também situações como a de alemães casados com brasileiras e com filhos brasileiros. Este era o caso, por exemplo, da família Heller. O patriarca, João Heller, foi um dos retirantes que não levou inicialmente a família. Por meio de ofícios arquivados, sabe-se que em 17 de dezembro de 1942 a esposa de Heller foi até o comandante da Companhia de Fronteira (em Foz do Iguaçu) e solicitou que o esposo fosse autorizado a voltar (de Guarapuava) para “liquidar a casa de negócio e levar a família consigo”. Trata-se de uma família que vivia de um pequeno comércio e apenas o pai, dentre os nove membros (incluindo cinco filhos brasileiros), era alemão<sup>140</sup>.

137 Telegrama s/n, do Delegado Regional de Guarapuava em exercício (Manoel Santos Hilário), 06/10/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

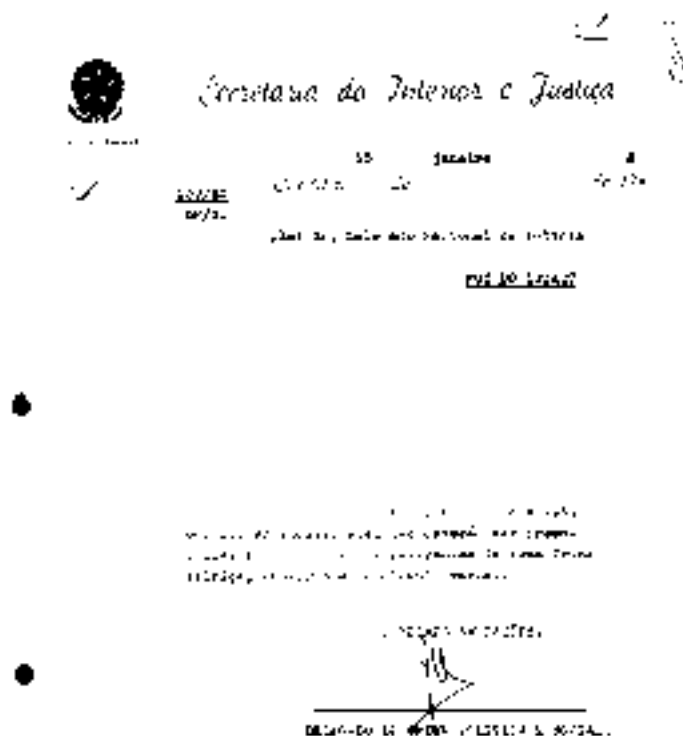
138 Telegrama s/n, 06/11/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

139 Levantamento completo das diversas localidades existentes na costa do rio Paraná, 12/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

140 Telegrama nº 865, 17/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

A razão de a senhora Heller procurar o comandante e não o delegado regional à frente da retirada é desconhecida. Poderia ser simplesmente pela ausência do delegado, mas ter procurado um amigo pessoal do secretário de Segurança Pública foi determinante para a celeridade da resposta<sup>141</sup>. Em 25 de dezembro foi deferido o regresso de João Heller<sup>142</sup>. Neste caso, a amizade pessoal dos interlocutores ajudou a amenizar o drama da família.

Figura 11 – Documento de envio de fichas para cadastro dos súditos do Eixo



Fonte: Dops/PR – APP.

141 Carta de Moacyr Lopes de Resende a Fernando Flores, 29/07/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

142 Ofício nº 1906, 25/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Os casos mais explícitos de personalismo foram observados em relação aos súditos empregados pela Companhia Mate Laranjeira. Henrique Hatzch, torneiro mecânico da Companhia, era alemão naturalizado chileno, casado com brasileira e pai de dois filhos nascidos no Brasil. Os protestos e o fato de ter “recebido com grande ofensa a notificação da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu para desocupação da zona de fronteira” não foram suficientes. Hatzch teve de deixar a família e ir para Guarapuava. O que lhe permitiu voltar à Guaíra foi um contato estabelecido pela empresa Mate Laranjeira com o interventor federal no Paraná, Manuel Ribas. Neste caso, ao permitir sua volta, a Dops registrou que “somente cumpriu ordem do Exmº Sr. Interventor Federal, que fora informado, no Rio, onde se achava, do que passava com o cidadão em apreço”<sup>143</sup>.

Deixar a família ou levá-la a Guarapuava impunha uma decisão difícil. Nos dois casos mencionados, a situação foi semelhante, mas o desfecho completamente diferente. Enquanto João Heller obteve autorização para voltar, liquidar seu negócio e levar a família para Guarapuava, Henrique Hatzch foi autorizado a voltar e levar a vida normalmente em Guaíra. Dentre os retirados, a maioria dos súditos do Eixo teria mais o desfecho de Heller do que o de Hatzch.

---

143 Resposta ao Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Figura 12 – Documento de autorização de retorno à Foz do Iguaçu



Fonte: Dops/PR – APP.

## SÚDITOS AUTORIZADOS A PERMANECER NA FRONTEIRA

Enquanto centenas de pessoas anônimas foram obrigadas a deixar suas casas, um grupo bem identificado de dez pessoas, entre alemães e italianos, foi autorizado a ficar na Tríplice Fronteira (três funcionários da Mate Laranjeira, quatro comerciantes, dois idosos e o padre Koenner). Além destes, durante o período de 1942 a 1945 alguns súditos foram autorizados a retornar tão logo chegaram a Guarapuava, no início de 1943. Este foi o caso, por exemplo, do casal Paulo e Regina Nadai, de Carlos Kaphenberger<sup>144</sup> e da família Merting (Figura 12).

<sup>144</sup> Ofício nº 743, 27/03/1943, e Ofício nº 590, 12/03/1943 (respectivamente), Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

Permitir a permanência e o retorno de certos indivíduos não contava com apoio dos militares. Conforme já destacamos, o comandante da 5ª Região Militar, general José Agostinho dos Santos, requereu ao interventor federal “interdizer as medidas” adotadas por Valfrido Piloto para a permanência de certos súditos do Eixo na fronteira<sup>145</sup>. Piloto argumentou que recebera delegação da Secretaria de Segurança Pública para “solução dos percalços e casos surgidos”<sup>146</sup> e que a remoção de centenas de pessoas tinha potencial para afetar a vida e até mesmo a economia do Estado. Por este motivo, “desde que a segurança nacional não corresse risco e desde que a medida fosse justificada à luz de uma rigorosa verificação”, a Dops “poderia agir como ditasse a consciência do executor”.

A partir deste ponto de sua justificativa, Piloto afirmou ter se deslocado até a região e que não pesou “nenhum favor oriundo de negligência ou de qualquer outra falta de exatidão no cumprimento do dever”. Além disso, as permanências concedidas não eram definitivas e poderiam ser revogadas. Por fim, destacou que caso “a interdição das medidas tomadas” fosse deliberada, “não seria aconselhável sem, antes, se submeter a exame *in loco*” (grifo no original).

Ao dizer que sua preocupação tinha motivação exclusivamente econômica, não se justifica o nome do padre Manoel Koenner na lista dos autorizados a ficar na fronteira. Os demais nomes eram ligados a atividades laborais consideradas essenciais, com exceção de “um velhinho, de origem alemã, em estado senil, com 79 anos de idade”, Matias Peters.

Pedro Basso e Paulo Schwertener eram hoteleiros, “atendiam as pessoas que não podiam arcar com o luxuoso Hotel Cassino Iguaçu”. Mario Lamarque tinha uma casa comercial e Luiz Carinzio era proprietário da “única oficina mecânica e casa de ferragem”. No outro extremo do rio Paraná, três funcionários da Mate Laranjeira foram autorizados a permanecer na fronteira. João Palma, encarregado de cinema, Henrique Hatzch, já mencionado, e Bonifácio Palma, irmão de João e “chefe do serviço de pintura”. O caso dos irmãos Palma chega a ser curioso, pois parece imprescindível a Guaíra que não se interrompa a exibição de filmes ou as pinturas pela ausência de ambos.

Especificamente o caso de Bonifácio Palma é o mais bem conhecido. Pela lógica do delegado da Dops, ser proprietário de um estabelecimento importante (hotel, oficina) ou ter uma especialidade, como Francisco Essich, responsável pela manutenção das “máquinas e caldeiras do Hotel Cassino Iguaçu”, justificaria o argumento econômico. Contraditoriamente, ser pintor

---

145 Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

146 Resposta ao Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

era algo comum. Enquanto outros nomes possuem meia página de explicações, sobre Bonifácio há apenas três linhas limitadas à seguinte mensagem: “irmão de João Palma e caso idêntico ao daquele”.

Além disso, o nome aparece em outros documentos. O primeiro deles data de 8 de setembro de 1942, que menciona outra atividade do italiano, a qual certamente não seria justificativa para sua permanência na cidade. De acordo com o então delegado em exercício, Palma era “proprietário do bar da casa de diversões” Oeste Paraná Clube<sup>147</sup>. O próprio Bonifácio enviou um telegrama a Valfrido Piloto em 29 de novembro de 1942: “Solicito [de] acordo [com] vossa promessa, ordem [ao] Delegado Regional para que continue aqui”<sup>148</sup>. No dia seguinte, o delegado escreveu: “podeis conceder permissão para que permaneça nessa localidade Bonifácio Palma”<sup>149</sup>.

Na resposta formal aos militares, o Delegado da Dops afirmou que “permitiu o retorno” de Palma “até segunda ordem, a Guaíra”<sup>150</sup>. Os documentos indicam que Palma estava em Foz do Iguaçu (não em Guaíra) e sequer chegou a se deslocar até Guarapuava. Sua liberdade era tanta que chegou a requerer “autorização para atravessar a fronteira (Porto Aguirre – República da Argentina)”, o que lhe foi negado<sup>151</sup>.

Na justificativa de Valfrido Piloto para a permanência, quatro casos foram mencionados especificamente quanto à adaptação à nacionalidade brasileira. Foram os casos de Luiz Carinzio, Pedro Basso, Francisco Essich e João Palma. O italiano Luiz Carinzio, por exemplo, tinha 40 anos, mas “não tinha jamais se envolvido em política” e seus sentimentos eram de um “verdadeiro caboclo do sertão”.

Pedro Basso era o mais jovem, com 34 anos, vindo da Itália e não era “abrasileirado” como se requeria na época. Era um empreendedor que “jamais discutiu assuntos de guerra, está identificado com a nossa terra”. Era um caso semelhante ao de muitos outros que por muito menos foram enviados a Guarapuava. Ocorre que seu Hotel Três Fronteiras servia de residência ao “Dr. Delegado de Polícia, Dr. Promotor Público e família e outros

---

147 Ofício nº 182, 17/09/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

148 Telegrama nº 21073, 29/04/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

149 Ofício nº 1738, 30/11/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

150 Resposta ao Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

151 Ofício nº 166, 19/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

funcionários públicos”. Ele era essencial a estas autoridades que, ao mesmo tempo, “constituem permanente vigilância em torno do mesmo”.

Na família Basso, as memórias do período da Segunda Guerra Mundial são poucas. A autorização para permanecer na cidade levou a família de Pedro Basso a ter apenas alguns *insights* sobre o que ocorreu na parte brasileira da Tríplice Fronteira. Em entrevista, seu filho Irineu Basso, que tinha dois anos em 1942, declarou que cresceu ouvindo histórias de que o maior incômodo do pai teria sido entregar voluntariamente um rádio à Delegacia Regional, que foi devolvido depois de 1945<sup>152</sup>.

Outro cidadão em que se confiava era Francisco Essich. “Insuspeito pela Delegacia Regional”, o austríaco de 68 anos prestava serviços ao Hotel Cassino Iguaçu e estava sob “vistas imediatas” do seu gerente, José Acyline de Castro, ex-capitão da Força Militar de São Paulo. A ele, Essich “tem externado sempre seu pavor pela guerra”, pois servira como oficial da Áustria na Primeira Guerra (1914-1918).

João Palma, apesar de italiano, foi descrito como partidário de Getúlio Vargas desde que residira em São Borja. Sua lancha “foi a única que serviu àquele movimento [Revolução de 1930] no rio Paraná”. Além de ter prestado serviço à Revolução, tinha um casal de filhos adultos brasileiros, João e Helena, de respectivamente 28 e 18 anos. Ele, reservista de primeira categoria; ela, professora nomeada pelo estado do Paraná. Palma “declara nada saber nem nunca quis saber da Itália, pois se sente mais brasileiro que qualquer pessoa”.

Estes são os casos de autorização para ficar. Do padre ao pintor, passando pelo velhinho e pelo encarregado de cinema, todos foram incluídos na categoria de indivíduos necessários ao “interesse das pessoas que ficavam e a [sic] própria economia do Estado”. Além disso, eram um “percentual insignificante em face do grande número dos que foram obrigados a sair”. Lamentavelmente, os que foram obrigados a tanto não possuem registros tão específicos quanto os que ficaram.

## **A RETIRADA E A MEMÓRIA DOS SÚDITOS DO EIXO**

A permanência ou saída de Foz do Iguaçu certamente produziu resultados diferentes nas memórias familiares, como foram os casos das famílias Basso e Nieuwenhoff. Ao contrário de Irineu Basso, cuja memória da apreensão do rádio foi mais marcante, Guilhermina (filha de Martin Nieuwenhoff) cresceu presenciando o inconformismo do pai com aquele período sombrio da Segunda Guerra Mundial. Lembranças de outras famílias sobre a

---

152 Irineu Basso, entrevista ao autor em 13 de março de 2009.

experiência do afastamento compulsório da fronteira também são recorrentes em passagens da história local.

Quando se pesquisa sobre alemães e italianos no Oeste do Paraná, em geral há um conjunto de referências por cidade. Ao buscar associar as origens à colonização europeia, os registros das Prefeituras, de memorialistas ou de historiadores tendem a enfatizar a origem dos chamados pioneiros (GREGORY, 2002). Em Foz do Iguaçu houve um enfrentamento pela memória dos antepassados nos anos 1980. Uma grande transformação alcançava a “longínqua fronteira” com a chegada de *outsiders* de toda sorte (operários, encarregados, engenheiros, servidores públicos federais) para a construção da usina de Itaipu Binacional. Era preciso reforçar que havia uma história local de pessoas *estabelecidas* na região desde o final do século XIX. A narrativa dos “legítimos” pioneiros, desbravadores que enfrentaram todas as dificuldades em prol da formação do lugar não podia de uma década para outra ser ofuscada pelos novos habitantes que vinham de fora (SILVA, 2014).

No esforço de resgatar a memória dos pioneiros, várias entrevistas foram publicadas, republicadas e até o presente servem de fonte para diversas matérias sobre a história local. Particularmente, importa o encarte “Foz 80 anos!”, que reuniu entrevistas entre as quais muitas são apenas reimpressão das transcrições originais da década de 1980 para comemorar o aniversário de 80 anos de emancipação do município em 1994. Das 80 entrevistas, mais tarde reunidas em livro, cinco foram feitas com descendentes de alemães e italianos que viveram na cidade durante a Segunda Guerra Mundial. Todos apontam para o fato de que tiveram de deixar a cidade rumo a Guarapuava durante o conflito (CAMPANA; ALENCAR, 2001).

Portanto, nas memórias familiares o assunto da retirada dos súditos do Eixo está muito presente e, em alguns casos, são lembrados com alguns detalhes e contados para as novas gerações. É o caso da publicação, em 2005, do texto *Filha de Imigrantes*, um relato das memórias de Elisabeth (Nieuwenhoff) Neumann<sup>153</sup>.

Elisabeth era uma das filhas de Martin Nieuwenhoff e seu livro trata da vida da família. Em suas memórias, a autora abordou vários temas da vida pessoal e familiar. Enalteceu a superação dos pais e dos avós que saíram da Europa para buscar uma vida melhor e leva o leitor a refletir e criar imagens mentais sobre os costumes de sua época de criança e adolescente. Mencionou o modo de se vestir, de comer e até mesmo de festejar que vivenciou na Tríplice Fronteira, além do contraste com a experiência que teve ao ir morar em São Paulo. O livro também conta com partes cômicas, como as leis que obrigavam o cidadão a emplacar bicicleta e carroça, além

---

153 Elisabeth Neumann. *Filha de Imigrantes* (memórias familiares), 2005. Após o casamento, as filhas de Martin adotaram o sobrenome dos respectivos maridos, motivo pelo qual se optou por manter o sobrenome paterno entre parênteses.



de passagens muito sérias, como as menções ao trabalho fora de casa, ao pai enérgico, ao casamento e à vida religiosa.

O momento mais importante para esta análise se refere à memória da retirada dos súditos do Eixo. Conversa frequente entre os irmãos Nieuwenhoff, a lembrança retoma um momento que “até hoje é muito difícil de aceitar”. Para Elisabeth, “longe da guerra, fomos banidos do nosso lar com a presença de policiais armados, como inimigos declarados, sem consideração pelas crianças, **crianças brasileiras**” (grifo da autora)<sup>154</sup>.

Além desta menção, dois momentos corroboram a presença do tema na memória familiar. Em 28 de maio de 1966, Martin Nieuwenhoff completou 70 anos e um conhecido o homenageou com o poema “Sangue Germânico”, escrito em alemão, e traduzido por Elisabeth no livro:

Estourou a Segunda Guerra  
Assustando toda a terra.  
Veio a ordem de evacuação,  
Para os alemães uma humilhação.  
Também o Marthen teve de sair,  
Da fronteira, para longe partir.  
Novamente tomou a carroça,  
Mulher, filhos e toda a joça.  
O que aconteceu, melhor esquecer,  
Aos detalhes não se prender.  
Marthen tinha confiança,  
Continuava com esperança.  
Então a guerra terminou,  
E a situação toda mudou.  
Esqueceu todo desgosto,  
Voltou a Foz do Iguaçu disposto.  
Como na ida, na volta outra vez,  
Vales, serras, a tristeza se desfez.  
Por buracos, pedras, muita coragem,  
No retorno foi mais alegre a viagem.  
Altos e baixos, tudo superou,  
Quando em sua casa entrou.  
Os amigos gritam VIVA!!!  
O Marthen de volta está<sup>155</sup>.

O outro momento foi em outubro de 2002, quando Marta Nieuwenhoff completou 70 anos. Marta era a outra filha de Martin, que tinha dez anos quando foram para Guarapuava. Elisabeth dedicou à irmã um poema que a conectava com as lembranças da viagem e da labuta diária da mãe:

---

154 Elisabeth Neumann. *Filha de Imigrantes* (memórias familiares), 2005.

155 Elisabeth Neumann. *Filha de Imigrantes* (memórias familiares), 2005.

Viajando à Guarapuava,  
Nem doente se queixava.  
Pó, lama, rios, sol, chuva,  
Sobe empurra, descendo segura.  
Quase um mês no carroção,  
Lembram como a mãe fazia pão?<sup>156</sup>

Os versos do poema foram publicados em um texto complementar ao livro *Filha de Imigrantes*. A família, após ler o livro, concluiu que o pai Martin estava muito mais contemplado do que a mãe, Joana Nieuwenhoff. Para resolver a questão, Elisabeth escreveu o que talvez considerassem como um segundo livro, intitulado *Mãe Joana sem Casa*. O próprio nome é uma referência à estadia em Guarapuava, onde literalmente chegaram sem casa. A autora focou nos percalços enfrentados pela mãe e, em uma seção reservada à retirada da fronteira, escreveu:

Vinte e oito dias na estrada, vinte oito noites mal dormidas, mais de trezentos quilômetros numa carroça, por picadas no meio do mato, atoleiros, rios, montes e vales. Chegaram à Guarapuava para se apresentar na polícia com o “Salvo-Conduto”, documento para controle de estrangeiros na época.

[...]. De manhã, as crianças maiores vão à escola, que fica longe, na cidade. Depois, soltas no campo, brincam, se divertem. O problema é que pai Martim vai trabalhar longe, às vezes passa semanas e até meses sem vir para casa. Mãe Joana procura aceitar e resolver as situações. Mas não é feliz. Na Europa, a guerra continua, preocupa, entristece<sup>157</sup>.

Certamente para a família Nieuwenhoff o assunto foi mais delicado e marcante do que para as poucas famílias que permaneceram na fronteira. Martin era holandês e um agricultor simples como a maioria dos súditos do Eixo retirados. Guilhermina se refere ao pai como um homem alfabetizado, leitor de jornais (algo não tão comum na região nos anos 1940), muito conhecido na cidade, “muito questionador” e que, mesmo ao final da vida, não aceitava o fato de ter sido obrigado a se mudar para Guarapuava. “Ele não achava justo termos de sair da fronteira, porque ele não era alemão”.

O movimento de retirada de súditos do Eixo da fronteira foi institucional, uma decisão tomada por militares e executada pela Polícia Civil do

---

156 Elisabeth Neumann. *Mãe Joana sem Casa* (memórias familiares), 2006.

157 Elisabeth Neumann. *Mãe Joana sem Casa* (memórias familiares), 2006.

Paraná. O evento foi marcante para a memória social e familiar, mas algumas respostas ainda não foram dadas pelos fragmentos de registro do ocorrido. Para compreender como os retirados sentiram em seu cotidiano o efeito daquela medida excepcional, foi promovida uma série de entrevistas orais, entre as quais três foram selecionadas para que se analisassem as famílias Keller, Nieuwenhoff e Schloegoel.

Alguns critérios foram utilizados para determinar a forma de escolher as famílias. O primeiro: que as famílias tivessem permanecido todo o período da restrição longe da fronteira. Outro critério: que os entrevistados tivessem vivido pelo menos parte da adolescência durante o período do afastamento involuntário. Por fim, o último critério: que se considerasse aquelas famílias que não possuíam vínculos políticos locais ou regionais que pudessem interferir na decisão de permanecer em Guarapuava ou voltar a Foz do Iguaçu. Partiu-se da hipótese de que a maioria das 60 famílias retiradas se enquadravam nestes critérios.

As narrativas a seguir foram elaboradas a partir da entrevista de Ernesto Keller, de Franz Nieuwenhoff e de José Schloegoel, que tinham respectivamente 10, 17 e 18 anos em 1942<sup>158</sup>. Perguntados sobre vários aspectos da vida durante a Segunda Guerra Mundial, a lembrança mais comum foi a da mudança forçada para Guarapuava. Particularmente, importa destacar a experiência dos retirados e a forma pela qual as famílias perceberam questões como o transporte, a experiência em Guarapuava, o sustento da família e o que aconteceu com os pertences deixados em Foz do Iguaçu.

A família Keller chegou em Foz do Iguaçu em 1920. O patriarca era suíço e faleceu em 1936, deixando Elfrida Keller com sete filhos pequenos. A viúva casou-se novamente em 1941 com um alemão chamado Rodolfo Reader. Ernesto Keller tinha dez anos em 1942 quando acompanhou a família para Guarapuava. Os Keller sofreram de um aspecto agravante. O padrasto de Ernesto foi denunciado à polícia porque atravessou a fronteira para comprar uma lata de querosene e “contrabandear-la” da Argentina. Não chegou a ser detido, mas o incidente deu indícios de que não poderia ficar na chácara da família. Juntaram-se a outras duas famílias (Valle e Bernardi), alugaram um caminhão e partiram numa viagem de sete dias por um percurso de aproximadamente 300 quilômetros.

Ernesto recorda que para ele, enquanto criança, a viagem foi uma diversão. Para os adultos foi uma preocupação e envolveu custos financeiros,

---

158 As informações utilizadas neste capítulo, exceto quando indicado o contrário, possuem como fonte as seguintes entrevistas ao autor: José Schloegoel, em 20 de janeiro de 2009; Franz Nieuwenhoff, em 27 de fevereiro de 2009; Irineu Basso, em 13 de março de 2009; Ernesto Keller, em 23 de setembro de 2009; Guilhermina (Nieuwenhoff) Pastorello, em 15 de janeiro de 2009.

já que a cada parada requeria-se dinheiro para no mínimo se alimentarem e repousarem. O padrasto partiu antes, providenciou moradia e retornou para levar a família. Além dele, de Elfrida e de Ernesto, havia mais duas crianças e dois adolescentes que foram para Guarapuava. Ao todo, a família Keller/Reader viajou em sete pessoas.

Rodolfo Reader era técnico em eletrônicos e, por este motivo, a família não passou grandes necessidades em Guarapuava. Ele consertava eletrônicos em casa e com isso sustentava a todos. O único inconveniente que teve com a polícia em Guarapuava ocorreu após uma denúncia de um vizinho, que levou os policiais a apreenderem um rádio que ele usava clandestinamente para ouvir notícias. Apesar do incidente, não chegou a ser preso e nem mesmo uma ficha policial em seu nome existe nos arquivos da Dops.

Em Guarapuava, Ernesto Keller teve suas primeiras experiências laborais. Entre os dez e treze anos vendeu frutas na rua e distribuiu panfletos para o cinema local de casa em casa. Contudo, ao lembrar-se de uma situação vivida na escola, em sua experiência de retirado, emocionou-se: “Me chamavam de 5ª coluna, alemão batata...” e não apenas entre as crianças. Certa ocasião, “o próprio professor me chamou de alemão de não sei o quê...” Isso o magoou, pois no início de sua adolescência entendeu que o julgamento tinha base no “único defeito... falar alemão”.

Em 1946, Elfrida decidiu voltar com os filhos para a chácara em Foz do Iguaçu e separou-se de Rodolfo, que ficou em Guarapuava. Antes de sair em 1942, tinham deixado uma pessoa cuidando dos pertences, da chácara e da casa. Na volta, o caseiro tentou tirar vantagem da situação, alegando que, como pagamento por seu trabalho de três anos, “vou querer a metade” da propriedade, chegando até mesmo a dividir a chácara ao meio. A situação só foi resolvida quando a família recorreu a um advogado, cujas gestões levaram à saída do ex-caseiro da pequena chácara dos Keller.

Enquanto os Keller se resumiam a um núcleo familiar, os Nieuwenhoff formavam um núcleo familiar derivado de outro. O núcleo principal da família era composto pelos avós maternos de Franz Nieuwenhoff, ambos alemães. Martin Nieuwenhoff, pai de Franz, era então recém-casado com Joana, também nascida na Alemanha. Martin era o único holandês na família, mas os costumes e até mesmo o idioma usado eram alemães, deixando como marca mais forte da Holanda apenas seu sobrenome.

A família de alemães e os recém-casados Nieuwenhoff chegaram ao Brasil em 1912. Do Porto de Paranaguá foram para Curitiba e depois para Cruz Machado – um núcleo colonial federal no interior do Paraná. Como a terra era diferente da que cultivavam na Alemanha, os colonos não se adaptaram e o ramo de carpintaria passou a ser uma opção. Evoluíram no ofício a ponto de construir uma boa carroça para trabalhar com frete. Por

volta de 1928, o sogro de Martin fez uma mudança para Foz do Iguaçu e descobriu que poderiam pleitear um lote com a Colônia Militar. Numa viagem de três meses, com toda a família do lado da esposa (sogro, sogra, cunhados, sobrinhos), Martin mudou-se para Foz do Iguaçu e estabeleceu-se na fronteira com a Argentina, a aproximadamente 20 quilômetros da confluência dos rios Iguaçu e Paraná.

Em 1942, todos da família, incluindo os avós e os tios de Franz Nieuwenhoff, foram intimados a deixar a cidade. O prazo inicial dado foi de oito dias, prorrogado para 24, no total. Martin vendeu algumas coisas, mas seu sogro vendeu praticamente tudo o que tinha. Com mais recursos, o sogro foi na frente e arrumou um lugar para ficar em Guarapuava.

A viagem de Martin com a família durou cerca de um mês e foi feita com uma carroça. Franz já tinha ido e o pai, a mãe e cinco irmãs foram de carroça, com algumas coisas que conseguiam levar. Uma das meninas era paraplégica, “era um bebê que nem se virava sozinha na cama”. Na carroça, “onde ia toda a roupa, comida, utensílios domésticos tinha que ter a caminha dela no meio”<sup>159</sup>.

Em Guarapuava, inicialmente dividiam um barracão com outras sete famílias. Para Martin, que era meio agricultor e meio carpinteiro, não havia trabalho. O primeiro trabalho que conseguiu foi ajudar a furar um poço. Depois trabalhou como cuidador de rebanhos e, mais tarde, como carpinteiro na construção de casas e barracões nas imediações. O adolescente Franz foi trabalhar em um açougue apenas em troca da alimentação diária.

Os Nieuwenhoff voltaram a Foz do Iguaçu em 1945 e Martin encontrou os pertences em ordem. A chácara de sua propriedade ficara sob os cuidados de um agricultor recém-casado e que havia sido convocado para servir ao Exército na Companhia de Fronteira. Franz já tinha 20 anos e foi trabalhar na Argentina. Guilhermina, que afirmou ter poucas lembranças pessoais, tem um flash: “Eu lembro da nossa chegada... a gente chegou, desceu, e foi correndo para o pé de laranja... lá em Guarapuava era difícil conseguir laranja”.

A experiência de afastamento da fronteira foi paradoxalmente importante para José Schloegoel, o entrevistado que tinha 18 anos em 1942, quando viu o pai de 68 anos ser intimado a sair de Foz do Iguaçu. João Schloegoel e a esposa saíram da Áustria em 1912, com o objetivo de construir uma nova vida na Argentina. Conheceu Foz do Iguaçu “subindo o rio Paraná” no final daquela década e se identificou com o então prefeito e com os padres que falavam alemão. Conseguiu uma pequena chácara com a Colônia Militar, de onde tirava o sustento dos filhos que nasceram no Brasil.

---

159 Transcrição de trecho da entrevista com Guilhermina (Nieuwenhoff) Pastorello.

João, a esposa e seu filho José (os demais filhos do casal já eram casados) viajaram para Guarapuava em um caminhão. Arrumaram um lugar modesto para morar, mas o casal de idosos não tinha ocupação e o jovem não tinha trabalho. A especialidade de João Schloegoel era construir canoas. Muito úteis na confluência dos rios Iguaçu e Paraná, seus serviços eram irrelevantes para a região de Guarapuava.

A dificuldade de sobrevivência levou José a sair e buscar novas oportunidades. Seguindo o caminho de um irmão que morava em São Paulo, alguns meses depois da mudança para Guarapuava levou seus pais para morar no outro estado. A única menção a João Schloegoel encontrada nos arquivos da Dops, datada de abril de 1943, foi justamente a autorização da emissão de um salvo-conduto para que pudesse fazer a mudança com a esposa para junto do filho<sup>160</sup>.

Como José era brasileiro, não foi intimado a deixar Foz do Iguaçu. Sua mudança para Guarapuava ocorreu por conta do cuidado com os pais e sua nova mudança para São Paulo aconteceu por uma questão de sobrevivência. Os três moraram no estado “até terminar a guerra, em pensão num lugar barato, eu trabalhando”. Paradoxalmente, para José, a idade, a disposição e a oportunidade de trabalho e de estudo fizeram da mudança de Foz do Iguaçu algo positivo. Isso permitiu-lhe concluir os estudos básicos e a formação profissional, algo que não teria caso ficasse na fronteira.

O aniversário de 70 anos de João, em 1944, foi em São Paulo. Lá e em Guarapuava, repetidas vezes dizia à esposa e ao filho que se sentia injustiçado. Aos netos, mais tarde, lembraria em várias oportunidades que nunca teve atrito com as autoridades e nada se importava com o que ocorria na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. José lembra que seu pai e sua mãe “nunca mais se recuperaram dessa época”.

Quando retornaram a Foz do Iguaçu, João já tinha o sentimento de que o ocorrido “foi uma tragédia”. No retorno, os Schloegoel não tiveram a mesma sorte dos Keller, que lidaram com uma divisão da propriedade, ou dos Nieuwenhoff, que não tiveram problemas. A propriedade estava inteira, mas os bens haviam sido saqueados e “quando ele foi ver aquilo que deixou e o que encontrou, foi uma decepção absoluta... acabaram com tudo”.

Portanto, o movimento de retirada dos súditos do Eixo da parte brasileira da Tríplice Fronteira afastou as pessoas de seu modo de vida. Por conta da nacionalidade e, em nome da segurança, o afastamento involuntário e compulsório alterou a história de cerca de 80 famílias como os Keller, os Nieuwenhoff e os Schloegoel. Estas foram três famílias de pessoas comuns

---

160 Telegrama nº 54, 02/04/1943, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

que tiveram seus rumos alterados por conta da capacidade do nazismo de atingir até mesmo os lugares mais remotos.



# CONCLUSÃO



A categoria de “súditos do Eixo”, enquanto sinônimo de “subversivos”, remete ao período da Segunda Guerra Mundial e à decisão da maioria dos Estados americanos em romper relações com Alemanha, Itália e Japão, o que se traduziu em amostra da capacidade humana de retrocesso civil. Nos principais países do outro bloco do conflito, os Aliados, todos os imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses foram considerados potenciais suspeitos.

Nas Américas, a categoria foi elevada ao patamar de suspeição com o rompimento das relações diplomática e comerciais entre as Repúblicas Americanas (com exceção da Argentina e do Chile) e os países membros do Eixo na Terceira Reunião de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das Américas, ocorrida em janeiro de 1942. Oficialmente, produziram-se documentos que serviram de diretrizes para manter vigilância àquela parcela da população em nome da segurança continental.

Na verdade, de fato, alguns súditos do Eixo eram potencialmente perigosos. No primeiro trimestre do ano de 1942, a desarticulação da principal rede de espionagem nazista no Brasil somava-se às ações clandestinas do Partido Nazista em outra frente. A grande dificuldade para as autoridades que atuavam no calor do momento era saber quem de fato era uma ameaça. Na dúvida, todos pagaram o mesmo preço que alguns súditos do Eixo deviam.

Evidentemente, os subversivos poderiam ser identificados e localizados em lugares suspeitos, mas conhecidos das autoridades: os portos do Rio de Janeiro, os aglomerados industriais de São Paulo e as colônias alemãs no Sul do Brasil. Longe de todos estes lugares, a então decadente região da Tríplice Fronteira, especialmente o ponto de confluência entre Argentina, Brasil e Paraguai, pouco parecia contribuir com o enfrentamento do nazismo na década de 1940. Contudo, mesmo naquele distante lugar chegavam os desígnios da polícia política, que tinha se especializado em combater subversivos.

As atribuições de polícia política, conferidas às Delegacias de Ordem Política e Social, chegavam ao interior por meio das delegacias regionais. O enfrentamento aos súditos do Eixo, os novos subversivos, foi atribuído à 9ª Delegacia Regional de Polícia de Foz do Iguaçu, em diálogo com a Dops-PR. Inicialmente, observadores foram enviados da capital Curitiba em missão de reconhecimento e coleta de informações. Após a Declaração de Guerra do Brasil ao Eixo, uma missão especial na fronteira foi confiada ao jovem delegado Glaucio Guiss.

Os policiais que representaram a Dops-PR antes do estado de guerra, em 1940 e 1941, registraram a conhecida ausência do Estado brasileiro na fronteira ao longo do rio Paraná e adjacências. Destacaram a influência da

empresa Mate Laranjeira e o elevado número de estrangeiros, especialmente argentinos e paraguaios. Em 1942, o delegado Glaucio Guiss foi mais minucioso e relatou todos os portos do rio Paraná, com indicações de como cada lugar poderia contribuir com a possibilidade de subversão nazista naquele extremo do país. Os relatórios produzidos nesse contexto de segurança internacional são as principais fontes documentais conhecidas sobre a região.

Especificamente sobre o nazismo e a Tríplice Fronteira, dois pontos da atuação policial foram importantes: o enfrentamento aos subversivos e o afastamento dos súditos do Eixo de suas residências. Fora os casos de associações que hoje poderíamos tratar como inapropriadas, ou como “abuso de poder”, conforme classificou Paulo Rockel, pode-se dizer que no enfrentamento aos subversivos, dois casos fizeram mais sentido: Emil Mohrhoff e Manoel Koenner.

As fontes levam a concluir que, mesmo informalmente, o nazismo tinha uma enorme capacidade de abrangência, podendo chegar mesmo aos interiores por meio do Consulado da Alemanha. Foi o caso de Sol de Maio, onde Emil Mohrhoff era um “homem de confiança”. Recrutado antes do nazismo e com uma função inofensiva à segurança nacional, de auxiliar seus compatriotas, vimos a mudança de rumo nas solicitações de informações do Consulado em Curitiba. Mais do que isso, pode-se perceber que a atenção das autoridades com a fronteira do Paraná não era uma mera paranoia. O pedido do consulado a Emil, para que notificasse urgentemente caso certo cidadão alemão, vindo do Chile, circulasse por Sol de Maio, é um indicativo de que o ramal Buenos Aires-São Paulo não passava despercebido.

Portanto, mesmo sendo um agricultor no decadente porto Sol de Maio, e não um espião ou filiado ao Partido Nazista, Emil integrava uma rede informal de contatos que facilmente poderia contribuir para os interesses do governo nazista. Do contrário, não faria sentido, por exemplo, o questionamento acerca da empresa estrangeira que construía algum trecho da estrada em Foz do Iguaçu.

No caso do padre Manoel Koenner, não havia uma ligação direta com alguma representação alemã como a do caso de Emil. Por ser membro de uma rede de religiosos com tentáculos na Alemanha, no interior do Brasil, na Argentina e no Paraguai, o padre reunia elementos para uma associação com uma rede de espionagem. Foi o que fez o delegado regional Glaucio Guiss ao apreender “material de guerra” na Igreja Católica da cidade.

Koenner foi condenado pelo TSN por portar armas de guerra, mesmo que a conclusão do inquérito em Curitiba tenha desviado a linha de investigação de “rede de espionagem nazista” para “um mal-entendido”. O caso da comissão austro-húngara que passou pela região em 1937 e teria deixado o

“material de guerra” revela um episódio histórico inédito de possibilidade de colonização europeia no Paraguai. Os relatos dos padres envolvidos com a comissão mostram um capítulo da história que certamente não seria conhecido caso não fossem analisados os acervos policiais da década de 1940.

O ponto significativo do nexo entre nazismo e Tríplice Fronteira foi um processo institucional de afastamento ou retirada dos súditos do Eixo da fronteira. Esta foi a essência da missão especial do delegado Guiss e consistiu em intimidar e retirar cerca de 80 famílias de alemães e italianos de Foz do Iguaçu. O destino foi a cidade de Guarapuava, a uma distância segura da linha divisória entre os países. A determinação ocorreu quando o país declarou guerra à Alemanha e crescia o potencial de ameaça aos interesses dos Aliados e de sabotagem ao Brasil. O risco era maior na fronteira do outro grande país sul-americano (Argentina), onde súditos do Eixo e nazistas poderiam atuar livremente. Prevaleceu, portanto, o argumento de que os alemães da fronteira poderiam ser ainda mais perigosos juntos a alemães do outro lado do rio Paraná ou Iguaçu.

As famílias retiradas tinham perfis distintos. Algumas obtiveram uma ordem de retorno para Foz do Iguaçu tão logo chegaram em Guarapuava. Outras nem mesmo saíram da cidade, sob a justificativa de relevância essencial para a economia. Exceto os casos do padre Koenner e do dono do bar do principal espaço da “alta” sociedade, os outros oito casos de pessoas autorizadas a permanecer na cidade tinham justificativa econômica. Ao analisar estes casos, destacou-se o personalismo e o juízo dos policiais, algo mais revelador das características da sociedade brasileira na década de 1940 do que do nazismo ou do seu enfrentamento em si.

Para além dos documentos policiais, a análise dos súditos do Eixo que deixaram a fronteira em 1942 e retornaram após 1945 possibilitou lançar mão de outro tipo de fonte. Algumas entrevistas foram usadas para reforçar o argumento da onipresença do fenômeno do nazismo, que pôde chegar em lugares remotos e distantes da Europa. Neste sentido, conclui-se também que o afastamento, retirada ou permanência das famílias alemãs e italianas da Tríplice Fronteira mudou e moldou a história daqueles que vivenciaram o processo.

Finalmente, além de oferecer uma resposta à pergunta da pesquisa, este livro apresenta uma contribuição relevante para os estudos sobre o nazismo, as relações internacionais americanas e a Tríplice Fronteira. Investigar como o nazismo chegou à “longínqua fronteira” nos levou a conectar o fenômeno global com as relações regionais e as implicações locais. Consequentemente, a pesquisa contribuiu de forma única para entender uma das regiões que, em geral, é uma das mais dinâmicas da América Latina atualmente. Sobre a então decadente Tríplice Fronteira não havia nenhuma análise historiográfica dedicada à análise da década de 1940. A imagem

da decadência econômica ainda persistiria por mais algum tempo, antes das estradas, das pontes, dos aeroportos, da rede hoteleira, do comércio internacional e da construção da usina binacional de Itaipu.



# REFERÊNCIAS

## **FONTES PRIMÁRIAS**

Auto de declarações de Manoel Koenner, 19/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Auto de declarações de Vicente Hackl, 29/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Auto de declarações, 11/07/1942, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas, da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, “analisando as dificuldades econômicas da Argentina agravadas com a guerra; [...] e as providências planejadas para a indústria bélica visando a defesa nacional. Informa também sobre tendências germanistas no Exército argentino e a repercussão no discurso de Vargas nesse país”, 22/06/1940, GV c 1940.06.22/1 (Vol. XXXIII/101), CPDOC-FGV.

Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas, da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, 07/03/1942, GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68), CPDOC-FGV.

Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas, da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, “informando sobre política interna da Argentina; [...], e as relações entre Chile e Argentina”, 21/05/1942, GV c 1942.05.21/1 (Vol. XXXVII/77a), CPDOC-FGV.

Carta de Moacyr Lopes de Resende a Fernando Flores, 29/07/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, da Embaixada do Brasil em Washington, “analisando as consequências, para Europa e para o mundo, da guerra da Espanha; atentando para a corrida armamentista da Argentina e a necessidade do Brasil investir na defesa nacional”, 04/06/1937, GV c 1937.06.04/1 (Vol. XXVI/54), CPDOC-FGV.

Carta de Paulo Backers a João Jorge Roth, tradução em 13/11/1942, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 05/10/1939, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 17/03/1939, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 19/04/1939, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 23/05/1938, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 23/09/1941, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

Carta do Consulado Alemão em Curitiba, 28/01/1942, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal “Emil Mohrhoff”, Dops-PR, APP.

Carta do General Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas, Chefia do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, “encaminhando informações do Estado Maior do Exército sobre a situação do continente sul-americano em relação à guerra incluindo observações detalhadas sobre aspectos político-militares da Argentina, influência alemã no continente e o poderio militar deste país”, 27/07/1940, GV c 1940.07.27/1 (Vol. XXXIV/12a e 12b), CPDOC-FGV.

Carta e relato de viagem, de Paulo Rockel ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, 20/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal – “Paulo Augusto Rockel”, Dops-PR, APP.

Cópia de parte a respeito de informações colhidas, reservadamente, em Foz do Iguaçu (pela 5ª Região Militar), 21/03/1944, Prontuário 1333, Topografia 150, Dossiê “Quartel General da 5ª RM/DI – Antigo”, Dops-PR, APP.

Correspondência referente à Missão Sousa Costa, da Embaixada do Brasil em Washington, 30/01/1942, GV c 1942.01.30 (Vol. XXXVII/19b), CPDOC-FGV.

Elisabeth Neumann. Filha de imigrantes (memórias familiares), 2005.

Elisabeth Neumann. Mãe Joana sem casa (memórias familiares), 2006.

Ernesto Keller, entrevista ao autor, 23/09/2009.

Exposição de motivos da S.A. Hotéis Iguassú, 07/05/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ficha Policial em nome de Paulo Rockel, 19/02/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal "Paulo Augusto Rockel", Dops-PR, APP.

Fotografia e relação de nomes identificados por Vicente Hackl, s/d, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê "Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Franz Nieuwenhoff, entrevista ao autor, 27/02/2009.

Guilhermina (Nieuwenhoff) Pastorello, entrevista ao autor, 15/01/2009.

Informação referente ao boletim nº 9, 10/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Informação s/n, 16/05/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Irineu Basso, entrevista ao autor, 13/03/2009.

José Schloegoel, entrevista ao autor, 20/01/2009.

Levantamento completo das diversas localidades existentes na costa do rio Paraná, 12/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Memorando do General Góis Monteiro à Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 15/01/1944, GV c 1944.01.15 (Vol. XLIII/15a), CPDOC-FGV.



O que significa a expressão 'Cant'? (material apreendido), Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal "Emil Mohrhoff", Dops-PR, APP.

Ofício 507, reservado, relatório da Delegação do Brasil junto à I Reunião, 20/10/1939, lata 1040, maço 18175-18180, AHI.

Ofício nº 104, secreto, 10/03/1943, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê "Companhia de Mate Laranjeira", Dops-PR, APP.

Ofício nº 13066, 18/12/1942, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê "Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 1374, 07/06/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê "Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 166, 19/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 1738, 30/11/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 182, 17/09/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 1906, 25/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 2, 16/04/1945, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal "Emil Mohrhoff", Dops-PR, APP.

Ofício nº 203, 19/02/1942, Prontuário 125, Topografia: 15, Dossiê "Atividades nazistas no Sul do Brasil e Alfred Andersen", Dops-PR, APP.

Ofício nº 224, 18/01/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 232, 17/06/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 352, 11/11/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 357, 16/11/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 39, 13/02/1942, Prontuário 1432, Topografia. 169, Dossiê "Oeste Paraná Clube", Dops-PR, APP.

Ofício nº 448, 30/03/1942, Prontuário 3056, Topografia 454, Pasta Pessoal "Paulo Augusto Rockel", Dops-PR, APP.

Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício nº 590, 12/03/1943, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê "Subdivisão Policial de Guarapuava", Dops-PR, APP.

Ofício nº 639, 26/10/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê "Subdivisão Policial de Guarapuava", Dops-PR, APP.

Ofício nº 743, 27/03/1943, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê "Subdivisão Policial de Guarapuava", Dops-PR, APP.

Ofício nº 87, 19/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê "Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício s/n, 19/10/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Ofício s/n, secreto, do Secretário do Interior e Justiça para o Chefe de Polícia, 28/01/1942, Prontuário 0760, Topografia 86, Dossiê "Dops – Chefatura Antiga (diversos)", Dops-PR, APP.

Parecer do Delegado Regional, 25/06/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Portaria nº 30, 28/01/1942, Prontuário 0760, Topografia 86, Dossiê "Dops – Chefatura Antiga (diversos)", Dops-PR, APP.

Portaria nº 381, 03/10/1945, Prontuário 1747, Topografia 209, Dossiê “Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)”, Dops-PR, APP.

Portaria nº 519-A, reservada, 20/12/1941, Prontuário 0780, Topografia 89, Dossiê “Dops – documentos antigos”, Dops-PR, APP.

Portaria nº 7572, 21/02/1942, Prontuário 1344a, Topografia 159, Dossiê “Ministério da Justiça”, Dops-PR, APP.

Portaria s/n, 31/10/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Radio Bulletin 267, White House Press Conference, 15/11/1938, Record group 43, entry 252, box 1, NARA.

Radiograma nº 288, 29/04/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Radiograma nº 458, 26/10/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

Radiograma nº 61, 25/01/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Relatório de diligência de 24 dias margeando toda a costa do rio Paraná, 13/04/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Relatório de diligência realizada ao longo do rio Iguaçu, 24/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Relatório de itens apreendidos com Manoel Koenner, 22/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Relatório de viagem às cidades de Posadas (Argentina) e Encarnación (Paraguai), 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Relatório do Interventor Federal no Estado do Paraná (1940-1941), Curitiba, 1942, APP.

Relatório nº 110, reservado, 24/02/1942, do Adido Militar do Exército junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, "sobre atividades do Exército Argentino", 07/03/1942, GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68), CPDOC-FGV.

Relatório s/n, reservado, 26/02/1942, do Adido Militar da Marinha junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, "Informações sobre a existência de mobilização de tropas argentinas na fronteira brasileira", GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68), CPDOC-FGV.

Relatório s/n, secreto, 15/03/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Relatório, s/n, 13/06/1941, de Danton S. Almeida para o Chefe de Polícia do Paraná, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê "Companhia de Mate Laranjeira", Dops-PR, APP.

Relatório, s/n, 13/11/1940, de Albino Raschendorfer para o Chefe de Polícia do Paraná, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê "Companhia de Mate Laranjeira", Dops-PR, APP.

Resposta ao Ofício nº 502, 06/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Telegram 110, 13/05/1938, Record group 43, entry 252, box 1, NARA

Telegram 20 (com mapa em anexo), 28/09/1939. Record group 43, entry 267, box 1, NARA.

Telegram 23, 07/01/1942, Record group 43, entry 253, box 1, NARA.

Telegram 40, 25/02/1938, Record group 43, entry 252, box 1, NARA.

Telegram 41, 22/01/1942, Record group 43, entry 253, box 1, NARA.

Telegram s/n, 21/09/1939, Record group 43, entry 267, NARA.

Telegrama G-941, secreto, 22/08/1942, Prontuário 1344a, Topografia 159, Dossiê "Ministério da Justiça", Dops-PR, APP.

Telegrama nº 139, 15/01/1943, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Telegrama nº 174, 03/11/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê "Subdivisão Policial de Guarapuava", Dops-PR, APP.

Telegrama nº 21073, 29/04/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Telegrama nº 54, 02/04/1943, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê "Subdivisão Policial de Guarapuava", Dops-PR, APP.

Telegrama nº 58, 07/03/1942, Prontuário 1050, Topografia 331, Pasta Pessoal "Emil Mohrhoff", Dops-PR, APP.

Telegrama nº 83, secreto, 03/03/1943, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê "Companhia de Mate Laranjeira", Dops-PR, APP.

Telegrama nº 84, 26/10/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Telegrama nº 865, 17/12/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Telegrama s/n (censura postal), 26/03/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê "Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Telegrama s/n, 06/11/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê "Subdivisão Policial de Guarapuava", Dops-PR, APP.

Telegrama s/n, 07/03/1942, da 9ª Delegacia de Polícia à Chefia de Polícia, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Telegrama s/n, 16/01/1942, Prontuário 499b, Topografia: 55, Dossiê "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu", Dops-PR, APP.

Telegrama s/n, 22/01/1943, Prontuário 0325, Topografia 38, Dossiê “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, Dops-PR, APP.

Telegrama s/n, confidencial, 09/07/1942, Prontuário 1344a, Topografia 159, Dossiê “Ministério da Justiça”, Dops-PR, APP.

Telegrama s/n, do Delegado Regional de Guarapuava em exercício (Manoel Santos Hilário), 06/10/1942, Prontuário 2226, Topografia 245, Dossiê “Subdivisão Policial de Guarapuava”, Dops-PR, APP.

Telegrama s/n, reservado, 07/12/1942, Prontuário 1344a, Topografia 159, Dossiê “Ministério da Justiça”, Dops-PR, APP.

Telegrama s/n, secreto, do Ministro da Justiça para Inteventor Federal, 27/01/1942, Prontuário 0760, Topografia 86, Dossiê “Dops – Chefatura Antiga (diversos)”, Dops-PR, APP.

Telegrama, s/n, urgente e reservado, 26/02/1943, Prontuário 0297, Topografia 115, Dossiê “Companhia de Mate Laranjeira”, Dops-PR, APP.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

ALVES, E. B. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do Deops*. São Paulo: Humanitas, 2006.

ATHAIDES, R. *O Partido Nazista no Paraná 1933-1942*. Maringá: Eduem, 2011.

BECKER, J.-J. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, M. D. M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 27-31.

BÉLIVEAU, V. G.; MONTENEGRO, S. *La triple frontera: globalización y construcción del espacio*. Buenos Aires: Miño y Davila, 2006.

BÉLIVEAU, V. G.; MONTENEGRO, S. (org.). *La triple frontera: dinámicas culturales y procesos transnacionales*. Buenos Aires: Espacio, 2010.

BANDEIRA, M. Brasil e o continente. In: CERVO, A. L. *O desafio internacional*. Brasília, DF: Editora UnB, 1994. p. 34-51.

BANDEIRA, M. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENEVIDES, C. A. C. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. 1991. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BETHELL, L. O Brasil e as conferências pan-americanas. In: ABREU, A. A. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC: FGV, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3bDu4Mb>. Acesso em: 4 jun. 2018.

BLANC, J. A turbulent border: geopolitics and the hydroelectric development of the Paraná River. In: BLANC, J.; FREITAS, F. *Big water: the making of borderlands between Brazil, Argentina and Paraguay*. Chicago: University of Arizona Press, 2018. p. 211-241.

BLANC, J.; FREITAS, F. *Big water: the making of borderlands between Brazil, Argentina and Paraguay*. Chicago: University of Arizona Press, 2018.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.

BRASIL. Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1942a.

BRASIL. *Decreto Secreto nº 10.409-A, de 25 de setembro de 1942*. Define e delimita a Zona de Guerra. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942b.

BRASIL. Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1938.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942. Define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 3 out. 1942c.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945. Concede anistia. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1945.

BRASIL. Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936. Institui, como órgão da Justiça Militar, o Tribunal de Segurança Nacional, que funcionará no Distrito Federal sempre que for decretado o estado de guerra. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 set. 1936.

BRASIL. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1935.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

CABANAS, J. *A coluna da morte: sob o comando do tenente Cabanas*. São Paulo: Edunesp Digital, 2017.

CAMPANA, S.; ALENCAR, F. *Foz retratos*. Foz do Iguaçu: Fundação Cultural, 2001.

CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia política da era Vargas*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1994.

CHESTERTON, B. M. From Porteño to Pontero: the shifting of Paraguayan geography and identity in Asunción in the early years of the Stroessner regime. In: BLANC, J.; FREITAS, F. *Big water: the making of borderlands between Brazil, Argentina and Paraguay*. Chicago: University of Arizona Press, 2018. p. 242-266.

COLODEL, J. A. *Obrages & companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Cascavel: Educativa, 1988.

CYTRYNOWICZ, R. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2000.

DALMOLIN, C. *Mordaça verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Porto Alegre: EST, 2005.



DIETRICH, A. M. *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Humanitas: Imprensa Oficial, 2007.

DULCI, T. S. *As conferências pan-americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira, arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013.

FACHEL, J. P. G. *As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2002.

FÁVERI, M. D. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

FREITAS, F. Argentinizing the border: conservation and colonization in the Iguazú National Park, 1890s-1950s. In: BLANC, J.; FREITAS, F. *Big water: the making of borderlands between Brazil, Argentina and Paraguay*. Chicago: University of Arizona Press, 2018. p. 105-130.

GAMBINI, R. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GERTZ, R. E. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, R. E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1991.

GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HILTON, S. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLDEN, R. H.; ZOLOV, E. *Latin America and United States: a documentary history*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

IBGE. *Censo demográfico de 1940: parte XVIII: Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

KIMURA, R. *Políticas restritivas aos japoneses no estado do Paraná 1930-1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, UEM, 2006.

MACCANN JUNIOR, F. *Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MÉXICO. *Conferencias Internacionales Americanas 1938-1942 (primer suplemento): recopilación de Tratados y otros documentos*. Ciudad de México: Dirección General del Archivo Histórico Diplomático de La Secretaría de Relaciones Exteriores, 1956.

MORAES, L. E. D. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MOURA, G. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MYSKIW, A. M. *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Guarapuava: Edunicentro, 2011.

NASCIMENTO, D. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia da República, 1903.

NEWTON, R. *El cuarto lado del triángulo: la "amenaza nazi" en la Argentina (1937-1947)*. Buenos Aires: Sudamérica, 1995.

NODARI, E. S. Crossing borders: immigration and transformation of landscapes in Misiones Province, Argentina, and southern Brazil. In: BLANC, J.; FREITAS, F. *Big water: the making of borderlands between Brazil, Argentina and Paraguay*. Chicago: University of Arizona Press, 2018. p. 81-104.

PERAZZO, P. *Prisioneiros da guerra: os "súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas: Imprensa Oficial, 2009.

PEREIRA, M. J. *Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

PIKE, F. B. *FDR's good neighbor policy*. Austin: University of Texas Press, 1995.

PRIORI, A.; BERTONHA, F. *Imigração e colonização: conflitos pela terra no Paraná e em São Paulo entre os séculos XIX e XX*. Guarapuava: Edunicentro, 2015.

REMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SEINTENFUS, R. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, H. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SILVA, M. A. Entre antropólogos e internacionalistas: as perspectivas acadêmicas pós-11 de setembro. In: SILVA, M. A.; CASTRO, I. C. S. *Além dos limites: a Tríplice Fronteira nas relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Alameda, 2021. p. 61-95.

SILVA, M. A. A Conferência do Rio de Janeiro e a retirada dos súditos do Eixo da parte brasileira da tríplice fronteira. In: BERTONHA, J. F. (ed.). *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismo e repressão política*. Maringá: Eduem, 2013. p. 175-192.

SILVA, M. A.; DOLZAN, R. R.; COSTA, A. B. O custo triangular: reexportação e descaminho nas relações Brasil-Paraguai. In: LUDWIG, F.; BARROS, L. (org.). *(Re)definições das fronteiras: os desafios para o Século XXI*. Foz do Iguaçu: Idesf, 2019. p. 49-64.

SILVA, M. A. *Breve história*. Foz: Epígrafe, 2014. v. 1.

SILVA, M. A. A ocupação do espaço brasileiro da tríplice fronteira. In: PRIORI, A.; BERTONHA, J. F. *Imigração e colonização: conflitos pela terra no Paraná e em São Paulo entre os séculos XIX e XX*. Guarapuava: Edunicentro, 2015. p. 200-222.

SOTOMAYOR, A. Legalizing and judicializing territorial and maritime border disputes in Latin America: causes and unintended consequences. In: JASKOSKI, M.; SOTOMAYOR, A. C.; TRINKUNAS, H. A. *American crossings: border politics in the western hemisphere*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015. p. 38-66.

SVARTMAN, E. M. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

TRACHTENBERG, M. *The craft of international history: a guide to method*. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília, DF: Funag, 2017.

WACHOWICZ, R. *Obrageiros mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

WEHREY, J. *Voices from this long brown land: oral recollections of Owens Valley Lives and Manzanar Pasts*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

WHITAKER, A. *The western hemisphere idea: its rise and decline*. Ithaca: Cornell University Press, 1954.

YEGROS, R. S.; BREZZO, L. M. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília, DF: Funag, 2013.

# A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A TRÍPLICE FRONTEIRA

A VIGILÂNCIA AOS “SÚDITOS DO EIXO” ALEMÃES E ITALIANOS

**EDUNILA**

Editora da  
Universidade Federal da  
Inteeração Latino-Americana

EDUNILA - Editora Universitária  
Av. Tancredo Neves, 6731 - Bloco 4  
Caixa Postal 2044  
Foz do Iguaçu - PR- Brasil  
CEP 85867-970  
Fones: +55 (45) 3522-9832 | 3522-9843 | 3522-9836  
editora@unila.edu.br  
www.unila.edu.br/editora